

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

IONE CRISTINA DANTAS RIBEIRO

**NEORRURALIDADES E IDENTIDADES NARRATIVAS: sentidos
de residências secundárias para moradores do bairro Ilhotas,
Teresina-PI**

TERESINA-PI

2016

IONE CRISTINA DANTAS RIBEIRO

**NEORRURALIDADES E IDENTIDADES NARRATIVAS: sentidos de residências
secundárias para moradores do bairro Ilhotas, Teresina-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Maria Sueli Rodrigues de Sousa.

Área de concentração: Processos, atores e desigualdades sociais.

Linha de Pesquisa: Territorialidades, sustentabilidades, ruralidades e urbanidades.

TERESINA-PI

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

R484n Ribeiro, Ione Cristina Dantas.
 Neorruralidades e identidades narrativas: sentidos de
 residências secundárias para moradores do bairro Ilhotas,
 Teresina-PI / Ione Cristina Dantas Ribeiro. – 2016. 140 f. : il.

 Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade
 Federal do Piauí, 2016.

 Orientação: Prof^a Dr^a. Maria Sueli Rodrigues de
 Sousa.

 1. Neorruralidade. 2. Posições Identitárias. 3.
 Territorialidade. 4. Residência Secundária. I. Título.

CDD 910

**NEORRURALIDADES E IDENTIDADES NARRATIVAS: sentidos de residências
secundárias para moradores do bairro Ilhotas, Teresina-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª. Maria Sueli Rodrigues de Sousa.

Aprovada em: 31 de maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Sueli Rodrigues de Sousa
Universidade Federal do Piauí-UFPI
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Dione Carvalho de Moraes
Universidade Federal do Piauí- UFPI

Dr. Sérgio Luiz de Oliveira Vilela
Pesquisador EMBRAPA- Meio Norte



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de **IONE CRISTINA DANTAS RIBEIRO**, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e dezesseis, as nove (9) horas, na Sala Newton Lopes, no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, reuniu-se em sessão pública os membros da banca examinadora da dissertação de **IONE CRISTINA DANTAS RIBEIRO**, sob o título: **NEORURALIDADES E IDENTIDADES: SENTIDOS DE TERRITORIALIDADES EM RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS PARA MORADORES DO BAIRRO ILHOTAS, TERESINA-PI**. A banca examinadora foi constituída pelos/as Professores/as Doutores/as **Maria Sueli Rodrigues de Sousa (presidente e orientadora)**, **Sergio Luiz de Oliveira Vilela (membro titular externo)**, **Maria Dione Carvalho de Moraes (membro titular interna)**. Iniciando os trabalhos a presidente Prof.^a Dr.^a **Maria Sueli Rodrigues de Sousa** informou aos presentes, a candidata ao título de mestre e os membros da banca examinadora o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente e dos procedimentos a serem seguidos: até (30) trinta minutos para apresentação da dissertação pela candidata, até (30) trinta minutos para cada arguidor e o mesmo tempo para resposta da candidata. Em seguida a candidata foi convidada a fazer a exposição da dissertação no tempo que lhe foi concedido. Após a exposição a presidente passou a palavra aos demais membros da banca para suas arguições. Na sequência e após as respectivas respostas da candidata, a banca examinadora retirou-se para, em secreto, deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a Prof.^a Dr.^a **Maria Sueli Rodrigues de Sousa**, presidente da mesa e orientadora da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da banca examinadora de aprovada de condições de ser promovida. Após congratulações com a candidata e agradecimentos pela presença de todos, a sessão foi encerrada às 12: horas 05 minutos. E, para constar foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Teresina, 31 de maio de 2016.

Prof.^a Dr.^a Maria Sueli Rodrigues de Sousa – PPGS/UFPI
Presidente e Orientadora

Prof. Dr. Sergio Luiz de Oliveira Vilela – EMBRAPA
Examinador Externo

Prof.^a Dr.^a Maria Dione Carvalho de Moraes – PPGS/UFPI
Examinadora Interna

Aos meus pais; e ao meu padrasto. Pessoas fundamentais nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

ADEUS, pai de tudo e de todos.

A meus pais, Anair e Dantas; e ao meu padrasto, Adir. Apoiadores incondicionais deste sonho.

Aos meus irmãos pelas palavras de incentivo.

À minha orientadora, professora Dr^a. Maria Sueli Rodrigues de Sousa, pela credibilidade para com a minha pessoa. Suporte fundamental no processo de orientação e elaboração desta produção.

Ao Fábio Braga e ao Sr. João de Oliveira, companheiros de todas as horas.

Ao meu amigo Evanoel que sempre esteve ao meu lado desde quando ingressei no Mestrado.

Aos professores Dr^a Maria Dione Carvalho de Moraes e Dr. Sérgio Luiz de Oliveira Vilela que comprometidamente se dispuseram a compor minha Banca de Defesa, deixando suas marcas neste momento ímpar de minha trajetória.

Aos meus amigos e professores que me apoiaram de forma espontânea nesta jornada.

Meu muito obrigada!!!!

RESUMO

O rural, durante muito tempo foi visto como o lugar do atraso, e em oposição ao urbano. Na contemporaneidade, essa realidade mudou, o rural passou, também, a significar associação com meio ambiente, potencial para a proteção ambiental e para sossego. Desta feita, a ampliação das significações do rural aumenta as funcionalidades atribuídas aos espaços rurais, para além da produção agropecuária, englobando conservação ambiental, patrimonial, cultural e natural, paisagem, lazer, turismo, incluindo as práticas terapêuticas, centros de equoterapia, terapia de energização, comunidades terapêuticas, além do agrocomércio. Assim, trazer, na atualidade, a discussão sobre o tema das ruralidades e/ou neorruralidades, é também discutir o rural para além da histórica dicotomia entre rural e urbano, sem desconsiderar as marcas que podem ter sido deixadas pela tradicional hierarquia campo/cidade, em que o rural é semantizado como atraso a ser superado pela racionalidade moderna. A presente dissertação tematiza neorruralidade e identidades narrativas pelo estudo dos sentidos de territorialidades em residências secundárias, as quais são aquelas utilizadas em finais de semana e/ou feriados, para fins de descanso e/ou lazer. Para isso, trabalhou-se com a perspectiva de identidade, enquanto processo, com seus fluxos e hibridismos. Para desenvolvimento do tema, foram discutidas categorias que com esse se relacionam, tais como território e territorialidade, que foram abordados do ponto de vista das ciências sociais, como espaço de múltiplos processos, incluídas as relações de poder e processos de significações. Assim, a neorruralidade foi discutida neste contexto de transversalidade de posições identitárias e seus desdobramentos, verificados por meio da pesquisa de campo, a qual revelou, através das narrativas, que os neorrurais teresinenses estudados são categorizados como escapistas, ou seja, utilizam rural especialmente suas residências secundárias, como escape da dinâmica exaustiva da vida citadina.

Palavras-chave: neorruralidade; posições identitárias; territorialidade; residência secundária.

ABSTRACT

Rural areas were considered an underdeveloped place compared to the urban area. In contemporary times, this reality has changed. Rural area was associated with environment, also as a potential to environmental protection and peace. Thus, the amplification of the meanings to rural areas, also amplifies their functions in addition to agricultural production, encompassing environmental conservation, cultural and natural heritage, landscape, leisure, tourism, including therapeutic practices, equine therapy for energization, therapeutic communities, besides agricultural commerce. So, to discuss about themes from rural areas and/or neo-ruralities is also necessary to discuss beyond the historical rural and urban dichotomy, considering the marks left by the traditional field / city hierarchy where the term rural represents delay to be surpassed by modern rationality. The present dissertation will discuss about neo-rurality and narrative identities by the study of senses of territorialities in secondary homes, the ones used at weekends and/or holidays as a place for peace and/or leisure. To do so, this work considered the perspective of identity as a process, with its fluxes and hybridisms. Categories with common aspects like territory and territoriality, in the point of view of Social Science, as a space of multiple processes, including the relation of power and meaning processes, were discussed to develop the theme. Thus, Neo-rurality was discussed on the transversal context of identity positions and its consequences, obtained through field research, where studies and discussion with local population showed that the studied neo-rural people from Teresina are known as escapists, i.e., They use rural area, especially the secondary home, to escape from their exhaustive urban life.

Keywords: neo-rurality; identity positions, territoriality; secondary home.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 | RURAL CONTEMPORÂNEO: aspectos analíticos da neorruralidade em casos de residência secundária..... | 35 |
| 2.1 | ABORDAGEM DE RURAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS..... | 35 |
| 2.2 | RURAL E URBANO: superação de uma dicotomia(?) a partir de novas configurações de rural..... | 44 |
| 2.3 | NEORRURALIDADE EXPRESSÃO IDENTITÁRIA: um estudo a partir das narrativas de proprietários de residências secundárias..... | 50 |
| 3 | NEORRURALIDADE COMO PROCESSO GERADOR DE FLUXOS IDENTITÁRIOS..... | 64 |
| 3.1 | PROLEGÔMENOS: globalização, modernidade e identidade..... | 64 |
| 3.2 | FLUXOS DE SIGNIFICAÇÃO: identidades como pluralidade..... | 67 |
| 3.3 | HIBRIDISMO E NEORRURALIDADE NO PROCESSO IDENTITÁRIO..... | 77 |
| 4 | ANÁLISE DA NEORRURALIDADE NA PERSPECTIVA TERRITORIAL..... | 83 |
| | CONCLUSÃO..... | 99 |
| | REFERÊNCIAS | |
| | APÊNDICES | |
| | ANEXOS | |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Perfil dos sujeitos entrevistados na pesquisa..... | 28 |
| Quadro 2 – Endereços eletrônicos de serviços, espaços e atividades que compõem situações de neorruralidade em Teresina e adjacências | 62 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 1 - Percurso Ilhotas (Teresina) a José de Freitas | 74 |
| Mapa 2 - Percurso Ilhotas (Teresina) a Povoado Santa Teresa (Teresina) | 75 |

1 INTRODUÇÃO

Abordar, na atualidade, a discussão sobre neorruralidade é, especialmente, tematizar os sentidos sobre ruralidades, a partir da valoração do desfrute desses com melhor qualidade de vida, o que destoa da significação dicotômica de rural/urbano considerada pela sociologia rural, onde o campo é considerado inferior em relação à cidade. Com o tema referido, as tradicionais significações de ruralidade como atraso, vazio e isolamento são revistas, e novas concepções de rural passam a ser assimiladas, sobretudo em virtude de uma parcela da população citadina considerar cidade espaço de poluição, estresse, violência, dentre outras significações. A partir dessa ótica, campo ganha outros/novos atributos como sossego, contato com a natureza, tranquilidade e amenidades que o fazem ser assimilados como espaço de escape, isto é, de fuga do cotidiano frenético citadino.

É possível, então, associar o tema das neorruralidades com processos múltiplos de semantização de identidades e territorialidades, isto é, com significações de quem somos e como nos relacionamos com meio físico e social que ocupamos. Desta feita, cabe destacar que adotei como tema neorruralidades como fluxos identitários, pela territorialização nos casos de residências secundárias, em que ocorrem fluxos e interfluxos (HANNERZ, 1997) identitários na relação com a residência principal.

Assim, considero a importância do trabalho relacionada com fluxos e interfluxos da nossa história de vida, bem como por aspectos teóricos, acadêmicos e sociais. A justificativa biográfica se dá em razão de o tema das ruralidades permear minha vida pessoal, por ter vínculo de parentesco com mulheres e homens que participam de lutas sociais por reforma agrária, o que produziu marcos identitários na minha trajetória de vida desde a infância.

A entrada na universidade, como estudante de graduação, oportunizou-me estudar a referida temática. Então, a partir de trabalhos acadêmicos como a monografia de conclusão de curso, debruicei-me sobre o estudo de ruralidades. Assim, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisei a Política de Educação no Campo, especificamente, a do Movimento Sem-terra, realizando a pesquisa no Assentamento Palmares, localizado no município de Luzilândia-Piauí.

A experiência com a monografia potencializou meu interesse pelo tema das ruralidades. Foi então que, em curso de pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública, optei por estudar a representação da pessoa idosa nas decisões comunitárias de um assentamento, e como isso

influenciava na saúde desses idosos. No referido estudo, o campo de pesquisa foi o Assentamento Josué de Castro, localizado no município de Buriti dos Lopes, ao norte do Piauí.

Nas experiências de trabalho, minha atuação com o tema das ruralidades se intensificou. Trabalhei em assentamentos rurais como assistente social com o tema desenvolvimento de comunidade. Além disso, atuei em diversos projetos onde as atividades eram desenvolvidas em comunidades rurais.

Posteriormente, a inspiração e a decisão para estudar a neorruralidade, como proposta no mestrado, estabeleceu-se a partir da relação pessoal com uma família residente no bairro Ilhotas, na cidade de Teresina-Piauí, Brasil. Comecei a observar o discurso dessas pessoas sobre rural, remetendo a uma ideia de sossego, tranquilidade e paz. Era um discurso bucólico, o qual me despertou a curiosidade em saber a significação de rural para aquela família que, na vida cotidiana citadina, experimentava um ritmo de vida frenético, e ao mesmo tempo, aparentando um padrão de vida com elevada renda familiar. Foi aí que despertei para o estudo da neorruralidade, não com essa terminologia em primeiro momento, por ainda desconhecer o tema.

Assim, trazer a discussão sobre neorruralidade é tematizar novas/outras significações de rural para além das tidas como tradicionais, em que há diferenciação entre as pessoas, na medida em que essas são segregadas em urbanas e/ou rurais, o que se reflete nas relações sociais e impulsiona desigualdades ao passo que produz conflito e, mais do que isso, produz inquietação, revertida aqui em experiência de pesquisa, com pretensão de continuá-la no doutorado.

É importante ressaltar que embora esteja se falando de significação identitária ainda pouco tematizada, com pouco material produzido, inclusive na UFPI, neorruralidades foi discutida com Giuliani (1990) e Sastoque (2013). Análise de superação ou não da dicotomia, rural/urbano foi realizada com base em Martins (1981), Blume (2004) e Schneider (2004). E há aqueles que vêm discutindo sobre as novas configurações de ruralidades como Abramovay (2000), Carneiro (1998), Giuliani (1990), Fialho (2005), Wanderley (1997), Moraes e Vilela (2013), dentre outros. Com base nesses autores e em outros que se configuraram como relevantes para este trabalho foi realizado estudo de caso com três moradores do bairro Ilhotas, na cidade de Teresina-PI.

Além da justificativa teórica e acadêmica, é possível ainda referir a relevância social da pesquisa relacionada ao fenômeno de uso e ocupação do espaço rural como consumo a partir de sentidos como tranquilidade, descanso, ar puro, disponíveis no rural e identificado como ausentes

na cidade. E em que o poder econômico, apoiado pelas ações políticas, configura e reconfigura territórios.

Nesse sentido, importante considerar que o bairro Ilhotas, do final da década de 1990 para cá, contou com notáveis mudanças em sua paisagem, bem como no perfil de seus moradores. Esse bairro passou por um processo acelerado de reterritorialização e verticalização, em que as vilas foram substituídas pelos edifícios. Contudo, é válido salientar que não é o bairro, em sua totalidade, que tem tal configuração, mas apenas o trecho que fica às margens do Rio Poti, e mais algumas ruas subsequentes, correspondendo, portanto, às edificações em que predominam feições de desigualdade que segregam indivíduos, lugares, culturas, serviços, dentre outros.

Se comparado a outros bairros, o Ilhotas possui uma considerável concentração de pessoas, já que a população de Teresina está estimada em 814.230 habitantes, numa área de 1.391,981 km², segundo o IBGE (2010). Concentração essa, que se destaca nos metros quadrados verticais do bairro, composto por 640 (seiscentos e quarenta) apartamentos, de um total de 1.950 imóveis, ocupados por 6.956 habitantes. Não obstante, 72% dos imóveis no bairro são próprios, apontando para outros dados de igual relevância, como a renda da população do bairro (SEMPLAN, 2015).

Enquanto a média mensal de rendimento em Teresina é de R\$ 1.200,00, no bairro Ilhotas esse valor sobe para R\$ 1.778,00, chegando a um padrão de renda nominal mediano mensal por domicílio particular declarado de 10 salários mínimos, dado constatado em 245 residências, segundo a Semplan (2015).

Outro aspecto relevante a ser observado é que conforme dados da Secretaria supracitada, entre 1991 e 2010, a população do bairro Ilhotas aumentou, o que pode apontar para motivos como a oferta de imóveis residenciais, com a construção de novos edifícios, bem como a oferta de serviços.

Em 2012, o número de empresas foi de 244, predominando o comércio, a construção civil e os serviços. São quadras de esporte, escritórios, auditórios, restaurantes, empresas de tratamento de beleza, aluguel de imóveis, serviços veiculares, comércio varejista de livros, materiais de construção, artigos de uso doméstico, combustíveis, serviços advocatícios, cabeleireiros, comércio atacadista de medicamentos, móveis, artigos de tapeçaria, vidros, alimentos para seres

humanos e animais não humanos, dentre outros empreendimentos, o que fez elevar o valor monetário e comercial de imóveis no bairro¹.

Considerando, assim, os novos padrões do bairro e as mudanças quanto a processos de territorialização ocorridas num curto espaço de tempo, a pesquisa orientou-se pela seguinte questão: como se apresentam fluxos identitários de moradores do bairro Ilhotas proprietários de segunda residência localizada na região circunvizinha à Teresina?

E como pressuposto, a perspectiva de que nos processos identitários referidos as categorias identidade e território não são fixas e nem únicas, mas se trata de fluxos como “continuidade e passagem” (HANNERZ, 1997, p. 15), que são acionados nas configurações de relações de poder, nas quais há posições assimétricas e hierárquicas. Em outras palavras, a posição de sujeito neorrural que busca sentidos de sossego, tranquilidade, ar puro e natureza, para distanciar-se, mesmo que temporariamente, do cotidiano citadino, considerado como espaço que já não oferece mais tais sentidos, não anula outras identidades que situam o indivíduo.

A discussão sobre fluxos deu-se com base em Hannerz (1997, p. 10), que considera que a categoria fluxo não se trata apenas de oposição ao estático, mas de possibilidade “de pensar tanto em rios caudalosos quanto em estreitos riachos, tanto em correntezas isoladas quanto em confluências (...) até mesmo vazamentos e viscosidades no fluxo de significados”, portanto, pensar identidade na perspectiva de fluxo é produtivo para o presente trabalho, considerando que rural e urbano se relacionam, por meio de processos complexos de “vazamentos”, evidenciados nas relações experienciadas nas ruralidades, como neorruralidades, em que os “líquidos” se comunicam, mas de forma e intensidades diferenciadas.

A categoria fluxo foi adotada como problematização teórica do tema identidades, que foram tomadas como dinâmicas e múltiplas com Hall (2014), que se referem à identidades como “celebração móvel” (HALL, 2014, p.11). O processo de semantização de identidades considerou as relações com territorialidades como demarcação de lutas por cotas de poder, que implica em dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (LITTLE, 2002).

No tocante à definição das territorialidades utilizei Blume (2004) para caracterizar a cidade como sendo uma combinação de critérios estruturais que são a localização, o número de habitantes, de eleitores de moradias (dentre outros), além da densidade demográfica e critérios funcionais que são os serviços indispensáveis à área urbana. Também foi adotada a perspectiva de

¹ Ver dados da Secretaria Municipal de Planejamento de Teresina – SEMPLAN (2015).

novas configurações de ruralidades, com Moraes e Vilela (2013), Carneiro (1998) e Wanderley (1997). Para considerar campo utilizei referencial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a partir da legislação utilizada no censo de 1991.

Para Wanderley (1997, s/p), foi a modernização que reconfigurou a definição de campo e cidade no Brasil, redefinindo, inclusive, o lugar da pessoa agricultora, nesse contexto, à importância social, cultural e política da sociedade local. Dessa forma, falar em urbano e em rural contemporâneo é perceber outros sentidos, para além da histórica dicotomia em que as duas categorias foram situadas.

Para tanto, os fatores que levam a esse cenário são os mais diversos, incluindo aí um diálogo entre rural e urbano. Porém, esse não se configura em uma relação harmoniosa e, sim, de dependência, como destaca Wanderley (1997), com predomínio de uma relação verticalizada, onde a ideia de desenvolvimento é associada a sentidos de urbanização.

Assim, afirmar a existência de fronteiras determinadas entre campo e cidade é questionável, já que rural e urbano vão estar sempre entrelaçados, dialogando entre si, porém, não significando igualdade, mas podendo se configurar como relação dependência ou interdependência.

Trata-se das configurações contemporâneas de rural trazidas por autores como Soares *et al.* (2008) e Froehlich *et al.* (2008), que discutiram a multifuncionalidade como sendo o uso e a ocupação de espaços rurais para além das práticas tradicionais como agricultura e pecuária, evidenciando uma visão de aproveitamento e exploração de outras possibilidades que o rural oferece.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a definição de rural e urbano se dá por meio da área de localização do domicílio e tem por base a legislação do censo de 1991. Assim, “[...] como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites [...]” (IBGE, 2010).

Na discussão sobre neorruralidades, tomei a categoria amenidades para significar as especificidades das ruralidades, a partir dos autores Azevedo (2010); Silva (2009) e Favareto (2006), como características que singularizam territórios rurais, ou seja, como espaço de residência, de vida das populações, de representações de interesses, de identidade, de utilização e

significação, a partir de características naturais ou produzidas pelo ser humano, incluindo, dentre outros aspectos, elementos históricos, culturais, sociais e econômicos.

Importante destacar que o cenário das multifuncionalidades e amenidades vêm se desenhando em virtude de uma parcela da população ter identificado, frente às suas necessidades pessoais, a importância da busca pela natureza e pelas possibilidades geradas por demandas ecológicas.

Nesse contexto, coube abordar Froehlich *et al.* (2008), os quais discutiram o tema rural no seu universo contemporâneo multifacetado e adaptado, com implementação de diversos empreendimentos, como lazer e turismo rural, estes, visando ao atendimento de uma parcela da população que muitas vezes não se trata das territorialidades locais.

Já Soares *et al.* (2008) trataram do tema da utilização de cenários naturais, por Comunidades Terapêuticas, Centros de Equoterapia e Terapias de Energização, os quais se caracterizam por serem locais que, para sua utilização, exigem um investimento financeiro considerável e se destinam, sobretudo, àquelas pessoas que vivem nos grandes centros urbanos e se percebem com a necessidade de estar em contato direto com a natureza. Outra experiência é o agrocomércio, o qual se caracteriza pela comercialização ou exposição do processo produtivo artesanal de produtos de origem rural, como massas, biscoitos, doces, frutas, compotas, dentre outros.

As dinâmicas referidas acima fazem parte das significações categorizadas como neorruralidades (GIULIANI, 1990; FIALHO, 2005; CARNEIRO, 1998). Vale considerar que os fluxos identitários tratados como neorruralidades implicam em processos de ressignificação de ruralidades com associação aos sentidos de amenidades, sossego, tranquilidade, vida saudável e meio ambiente equilibrado.

Cabe referir, ainda, que os fluxos de significados de identidades evidenciados na presente pesquisa associam urbanidade com ruralidade, a partir de residência secundária. Esta, segundo Silva (2009), teve sua origem no Brasil, no século XIX, com o hábito dos povos europeus colonizadores de passarem períodos mais ou menos longos, distantes da casa principal, localizada nos centros urbanos, tendo como motivo básico o descanso e a descontração.

Para o IBGE, o referido termo só começou a ser utilizado a partir do censo de 1991, aprimorando a definição de tal expressão, identificando as residências secundárias como

domicílios particulares de uso esporádico, que pode ser casa ou apartamento, utilizado geralmente em finais de semana ou períodos de férias, para descanso ou lazer (SILVA, 2009).

Numa perspectiva mais conceitual, autores como Tulik (2001); Fonseca e Lima (2012); Silva (2009; 2013) e Assis (2003) discutiram a residência secundária como sendo os locais como casa de praia, casa de campo, chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara, terminologias utilizadas popularmente para denominar estas propriedades particulares que são utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm residência permanente em outro lugar.

Villaça (1998) sobre residência secundária afirma que as famílias mais abastadas do século XIX, moradoras do Rio de Janeiro, já utilizavam sítios e/ou fazendas afastadas do centro da cidade para passarem temporadas, recebendo hóspedes e promovendo recepções, dentre outras atividades.

A caracterização do processo de neorruralidades, incluindo a segunda residência, dentre outros aspectos, encontra-se ainda em contexto orientado pelo paradigma de modernidade com Habermas (1983), sendo, portanto, as dinâmicas de apropriação de territórios identificadas como estratégias da racionalidade desenvolvimentista, que têm as territorialidades urbanas como meta dos projetos de desenvolvimento, significando que desenvolver territórios rurais é aproximá-lo das feições de urbanidades com implementação de equipamentos urbanos.

Para tanto, discutir território e territorialidade nas ruralidades requereu o exame de outros fenômenos acionados muito mais na comunidade acadêmica que pela própria população, como, por exemplo, a perspectiva de território adotada por Andrade (2004), a qual se configura como relação de poder, descortinando outras questões existentes no território, como as dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que tratei com Haesbaert (2010), para evidenciar processos de mobilidade das fronteiras pelo poder acionado nas relações sociais conflituosas ou não e, com isso, os sentidos atribuídos às mesmas.

Pluriatividade foi considerada a partir da conceituação de Mattei (2008) e Schneider (2003). Já sentidos de amenidades acionados pelas posições identitárias evidenciadas na neorruralidade ressignificam o que antes era tomado como atraso e pobreza.

Schneider (2004) foi referido frente à compreensão de que é necessário repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, com redimensionamento das ações do Estado, incluindo as políticas públicas, para que essas sejam capazes de promover o desenvolvimento efetivo do campo, em oposição ao sentido de rural como atraso. Para corroborar o sentido

referido por Schneider (2004), adotei a perspectiva de Verde (2004), que considera que é possível a resignificação do rural como lugar de vivência e sobrevivência pela integração campo e cidade.

Considero a emergência de sentidos de identidades como o que é categorizado neorrural no contexto da busca por resignificação de ruralidades e da relação campo e cidade, portanto, como desdobramentos de territorialidades por fluxos de significados que evidenciam dinâmicas sociais de alteridade ou não.

Válido destacar que neorruralidade se refere a identidades configuradas na contemporaneidade, como uma das várias identidades acionadas pelo indivíduo. Hall (2014) considera que não existe identidade fixa e nem únicas, e sim, várias identidades, portanto, são as identidades dinâmicas e plurais.

Para tanto, a partir do entendimento de que existem identidades, Hannerz (1997) foi abordado também como uma referência para elementos conceituais relevantes, componentes dos processos identitários, limites e hibridismo, com destaque para esse último, que neste trabalho foi empregado no sentido de pluralidade, ou seja, várias identidades em constante interação.

Assim, cabe reiterar que o tema da neorruralidade foi discutido neste contexto de transversalidade de identidades acionadas contemporaneamente, incluindo os desdobramentos apontados neste referencial e verificados por meio da pesquisa de campo que revelou a partir das narrativas dos sujeitos entrevistados, que as identidades são múltiplas e móveis, como fluxos de significados, continuados com sentidos diversos, o que faz produzir diferentes sentidos em cada territorialidade para as desigualdades sociais.

Considerando problema e pressuposto com a fundamentação teórica até aqui apresentada, vale referir que o objetivo geral da presente pesquisa foi o de analisar como se apresentam fluxos de sentidos de identidades de moradores do bairro Ilhotas proprietários de segunda residência na região circunvizinha à Teresina.

Desenvolvi o objetivo geral nos seguintes objetivos específicos: discutir os sentidos de residências secundárias relacionadas aos processos de neorruralidades; descrever fluxos de sentidos de identidades como neorruralidades, através de narrativas de moradores do bairro Ilhotas; estudar as dinâmicas de territorialidades evidenciadas pelos entrevistados.

Os objetivos específicos foram desenvolvidos a partir de uma perspectiva metodológica que procurou incluir reflexão epistêmica, teórica e operacional. Assim, o paradigma que norteou

a pesquisa foi o de modernidade, com base em Habermas (1983), por se encontrar em crise certezas antes inquestionáveis, como as de natureza científica.

Desta feita, por considerar que a modernidade contemporânea, na qual posições de sujeitos (WOODWARD, 2000) da primeira modernidade são questionadas, não ocupando as mesmas posições ou, pelo menos, com iguais sentidos, na pesquisa realizada adotei essa perspectiva para analisar os sujeitos entrevistados, considerando-os em relação a processos de neorruralidades, portanto, sentidos de identidade como fluxos contínuos, em que as significações relacionadas com uma territorialidade “vazam” em outras, com sentidos próprios da dinâmica estabelecida.

Dizendo de outro modo, analisei o discurso de neorrural a partir das narrativas dos entrevistados. Portanto, os deslocamentos de sentidos de identidades como fluxos contínuos (HANNERZ, 1997) não implicam em desaparecimento de sentidos acionados em determinadas relações territoriais, mas em atribuição de sentido diverso a fluxos vazados de outras relações de poder, o que não significa desaparecimento da natureza de exploração, por exemplo. Logo, cabe reiterar que há nos sentidos de neorruralidades estudados, aspectos de relações hierarquizadas.

Assim, situadas as referências conceituais convém destacar os procedimentos adotados na pesquisa. Primeiramente, vale considerar que a perspectiva guarda relações com o racionalismo cartesiano. Descartes (2001), um dos precursores do conhecimento científico, afirma que o empreendimento racional deve seguir quatro regras fundamentais. Elas são ainda hoje utilizadas nas ciências naturais e humanas. Tais princípios podem ser explicitados como segue: o primeiro, denominado dúvida metódica, propõe que se duvide de todo o conhecimento advindo do senso comum (construção do problema de pesquisa, elaboração de hipóteses e construção do objeto de pesquisa). A segunda regra, denominada análise, requer divisão do que foi conhecido em suas partes componentes (produção do campo empírico do objeto). A terceira, chamada de síntese, consiste numa reconstrução do que foi analisado, da ordem do mais simples para o complexo (produção dos resultados da pesquisa). A quarta regra determina revisar repetidamente todos os passos anteriores (exame do trabalho pela banca avaliadora) (DESCARTES, 2001).

Battisti (2010, p.576), quanto ao método cartesiano, destaca que:

[...] O racionalismo cartesiano tem como uma de suas marcas mais profundas a de que tudo o que é passível de ser pensado e conhecido deve ser transparente à faculdade ou ao sujeito que pensa ou conhece. Conhecimento significa, de início, domínio e manipulação das coisas pela capacidade de conhecer.

Aqui, cabe destacar que a produção de conhecimento perpassa pelo que o autor supracitado chama de presença do desconhecido e o papel fundamental que desempenha, já que esse “prefigura” o esquema de produção de conhecimento. Assim, o papel do desconhecido é fundamental, daí a função do problema de pesquisa em forma de pergunta. Isso porque a análise faz um movimento que Battisti (2010, p.594) chama de “trás para frente”, isto é, o desconhecido, o relativo, o efeito ganha notável privilégio, sem que haja a negação da relevância epistemológica do conhecido, do absoluto e da causa. Desta feita, embora a perspectiva cartesiana tenha utilizado como referência a ciência matemática, para afirmar que seu método é o de análise, explicita o modo de a razão proceder em qualquer ciência, não ficando refém da ciência que utilizara como demonstração.

Procurei relativizar tal perspectiva, por compreender que nas ciências sociais a forma de proceder com o objeto considera o processo em que foi produzido o fato social, segundo Durkheim (2007). A abordagem do processo como risco à objetivação foi adotada na perspectiva compreensivista weberiana, a qual consiste em interpretar os sentidos das ações empregadas pelos agentes sociais. O método compreensivo guarda conexões com o racionalismo científico, na medida em que a interpretação explicativa difere da intuitiva, segundo Max Weber. A primeira exige a problematização da realidade social e construção de um padrão racional (tipo ideal) como guia da pesquisa. A segunda necessita que os sujeitos vivenciem as mesmas condições sociais, para que haja a interpretação do sentido da ação. Logo, a interpretação dos sentidos das ações sociais deve ser racional, ou seja, deve seguir os passos da interpretação explicativa. Vejamos nas palavras de Weber (2012, p.5):

Em virtude de sua compreensibilidade evidente e de sua inequivocabilidade – ligada à racionalidade –, a construção de uma ação orientada pelo fim de maneira estritamente racional serve, nesses casos, à sociologia como tipo (“tipo ideal”). Permite compreender a ação real, influenciada por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros), como “desvio” do desenrolar a ser esperado no caso de um comportamento puramente racional. Nessa medida, e somente por esse motivo de conveniência metodológica, o método da sociologia “compreensiva” é “racionalista”.

Em outras palavras, o método compreensivo em muito se distancia do positivismo e do racionalismo das ciências da natureza, haja vista que o objeto sociológico (ação social) não é passível de experimentação de controle das Ciências Naturais. Entretanto, carregada de significação, a ação social é objeto de interpretação explicativa da sociologia. A interpretação

explicativa deve apreender o sentido empregado pelos agentes, de modo estritamente racional, ou seja, deve seguir passos metodológicos.

Neste contexto, é importante destacar o notório interesse pela interpretação específica de fatores da conduta humana, ou melhor, apenas aqueles passíveis de interpretação. Todavia, como o método weberiano não possui um caráter experimental, foi necessária uma interpretação baseada em comparações, avaliações e/ou análises referenciadas a valores, sendo o indivíduo pesquisado o ponto de partida para a análise sociológica, sem que haja o desprezo pela neutralidade, já que Max Weber estimulou em seus postulados o desprendimento dos juízos de valor, embora isso não signifique afirmar um desconexo total de valores, até porque está se tratando de pessoas (pesquisando e sendo pesquisadas) e suas relações.

Portanto, a objetividade na pesquisa configura-se em um grande desafio, pois, como referido, o objeto é o meio social. Logo, os fatos sociais poderão, em algum momento, influenciar a pesquisa e o processo de análise. Desta feita, numa perspectiva weberiana, há que se destacar o posicionamento de Búrigo e Silva (2003, p.145):

[...] Weber não elaborou uma metodologia “fechada”, com a pretensão de ser suficientemente completa (nem era essa a sua proposta) para interpretar a complexidade do mundo social contemporâneo. Entretanto, isso não invalida o emprego atual de suas recomendações epistemológicas, nem impede o uso de várias “ferramentas” de pesquisa, por ele criado ou divulgado (como é o caso do conceito do tipo-ideal).

Assim, embora haja um método peculiar no compreensivismo weberiano, é necessário destacar que a noção de ciência como conhecimento preciso e válido, fundamentado no empirismo e no cientificismo, é algo presente na concepção de Max Weber, mesmo considerando que a objetividade é um permanente desafio.

Nesta perspectiva é que a presente pesquisa procurou assumir uma postura de vigilância epistemológica, a qual se referem Bourdieu *et al.* (2004, p. 17):

Semelhante tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir, no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro.

Para tanto, procurei distanciar-me das minhas próprias significações identitárias para o fenômeno das neorruralidades, o que não foi tarefa fácil, pois abdicar das mesmas significa romper com o que aparentemente traz segurança, por meio de questionamentos fundamentados na

pesquisa proposta, incluindo aí a relação sujeito-objeto. Assim, dificuldade em desprender dos sentidos que dão segurança e cair no profetismo social são diretamente proporcionais, no que se refere aos riscos da pesquisadora em ambos. Pode-se dizer então, que o processo de construção de conhecimento é um permanente construir e desconstruir, cabendo enfrentar o desafio de lidar com as armadilhas do objetivismo, do determinismo e do próprio subjetivismo.

Contando com o aporte da vigilância epistemológica, faz-se oportuno destacar a natureza da pesquisa. Para tanto, cabe afirmar que a investigação foi qualitativa (GOLDENBERG, 2011), pois a intenção cognitiva foi inteirar-me, junto aos sujeitos da pesquisa, do fenômeno das neorruralidades relacionados a fluxos de significação de identidades por moradores do bairro Ilhotas, na cidade de Teresina-Piauí, bem como processos de territorialidades relacionados com os processos identitários e a relação de território na perspectiva de residência secundária.

Na pesquisa social o importante é como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é relevante para elas, incluindo seu pensamento sobre suas próprias ações e as das outras também (BAUER, 2002, p. 2). Aqui, cabe destacar que não deve haver a expectativa de ouvir aquilo que se anseia, isto é, o entrevistador não pode se deixar seduzir por aquilo que queira ouvir e acabou ouvindo do entrevistado. Este autoconhecimento pode gerar o que Bauer (2002) chama de “falsas falas”, as quais muitas vezes se distanciam do tema pesquisado.

Aprofundando o exame e adentrando a pesquisa qualitativa é necessário reconhecer que esta exige uma observação sistemática dos acontecimentos, técnicas específicas de entrevista bem como a interpretação de vestígios importantes para pesquisa, além de análise sistemática dos achados (BAUER, 2002, p. 18-19). Todavia, a pesquisa qualitativa, embora se apresente como procedimento autônomo capaz de guiar a análise de dados levantados ou fundamentar a interpretação com observações mais detalhadas, enfrenta algumas limitações como, por exemplo, orientação clara para seus procedimentos, o que vem sendo desconstruído pelos pesquisadores desta linha (BAUER, 2002, p. 27). Em outras palavras, a pesquisa qualitativa necessita desenvolver equivalentes funcionais, com vistas a reforçar a credibilidade da pesquisa realizada, o que pode ser conseguido por meio de procedimentos e padrões claros de realização da mesma.

Segundo Minayo (2001), a abordagem qualitativa responde a questões muito peculiares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Em outras palavras, a autora destaca que o foco do trabalho deve ser o universo de significados, crenças, valores,

atitudes (dentre outros aspectos), que a processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na relação com o objeto que foi pesquisado, vale ainda salientar que o interesse pela temática surgiu anteriormente a esta pesquisa, como referido, e que o presente trabalho implicou numa construção de objeto a partir de uma situação do cotidiano social do qual faço parte, o que não tornou esta pesquisa menos relevante que as ciências naturais, por exemplo. Ideia que corrobora com Fetz *et al.* (2009, p.123):

Como intelectual-no-mundo e seu estudante, o fazer sociológico confunde-se com o cotidiano individual, com a história intelectual, com a época histórica, enfim, com o espaço e o tempo do mundo em geral, mas, sobretudo, com os aspectos locais. Esta relação ambígua do seu eu consigo mesmo vivenciada pelo intelectual, no entanto, não acarreta que as ciências sociais sejam menos científicas do que as demais ciências. As ciências sociais alimentam-se daquela luz que atravessa os campos sociais, as instituições e as épocas. Por alimentar-se da porosidade das instituições sociais, as ciências sociais possuem um rol diverso de problemas insolúveis, tanto para a própria atividade quanto para as demais, pois esses já fugiram a sua abordagem crítica. Daí o sentido da compreensão.

Neste sentido, tem-se um fazer relacionado à produção de conhecimento em que o sujeito labora no calor de sua atividade, relaciona-se definitivamente com o mundo estudado, de maneira peculiar e salutar, no processo de produção de conhecimento.

Para operacionalizar o fazer referido, trabalhei com categorias tais como ruralidades e neorruralidades, com Martins (1981), Moraes e Vilela (2013); Blume (2004); Wanderley (1997); Soares *et al.* (2008); Silva (2009); Favareto (2006); Giuliani (1990); Fialho (2005); Froelich *et al.* (2008); Carneiro (1998); Mattei (2008); Tulik (2001; 2003) e Azevedo (2010), em que essas foram tratadas como ressignificação daquelas, como valoração positiva ao que antes era visto como negativo, por tomar neorruralidades pelos sentidos de tranquilidade, calma, contato com a natureza, vida saudável, como contraponto ao frenesi da vida citadina; portanto, neorruralidades são sentidos atribuídos aos processos territoriais experienciados por pessoas que, por motivos diversos, resolveram sair da rotina citadina, aderindo à vida no campo, com o propósito de recuperar hábitos antigos desprezados e desconsiderados pela vida citadina.

Para tanto, algumas discussões foram necessárias, a fim de que tal categoria fosse trabalhada, de modo a cumprir o(s) propósito(s) da pesquisa, a saber: o percurso que a discussão sobre rural e urbano tivera, incluindo o questionamento da dicotomia entre ambos; as

configurações contemporâneas do rural também foram examinadas, para que então fosse feita uma abordagem conceitual sobre neorruralidades, bem como a discussão do tema residências secundárias.

Território (ANDRADE, 2004; HAESBAERT, 2010; FREITAS *et al.*, 2010), como espaço de múltiplos processos, contemplando relações de poder, também foi outra categoria abordada, viabilizando a discussão sobre conceitos como territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

No plano operacional da pesquisa, observei aspectos que situaram a mesma e que deram um direcionamento prático para seu desenrolar, tomando como *locus* empírico, o bairro Ilhotas, em virtude de processos de alteração de sua configuração nas últimas décadas do século vinte, que resultou em verticalização e mudanças no perfil de moradores, como referido.

Válido destacar que os entrevistados não precisaram estar necessariamente em suas moradias para conceder a entrevista, sim, estarem disponíveis (como estiveram) a colaborar com a pesquisa, o que foi documentado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dentre outros documentos. Desta feita, o lugar escolhido para realização das entrevistas foi definido pelos entrevistados, mediante disponibilidade de tempo dos sujeitos e local mais adequado ao procedimento de entrevista narrativa, ficando duas nas empresas de propriedade dos mesmos e outra em residência, totalizando três entrevistas.

No tocante à abordagem do objeto, foi feita uma pesquisa de campo. Nesse sentido, compreendendo a complexidade de penetração deste campo de pesquisa, bem como as questões que contemplam esse sujeito, houve a preocupação em realizar uma aproximação prévia com aqueles que se enquadravam como sujeitos da pesquisa, identificados como os que mantinham residências secundárias em áreas rurais. A estratégia de aproximação prévia deu-se em razão de o segmento eleito não ser de fácil acesso, especialmente, no que tange à investigação relacionada a aspectos de seus padrões de vida.

Daí eu ter ido buscar, inicialmente, e por intermédio de uma pessoa das minhas relações familiares, moradora do bairro, uma aproximação para estabelecimento de um contato inicial com os prováveis sujeitos da pesquisa. Assim, puderam ser visualizadas as perspectivas de viabilidade da pesquisa, sendo o resultado positivo, devido à receptividade por parte dos moradores contatados. Para tanto, ficou definido como perfil de sujeito da pesquisa pessoas de residência

principal (alugada ou própria) no bairro Ilhotas, proprietárias de residência secundária em área rural circunvizinha à Teresina.

Minayo (2001) enfatiza a importância do processo de entrada no campo de pesquisa, pois esse poderia ser um elemento que dificultaria, ou até inviabilizaria a mesma. Daí eu ter procurado aproximação com pessoas da área selecionada para o estudo, através de moradores do campo de investigação.

Foi realizado estudo de caso (YIN, 2005), com entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 1996) individuais, devido ao interesse em buscar descrever os fluxos identitários de processos relacionados às neorruralidades experienciados por moradores do bairro Ilhotas, na cidade de Teresina. A escolha se justifica pelo fato de a entrevista semiestruturada ter um roteiro livre, guiado por tópicos-guia e, assim, a investigação não ser orientada por perguntas predeterminadas, como se faz nas entrevistas estruturadas. Tal procedimento técnico-metodológico justificou-se por evitar respostas superficiais e racionalizadas das entrevistas estruturadas (GASKELL, 2003). Trata-se de um estudo de caso sobre fluxo identitário analisado a partir das narrativas de três entrevistados definidos como neorrurais.

Estudo de caso foi a estratégia adotada, pelo fato da pesquisa referir-se a situações da neorruralidade, pouco investigada no Piauí, especialmente em Teresina, o que exigiu uma análise aprofundada, levando à identificação de categorias e geração de hipóteses para estudos posteriores, incluindo estudos de casos múltiplos (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 644). Logo, cabe afirmar também que o estudo é exploratório, pois aprofunda a discussão da neorruralidade no Piauí, especialmente em Teresina.

Conceituando narrativa, essa se refere a uma técnica metodológica que “contempla a experiência contada pelo narrador e a vida pelo outro, o ouvinte” (DUTRA, 2002, p.373). Não tem, segundo a autora em destaque, a função de fornecer respostas, mas permite o alcance de significados com base em informações e conteúdos suscitados a partir da experiência vivida e transmitida (DUTRA, 2002, p.374).

A técnica da narrativa exige uma sensibilidade por parte do entrevistador para captação de informações e interpretação do contexto ali posto. Não obstante, não deve haver interrupções por parte do pesquisador na fala do entrevistado. Logo, a utilização da linguagem tem peso importante no desenvolvimento da entrevista.

Cabe destacar, ainda, que “as narrativas são consideradas representações ou interpretações do mundo, e, portanto, não estão abertas à comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas [...]” (MUYLAERT, 2014, p.195). Portanto, a conduta e a postura do entrevistador serão fundamentais no resultado da entrevista. É necessário, segundo Muylaert (2014), que o pesquisador acolha o informante com uma escuta comprometida em captar o máximo de informações do entrevistado.

Também foi adotado o diário de campo (OLIVEIRA, 2014), que teve seu emprego em toda a pesquisa, para registro das conversas, e tudo foi anotado logo após a observação. Além disso, a conversa é um precioso objeto de análise que nem sempre pode ser registrado nas outras técnicas (BRANDÃO, 2007). Porém, este trabalho de observação encontra alguns obstáculos, como mal-entendidos², contrassensos³, etc. Deste modo, foi importante analisar as observações realizadas através de entrevistas (BEAUD; WEBER, 2007), que nesse caso se trataram de entrevistas qualitativas semiestruturadas (GASKELL, 2003), como referido. Nesta mesma compreensão, Duarte (2002, p.141) afirma que:

De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi-estruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado.

Para definição do número de indivíduos entrevistados, usei como embasamento teórico a recomendação de Duarte (2002), havendo adaptações de cunho quantitativo, já que utilizei o estudo de caso (YIN, 2005), portanto, não levei em conta as quantidades indicadas pelo autor, apenas a indicação da possibilidade de “análise mais ou menos densa”:

No que diz respeito ao número de pessoas entrevistadas, o procedimento que se tem mostrado mais adequado é o de ir realizando entrevistas (a prática tem indicado um mínimo de 20, mas isso varia em razão do objeto e do universo de investigação), até que o material obtido permita uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, idéias e sentimentos” (DAUSTER, 1999, p.2). Eventualmente é necessário um retorno

²Tendência do pesquisador para projetar, em situações novas, expectativas de suas vivências anteriores (BEAUD; WEBER, 2007).

³Tendência do pesquisador em não conseguir observar nada ou ver nada de novo no campo de pesquisa. As observações são incontroladas, porque ninguém as contrapõe (BEAUD; WEBER, 2007).

ao campo para esclarecer dúvidas, recolher documentos ou coletar novas informações sobre acontecimentos e circunstâncias relevantes que foram pouco explorados nas entrevistas (DUARTE, 2002, p.144).

No entanto, como referido, embora a recomendação da citação acima seja para realização de entrevista com, em média, 20 (vinte) sujeitos, no caso da presente pesquisa houve adaptação, no tocante à quantidade de sujeitos, sendo entrevistadas 03 (três) pessoas, atendendo, assim, à premissa do estudo de caso, que é de um estudo adensado e específico de um ou poucos objetos, de maneira que permita detalhamento, com vistas ao desenvolvimento de teorias pautadas, dentre outros elementos, em explicações de variáveis causais de um determinado fenômeno ou situações de cunho complexo, conforme explanado, atendendo assim, à perspectiva da abordagem qualitativa.

Para tanto, segue quadro com informações dos sujeitos, permitindo uma aproximação com perfil dos entrevistados, a saber:

Quadro 1 - Perfil dos sujeitos entrevistados na pesquisa

| Sujeito | Sexo | Formação | Profissão | Tipo de Residência | Tempo de moradia na residência principal | Município onde possui segunda residência |
|----------------|-------------|-----------------|---------------------|---------------------------|---|---|
| A | Masculino | Advogado | Empresário | Casa | 36 anos | José de Freitas |
| B | Masculino | Contador | Empresário | Edifício | 8 anos | José de Freitas |
| C | Masculino | Administrador | Funcionário Público | Edifício | 6 meses | Povoado Santa Teresa PI 113 - Teresina |

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Desta feita, numa metodologia de base qualitativa, elementos como adensamento do conteúdo e o grau de divergência/recorrência das informações coletadas foi algo fundamental. Entretanto, quando os objetivos foram alcançados, a pesquisa deu-se por encerrada, havendo identificação de padrões, práticas, sistemas e categorias de análise da realidade, além de visões de mundo do universo em investigação, nos termos de Duarte (2002, p.144).

Quanto à leitura do material coletado, essa aconteceu por meio de análise de conteúdo, recurso utilizado para interpretar a fala dos entrevistados, através da busca dos sentidos daquilo que está sendo dito, procedimento foi adotado a partir das recomendações de Bardin (2009).

Frente às reflexões de Bardin (2009) quanto à análise de conteúdo, vale destacar que o (a) pesquisador (a) deve focar-se na interpretação, isto é, deve ser o(a) intérprete, fazendo uma leitura do conteúdo do que lhe está sendo informado. Portanto, recebe influência dos sentimentos que possui, do afeto, crenças, experiências e vivências, não podendo considerar sua interpretação como verdadeiramente única, já que a análise interpretativa abre caminho para a possibilidade de outras análises.

No tocante ao que se analisar, isto é, à questão do método e técnicas, como: a organização da análise; a codificação de resultados; as categorizações e análises dessas, dentre outros elementos, com vistas na aplicabilidade coerente do referido método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, Bardin (2009) diz que a análise de conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização do material disponível para exame.

Assim, a análise de conteúdo se configurou como um recurso de grande valia na pesquisa realizada, porque permitiu, do ponto de vista operacional, buscar sentido no processo de apreensão de informações por meio da interpretação. No ensejo, cabe ressaltar que tal recurso é passível de equívoco, pelo caráter interpretativo da fala que o mesmo possui, podendo ficar informações mascaradas e/ou sem a devida análise. Foram riscos assumidos na pesquisa.

A análise categorial, presente na análise de conteúdo, também foi utilizada, devido à sua funcionalidade, como explica Caregnato e Mutti (2006, p.683): “[...] a análise categorial [...] “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos”. A análise categorial pode ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto.

Desta forma, a utilização da análise de conteúdo na pesquisa, dadas às suas especificidades, permitiu que as informações das entrevistas fossem organizadas com enfoque nas categorias do problema de pesquisa e dos objetivos, na etapa de análise pela produção de mapas de leitura em forma de tabelas, com base em Spink (2010).

Assim, a análise foi feita pouco tempo depois da coleta das informações, para que não houvesse um acúmulo de materiais e possível perda na hora de reuni-los, conforme alerta Goldenberg (2011). Depois das informações organizadas em mapas, a partir das categorias, foi feita a leitura dos mapas pelas colunas e pelas linhas, tendo como referência o problema de

pesquisa, o pressuposto e os objetivos pretendidos. O resultado da leitura foi organizado em relatório que orientou a redação da presente dissertação.

A pesquisa contou com a submissão do seu projeto ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí, com base nas normas éticas brasileiras, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, 2014:

Respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade sob forma de manifestação expressa, livre e esclarecida, de contribuir e permanecer ou não na pesquisa; b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; d) relevância social da pesquisa o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária. [...]

A submissão do Projeto ao Comitê de Ética, antes de sua operacionalização, atendeu ao requisito da exigência da relação ética entre pesquisadora e pesquisados, com a firmação do compromisso de proteção aos direitos de liberdade de expressão e de imagem, por terem sido assegurados aspectos como garantia do anonimato, sigilo, e resguardo aos direitos.

A escolha pela submissão do projeto de pesquisa foi fundamentada na garantia, tanto dos meus direitos como pesquisadora, quanto dos direitos dos sujeitos entrevistados, muito embora haja questões ainda não superadas no bojo da atuação destes Comitês, no que se refere à Pesquisa Social.

O fato é que o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética como compromisso e zelo com a produção de conhecimento, com participantes da pesquisa e comunidade acadêmica à qual me vinculo, dentre outras assertivas que pautaram a pesquisa.

Desta feita, de posse do Parecer Consubstanciado emitido pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, aprovando o projeto, sem ressalva alguma, a próxima fase foi, então, de retomar os contatos articulados dos possíveis sujeitos à época do processo seletivo do Mestrado em Sociologia. Frente às incursões realizadas (no caso oito), consegui ter, seguramente, sujeitos a serem entrevistados, garantidos. Foi deliberado por mim e pela orientadora que seriam três pessoas entrevistadas, para atender às exigências de estudo de caso.

Mas como retomar os laços com estes prováveis sujeitos? De posse de toda a documentação submetida ao Comitê de Ética, já separada em *kits* compostos por documentos como: Roteiro de Entrevista; Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da UFPI; Termo de

Confidencialidade; Termo de Autorização para Fotografias, Filmagens e Uso de Registro; Termo de Consentimento Livre Esclarecido e Termo de Veracidade de Transcrição e Autorização para Publicação, retomei o contato com meus prováveis sujeitos.

Importante esclarecer que todos os documentos supracitados tinham informações sobre a pesquisa, como objetivos; do que tratava a mesma; título recebido; possíveis contribuições da pesquisa, dentre outras informações condizentes e relevantes para a proposta; campo para nome completo, RG e CPF do entrevistado e meu, enquanto pesquisadora, além da data da entrevista.

Já o roteiro norteador da entrevista foi composto de itens que direcionaram as entrevistas narrativas, além de um cabeçalho com o título do documento, identificação da pesquisadora e da orientadora. Havia também informações básicas de um perfil do entrevistado, como nome completo do sujeito, profissão, endereço e idade. Ainda neste mesmo documento, ao final da entrevista, tinha o campo para registro da data de realização da entrevista.

Tal retomada de articulação com as possíveis pessoas a serem entrevistadas deu-se por meio de contato telefônico e depois com visitas antecedendo ao dia da entrevista foram realizados dois encontros, sendo um para falar da proposta de pesquisa (período da incursão), outro para falar da entrevista, como essa seria, que tipo de pergunta contemplaria definição de horário e local para a realização da mesma. A necessidade de tais momentos se deu por tratar de pessoas com atribuições diversificadas, com uma rotina citadina intensa, ocasionando a necessidade de se fracionar em tais momentos a explanação sobre a pesquisa, mediante a disponibilidade temporal dos sujeitos.

Contudo, cabe destacar que apesar da necessidade de adequação aos horários disponíveis dos entrevistados, as entrevistas aconteceram e transcorreram, dentro da expectativa, haja vista, a disponibilidade dos sujeitos que se dispuseram a participar do processo, disponibilidade esta realçada, por exemplo, na postura dos sujeitos, que não demonstraram qualquer resistência em participar da entrevista*, criando uma atmosfera favorável ao repasse das informações e encerrando suas falas com colocação à disposição para outros possíveis dados. Condições favoráveis à entrevista narrativa, haja vista, que esta não se reduz à linguagem, por exemplo, mas, inclui ambiente, postura, atitude, tanto de voz, dentre outros aspectos. Em suma, no caso dos entrevistados desta pesquisa a única pauta solicitada por eles para que não fosse tocada, foi o aspecto da renda e como tal aspecto para a proposta de pesquisa não foi analisado como fundamental, a pesquisadora optou por excluí-la. Assim, chegada fase da entrevista, data, local e

horário ficaram por conta do entrevistado. Eu apenas acatei as decisões dos mesmos. Preocupe-me até com minha aparência, para não causar má impressão, frente aos entrevistados.

Vale destacar que todos os entrevistados foram articulados em primeiro momento por telefone e, depois, com visitas, para explicação da proposta da pesquisa, incluindo o aspecto do sigilo da identidade dos mesmos, procedimento exigido pelos entrevistados, com justificativa de não desejarem exposição de sua imagem. Daí os entrevistados serem identificados na dissertação como Entrevistado A, B e C, garantindo, assim, o anonimato dos mesmos.

Chegado o dia da entrevista, o *kit* de documentação, ao qual já me referi, era revisado e organizado em sequência, além do gravador, que também era testado, para que não houvesse equívocos ou erros no transcorrer da atividade. Importante ressaltar que minha orientadora supervisionou a elaboração de um roteiro norteador da entrevista (assim como demais instrumentais) para otimizar o tempo disponibilizado para cada sujeito, já que se tratam de pessoas muito ocupadas, dentro de suas atribuições de trabalho e renda. Esse roteiro teve oito itens que foram elaborados com base nos objetivos específicos. Em média, cada uma das entrevistas durou cinquenta e cinco minutos.

No ensejo, ao apresentar a documentação, os entrevistados (foram três homens, por questões, estritamente, de disponibilidade) prontamente concordaram em assinar os documentos que indicavam seu acordo em conceder a entrevista, e os termos em que a mesma deveria ocorrer.

Todos os instrumentos que foram utilizados ao longo do processo de captação das informações transformadas em dados no processo analítico foram inseridos como apêndices da dissertação.

Quanto ao período de execução das entrevistas, esse se configurou de julho até a primeira metade do mês de setembro, devido à agenda dos entrevistados. E por tratar-se de um processo delicado resolvi desenvolvê-lo com cautela e zelo para que o sujeito se sentisse valorizado no tocante à sua disponibilidade em contribuir voluntariamente com a pesquisa. Imperioso ressaltar que o período destacado incluiu a transcrição das entrevistas, um processo lento e que me exigiu muita atenção e concentração, haja vista que cada entrevista foi ouvida e transcrita manualmente para posterior digitação.

Em seguida, realizei a leitura de todo o material digitado para fins de interpretação e análise do conteúdo constante nas entrevistas, para se chegar ao que Michelat (1987, p. 204) chama de “impregnação”. Tal procedimento consiste em ler e reler as entrevistas transcritas

disponíveis a um nível exaustivo de assimilação. Isto significa que além da literalidade da frase, deve tentar-se reconstruir sua tradução interpretativa, incluindo sequências de significação mais ou menos longa, as quais não podem negligenciar nenhum elemento da entrevista. Daí a importância segundo Michelat (1987, p. 207) da gravação integral da entrevista e sua transcrição na íntegra para análise.

Assim, após a transcrição, foram produzidos mapas de leitura. Sua construção iniciou-se pela definição de categorias gerais, de natureza temática, refletindo, sobretudo, os objetivos da pesquisa. Para tanto, é importante observar a proposta de organização dos mapas apresentada por Spink (2000, p. 84):

Busca-se organizar os conteúdos a partir dessas categorias – a exemplo das análises de conteúdo – mas procura-se preservar a sequência das falas (evitando, dessa forma descontextualizar os conteúdos) e identificar os processos de interanimação dialógica a partir da esquematização visual da entrevista como um todo (ou de trechos selecionados da entrevista). Para a consecução desse objetivo o diálogo é mantido intacto – sem fragmentação –, apenas sendo deslocado para as colunas previamente definidas em função dos objetivos da pesquisa.

Refletindo sobre a citação acima, cabe destacar que mapas de leitura não são técnicas fechadas, pois, seu duplo objetivo é dar subsídios para análise e visibilidade aos seus resultados. Há, portanto, um processo interativo entre análise dos conteúdos (e consequente disposição destes nas colunas) e elaboração das categorias. Assim, com as categorias analíticas identificadas como de conteúdo foram: fluxos identitários de neorruralidades, territorialidade e segunda residência.

Noutro mapa foram identificadas as categorias de contexto, com base em Franco (2005), a partir das falas dos sujeitos que remeteram à sua história de vida, trazendo no seu bojo um processo composto de momentos por eles vivenciados até chegar à posição socioeconômica que ocupam hoje, o que serviu para subsidiar as dinâmicas identificadas dentro das categorias de conteúdo. Entretanto, é importante ressaltar que embora iniciando com categorias teóricas, que refletem os objetivos da pesquisa, o próprio processo de análise dos mapas pode levar à redefinição das categorias.

Desta feita, cabe então apresentar a composição dos capítulos da dissertação, a saber: o primeiro capítulo é a introdução, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT. No segundo capítulo foi trabalhado o tema neorruralidade na contemporaneidade,

incluindo discussão sobre superação ou não da dicotomia entre o rural e o urbano, multifuncionalidade e as residências secundárias. Para tanto, foram abordados autores como Martins (1981), Moraes e Vilela (2013); Blume (2004); Wanderley (1997); Soares *et al.* (2008); Silva (2009); Favareto (2006); Giuliani (1990); Fialho (2005); Froelich *et al.* (2008); Carneiro (1998); Mattei (2008); Tulik (2001; 2003) e Azevedo (2010). O terceiro capítulo trata sobre neorruralidade enquanto fluxo de sentidos de identidades, sendo abordada a identidade cultural, com seus fluxos e hibridismos, com referência em Giddens (1991; 2007); Hall (2014); Andrade (2004); Hannerz (1997); Bourdieu (1996); Wanderley (2007) e Sousa (2008). O quarto capítulo traz discussão sobre território como relação de poder, do ponto de vista das ciências sociais, a qual inclui processos como territorialidade, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, com referência, dentre outros autores, em Andrade (2004); Haesbaert (2010) e Freitas *et al.* (2010); Schneider (2004) e Verde (2004).

2 RURAL CONTEMPORÂNEO: aspectos analíticos da neorruralidade em casos de residência secundária

Rural e urbano, como referido, durante muito tempo foram considerados espaços dicotômicos, distintos, onde o diálogo entre ambos era algo quase incabível. Porém, estudos, sobretudo de sociólogos e geógrafos, dão conta de uma interação entre campo e cidade, muito embora essa não seja linear e independente. O fato é que campo não é mais visto como o lugar essencialmente ruim, sobretudo, por populações citadinas que passaram a ressignificar rural, experimentando atualmente uma variedade de serviços/atrações/significações de rural destinados a uma parcela da população que anteriormente via os grandes centros urbanos como o único local de autorrealização. Há uma parte deste segmento que a literatura vem considerando como neorrurais, perspectiva adotada no presente trabalho.

Para tanto, o capítulo trata da discussão conceitual e prática de neorruralidade na contemporaneidade, contemplando inicialmente abordagem de rural nas ciências sociais. Para isso, abordei aspectos relevantes, como a terra e o seu valor; o rural e o urbano como espaços antes entendidos como dicotômicos, e hoje como cenários que dialogam entre si, para chegar ao rural contemporâneo, incluindo-se, aí, as amenidades atribuídas a rural, multifuncionalidade e pluriatividade, com base na utilização e práticas atualmente realizadas pelos sujeitos da neorruralidade, a partir de suas residências secundárias. Para tanto, foram abordados autores como Martins (1981), Blume (2004), Wanderley (1997), *Soares et al.* (2008), Assis (2003), Favareto (2006), Giuliani (1990), Fialho (2005), Froelichet *al.* (2008), Carneiro (1998), Mattei (2008), Tulik (2001;2003), e Azevedo (2010).

2.1 ABORDAGEM DE RURAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Discutir abordagem de rural na Sociologia requer examinar a oposição entre campo/cidade, onde o primeiro é inferior a este último. Trata-se de uma dicotomia que fundamentam o mito da paz social entre rurais e urbanos em que aqueles são beneficiados pelos saberes e estratégias deste.

A identificação de elementos/ideias é feita tomando como objeto de análise dinâmicas sociais tais como se apresentam. Entretanto, é importante frisar que as noções que direcionam o trabalho sociológico não são “o estrito produto da sociedade capitalista, na qual nasceu a

sociologia, mas, são, antes ideias retomadas do mundo medieval” (MARTINS, 1981, p.17), nascidas como reação ao racionalismo oitocentista, ligadas à ordem feudal, porém, com conotação redefinida pela necessidade de autoexplicação da sociedade capitalista que já vivenciou o processo de secularização. Trata-se de uma crise, na qual, há inclusive, mudança social.

Logo, é possível afirmar com Martins (1981) ao tomar como referência Aldo Solari que o desenvolvimento da sociologia se vincula à mudança social e a uma situação de crise, o que se estende à sociologia rural, havendo uma relação causal entre crise e seu surgimento.

Para melhor compreensão da relação supracitada, deve-se levar em consideração a necessidade de reflexão sociológica acerca do mundo rural, sobretudo, no que tange ao processo de migração do campo para cidade bem como a invasão do campo pelas cidades, promovendo o que Martins (1981, p.24) chama de “urbanização do meio rural”. Assim, a intensidade destes fenômenos varia em diferentes sociedades, mas, quando alcança certo estágio, provoca crise na estrutura social e ao mesmo tempo desenvolvimento da sociologia rural. Contudo, faz-se necessário frisar que a sociologia se apresenta como recurso para equilibrar um sistema global que é a dominação do urbano sobre o rural. Portanto, crise aqui, é considerada para o sistema social rural e a resposta científica vem embasada na expansão do urbano sobre rural.

Mas a pergunta crucial neste exame é: O que é rural?

José de Sousa Martins viabiliza os caminhos para tal conceito, a partir de Aldo Solari, trazendo características de rural, as quais justificam inclusive, uma sociologia específica, a saber:

O traço fundamental que, no entender dele, permeia todos os outros traços caracterizadores do rural, está na ocupação da população rural. Como diz ele, “a sociedade rural é essencialmente aquela na qual os indivíduos ativamente ocupados o estão na atividade agrícola, em sentido amplo, como a exploração e o cultivo das plantas e dos animais. O segundo traço diferenciador está nas características ambientais. [...] Ou seja, há uma preponderância da natureza sobre o trabalho humano. Em terceiro lugar, há uma diferença no que ele chama de volume das comunidades. Isto é, a proporção homem/terra é menor no campo e muito maior na cidade. Em quarto lugar, a homogeneidade e heterogeneidade dos integrantes, respectivamente a sociedade rural e da sociedade urbana. [...] Assim, a diferenciação é maior na cidade. As diferenças residem nas origens de cada grupo de população. A quinta característica diz respeito à mobilidade. [...] Diz ele “apesar da grande quantidade de pessoas que emigra do campo à cidade, não há nenhuma *profissão*, segundo os estudos comparados, nas quais maior porcentagem de filhos siga a profissão dos pais do que entre agricultores. E, finalmente, há um princípio derivado deste quinto, que é o princípio da herança: “pois, na sociedade rural o lugar que uma pessoa ocupa é determinado

essencialmente pelo lugar que seus pais ocupavam”, como decorrência do baixo índice de mobilidade (MARTINS, 1981, p. 26-27).

Tal caracterização, embora apresente fragilidades por não considerar certos aspectos como provável proveniência rural dos praticantes de profissões urbanas, indica a existência de elo no mercado de trabalho ou mercado ocupacional. Assim, apesar de estar em observância à migração, tem-se um traço fundamental para pensar as relações campo/cidade que é a polarização entre estes.

Não obstante, Martins (1981) ainda destaca a necessidade de considerar como fenômenos sociais se dão na América Latina, onde a peculiaridade na relação sociedade urbana e sociedade rural, leva à migração de uma à outra, além da mão de obra de baixa qualificação na cidade, já podendo ser falado em contínuo rural/urbano. Outra peculiaridade é a diferença ambiental, que aparece como dimensão causal. Em outras palavras, a sociologia rural tem o caráter instrumental do conhecimento que homogeneíza a sociedade, dando dimensão social ao que ainda é natural, passando social a ser sinônimo de urbano.

Embora a sociologia rural tenha um caráter burocratizado/integrado e esteja voltada para o meio rural, este é entendido como meio social interno qualificado e diferente do meio urbano, para viabilizar a intervenção que valida à hegemonia do urbano sobre rural. Em outras palavras, a sociologia rural mostra-se como expressão de dominação da cidade sobre o campo.

Todavia, segundo Carneiro (2008), pesquisas recentes têm apontado para mudanças no meio rural, não previstas pela sociologia rural, sendo colocado em pauta o mito da referida sociologia, que traz uma oposição entre campo e cidade, sendo o primeiro subordinado a este último. No entanto, as dinâmicas atuais das sociedades rurais têm acrescentado novos aspectos ao debate, abrindo possibilidade a outras interpretações, como por exemplo, a de que a dinâmica do mundo rural não caberia mais na afirmação de tendência ao seu esvaziamento social, econômico e cultural. Outra corrente é a de novas ruralidades, onde é constatada “a revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas que nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas” (CARNEIRO, 2008, p.12). Tal fenômeno leva à ideia de aproximação entre os padrões de vida da população rural e urbana, a qual se daria de diferentes modos, porém, com um lugar privilegiado à figura do agricultor, responsável por manter “o campo tradicional” (CARNEIRO, 2008, p.12).

A em diálogo com a citação, é possível afirmar que a ideia de natureza como objeto de contemplação também passa por mudanças, com a perspectiva de estetização do trabalho agrícola como qualificação do rural, seja ela como categoria historicamente datada, seja como uma realidade em constante transformação. Em ambas a figura do agricultor aparece em destaque devido às concepções de um campo simbolizado pela agricultura, incluindo neorrurais.

Outra corrente sustenta o fim da dicotomia rural-urbano para qualificar realidades distintas nas sociedades contemporâneas, demonstradas, por exemplo, pela recuperação do dinamismo de algumas áreas rurais e do declínio de certas áreas urbanas bem como o processo de industrialização experimentado em pequenas áreas rurais, além da observação da desaceleração do processo de migração campo-cidade em algumas regiões da França, segundo Carneiro (2008), com ampliação de atividades não agrícolas em territórios rurais, em decorrência da extensão do mercado de trabalho urbano para áreas rurais, especialmente, as mais próximas das grandes cidades.

Destacam-se, também, as famílias pluriativas, que se caracterizam pela combinação de atividade agrícola e outras ocupações como estratégia familiar de melhoria da qualidade de vida ou mesmo permanência no campo (CARNEIRO, 2008). Estas novas estratégias se encontram nas alternativas de trabalho, tais como jardineiros, cozinheiro, pedreiro, caseiros, empregadas domésticas, dentre outros que surgiram a partir da exploração do turismo e pela transformação de espaços rurais em áreas de lazer.

Nota-se que a análise das correntes sobre rural/urbano traz à tona o desafio que é a definição e classificação de ambos. Assim, para situar tal denominação tanto no aspecto social como geofísico, há uma referência em práticas sociais e ações políticas sobre os dois universos (rural e urbano). Todavia, cabe destacar que a forma como os indivíduos definem essas categorias e as incorpora em seus universos sociais também influencia definição e dinâmicas de campo/cidade, alimentando trocas, enriquecendo os bens culturais e ampliando a rede de relações sociais, o que implica em heterogeneidade social, sem que resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local.

Entretanto, é oportuno destacar que o rural não possui um significado sociológico e nenhuma definição sociológica de rural pode ser vista como aceitável (RYE, 2006, p.420). Por outro lado, se rural não apresenta um tipo peculiar de espaço físico-geográfico, ele pode ser considerado, então, a partir de um novo momento, iniciado desde os anos de 1990, onde a

ruralidade passa a ser vista como fenômeno social subjetivamente construído (ANJOS e CALDAS, 2013, p.390).

Cabe fazer um aporte sobre idílio rural conceituado por Anjos e Caldas (2013, p.394) como “[...]o rural retratado numa visão romântica[...]”, exprimindo a densidade dos valores simbólicos que leva implícita essa noção. É o lugar do “refúgio da modernidade” (ANJOS E CALDAS, 2013, p. 394) e manifestação explícita de ativismos despertados em amplos setores de uma sociedade que anseia o (re)encontro com o “tradicional”, o “autêntico”, o “exótico”, o “singular”.

A utilização de tal noção sobre rural situa a caracterização contemplada na neorruralidade, no que tange a uma das significações de rural (re)identificadas a partir da década de 1990. Aqui são contemplados aspectos como preservação do meio ambiente, produção orgânica, ressignificação da natureza, remetendo a uma possível mudança de atitude das pessoas em relação à conservação do mundo natural. Essa preocupação ou novo olhar sobre o meio ambiente aparece na fala dos entrevistados, os quais demonstraram certa preocupação ambiental no rural:

[...] Eu compro, vamos dizer estaca pra reforçar a cerca, comprei agora quinhentas estacas. Eu compro. Lá eu tenho muito cedro, [...] lá tem uma área que é meio úmida, lá perto das piscinas chega a terra é escura dentro, a formação geográfica me ajuda, né, por causa da serra, mas lá ninguém corta nada não. Nem deixo pegar nem matar nada. Já aqui em Teresina é do jeito que é, né? Aí me esforço pra ter meus cachorros, pássaros e, na porta, minhas árvores (ENTREVISTADO A).

[...] Olha, eu acredito que hoje todos nós seres humanos precisamos preservar esse pequeno espaço da natureza que a gente tem. Então, nós temos a grande responsabilidade de cuidar da área verde, dos verdes, de tudo, também das pessoas que vivem no campo, das pessoas que ainda não têm essa visão do campo formada, e a gente deve transmitir pra elas justamente esse conhecimento que a gente tem, que é pra também justamente preservar a questão da natureza, importante pra toda nossa sobrevivência. Por isso que cuido de tudo lá, acompanho tudo, de uma forma ou de outra (ENTREVISTADO B).

[...] Inclusive, discuti esse final de semana uma coisa que me trouxe uma preocupação. É a questão da água. Eu nunca tinha me preocupado com isso. E a gente tinha um poço que ele estava escasso. Então, meus irmãos fizeram outro, para não faltar água para ninguém. Porque em todo lugar, a cada duzentos metros daqui os moradores têm um poço. No campo, a única preocupação que a gente tem é a questão da água para criar animais, principalmente bode, ovelha, e não dá para ficar escavando um poço, dois poços e tudo.

[...] Sim. A gente pensa na água, mas o meio ambiente como todo é preservado. E muito! Ninguém queima. Ninguém derruba nada. Até porque meus irmãos praticamente não trabalham mais de roça [...] (ENTREVISTADO C).

Os discursos apresentam uma preocupação com o meio ambiente, porém, especificamente no rural. Elementos como água, plantas, queimadas, aparecem como pautas de um olhar específico, produzido a partir da vivência experimentada em caráter temporário no campo, não trazendo alguma observação ou mesmo iniciativa para o meio ambiente na cidade, onde a concepção de preservação ambiental apresenta indícios de um processo muito mais pela atividade de recuperar o que foi destruído do que preservar o que na natureza já existe.

Em outras palavras, funciona assim: destrói-se a natureza em um primeiro momento, com prédios comerciais, condomínios, quadras de tênis, hotéis, quadras de futsal, academias, para depois alocar, se couberem, árvores para amenizar o aspecto destrutivo promovido pelas instalações supramencionadas. Um exemplo deste ciclo é o próprio bairro Ilhotas, com caracterização que o mesmo tem na contemporaneidade e que foram referidas na introdução desta dissertação.

Todavia, é possível acreditar que os entes da neorruralidade não percebiam que a estruturação feita em suas propriedades de residência secundária, já é por si só, uma agressão ao meio ambiente. Ao mesmo tempo, é preciso destacar que o ato de criar animais, seja cachorro, gato ou outro animal de pequeno porte em suas residências urbanas, bem como cultivar plantas em suas moradias, não contempla evidência de preocupação ambiental, pois a questão do meio ambiente degradado ou agredido pelo ser humano, a partir do processo de desenvolvimento, extrapola essas microações.

Uma passagem da fala do Entrevistado B é exemplar, quando o entrevistado demonstra incisivamente seu olhar ambiental para o campo. Na mesma narrativa, o entrevistado em referência fala da significação de meio ambiente que ele identificou no imóvel da cidade, tido como residência principal. Trata-se de uma fala romantizada.

Pra você ter uma ideia, algumas vezes lá, alguns vizinhos já fizeram queimadas indevidas e a gente teve todo o cuidado de falar com eles, que não era daquela forma. Para alertar do perigo das questões das queimadas. Já aqui em Teresina, o meio ambiente, na minha visão, é que a gente precisa plantar muita árvore e que a gente precisa cuidar muito dos rios. Que nossos rios estão sendo poluídos de uma forma impressionante. Por isso que não desapegamos de nossas plantinhas de forma nenhuma. E o cuidado que a gente tem com cada planta, por mais efêmera que seja, é algo indispensável. A gente tem o cuidado com elas, as plantas, de plantar num lugar devido, de ver qual é a adubação, de ver o que ela produz, se flores, se frutos. Aqui mesmo, no condomínio, tem um jardim, é lindo! Você não viu ainda o jardim aqui? Olha, é umas das áreas mais lindas,

você precisa dar uma passada na área do jardim, que é pra você ter uma ideia. Nós temos o jardim e no entorno do condomínio também. Olhe, tem uma área aberta que é o jardim, e então essa área tem bancos pra você sentar, parece uma praça, uma praça de uma cidadezinha. É a coisa que é mais linda. E além da questão das plantas que tem ali da área verde, tem uma lá que é assim impressionante! Parece um clima de uma cidade litorânea, porque nesse horário ventila e você vai ver a diferença que tem. Então, tem uma ventilação nesse horário lá, que você parece que está numa praia. Que parece que você está em Luís Correia [...] (ENTREVISTADO B).

Nota-se que a mesma pessoa que se preocupa com a natureza, a partir do que é vivido no campo, observando cada fase das plantas, a atividade de queimadas e seus impactos, é a que fala sobre o jardim do seu condomínio como algo bom, a partir das condições de contato com natureza oferecida na residência principal.

Vale referir, que o espaço de natureza artificializado naquele condomínio produz amenidades que só podem ser usufruídas por quem mora naquele local ou compõe o ciclo relacional de seus (suas) moradores(as), não havendo demonstração de preocupação efetiva com meio ambiente, se considerarmos, por exemplo, o Rio Poty, que é vizinho do condomínio e se encontra agonizando.

As narrativas apresentadas neste item demonstram uma redefinição de significação de áreas rurais, com incorporação de concepções não contempladas em disciplinas como a sociologia rural, tais como: produção orgânica, natureza como alento/sossego, rural idílico, experimentados a partir de meados de 1990, por meio da conversão de atributos ambientais em artigos consumíveis, em paisagem ou cenário para ser reconfigurado para fins de apropriação estética por parte dos turistas, o que nem sempre é acordado com rurais locais, não ficando, livre, portanto, de tensões, conflitos e/ou contradições. No caso, das falas dos sujeitos da pesquisa, identificam-se aspectos de preservação ambiental, cuidado com a natureza, incluindo preocupação com economia de água.

Dentro da perspectiva de redefinição de rural, Wanderley (2000, p. 99) traz três concepções a respeito do que é rural e usos dos espaços rurais, incluindo relações sociais variadas, a partir do uso da terra e do espaço rural e controle das instâncias decisórias da vida local. A primeira atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural. A segunda concepção associa o meio rural a melhor qualidade de vida que pode ser aspirada pelo conjunto da sociedade, sobretudo, pelos habitantes de áreas urbanas de grandes cidades, passando os espaços rurais a serem espaços de consumo, voltados especialmente para atividades relacionadas às

funções de residência e lazer, que vão desde o turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias.

A terceira concepção também situa (assim como a segunda) os espaços rurais como bem coletivo, vistos agora, não só como lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios (WANDERLEY, 2000, p. 100).

As concepções abordadas tiveram como consequência de destaque a ressignificação de rural, haja vista a diversidade de grupos, social e politicamente organizados, que polarizam suas posições, defendendo o espaço agrícola, ora como produtivo, ora como espaço de preservação ambiental. Contudo, o que é relevante detectar é que o embate dos grupos é impulsionado por interesses, pesando nesta lógica, a capacidade de organização, representação e negociação de cada grupo. Tais elementos podem, inclusive, constituir os fundamentos para elaboração de novas tipologias dos espaços rurais.

A multifuncionalidade também se refere à outra perspectiva de rural, isto é, de novas possibilidades que passaram a ser percebidas no referido espaço, principalmente por uma parcela da população citadina que percebeu, no rural, outras significações, para além do atraso, do vazio, da ausência, assumindo agora papel coadjuvante de bom, de múltiplas funções.

Para tanto, acerca da multifuncionalidade, vale destacar que esta vem se configurando, desde a década de 1990, no Brasil, por meio da formatação de espaços rurais para além do tradicional, baseado exclusivamente na agricultura e pecuária, segundo Soares *et al.* (2008). Trata-se de uma visão de aproveitamento e exploração de outras possibilidades que o rural oferece. É o rural sendo utilizado para outros fins, o que não implica necessariamente em degradação do meio ambiente, por exemplo.

Tal cenário vem se desenhando, em parte, em virtude de uma parcela da população ter percebido o rural como consumo, viabilizando outras significações, como sossego, descanso, busca e contato direto com a natureza, frente às suas necessidades pessoais.

Na verdade, a representação de espaço rural como natureza, hoje, traz a função identitária, oriunda de nova concepção de segmentos populacionais que buscam o campo como representação de saúde, liberdade, bem-estar e tranquilidade, conforme asseveram Soares *et al.* (2008). Porém, o que não se pode deixar de dar ênfase é o fato de que rural é um espaço de

consideráveis transformações sociais contemporâneas, pautadas no atendimento de novas demandas que surgem no compasso dos interesses de novos atores.

A multifuncionalidade engloba, portanto, estratégias e adequações dentro do meio rural, que visam ao atendimento das demandas de outros segmentos sociais, para além de camponeses e agricultores familiares, que voltaram na contemporaneidade, a se interessar pelo rural, resignificando-o. Assim, “a multifuncionalidade pode ser entendida como a ampliação de funções atribuídas aos territórios rurais para além da produção agropecuária, abarcando a conservação ambiental, patrimônio cultural e natural, paisagem, lazer, turismo, etc” (FROEHLICH *et al.*, 2008, p. 169).

Nota-se que a perspectiva da multifuncionalidade levada ao campo das políticas públicas aparece como um meio capaz de viabilizar a sobrevivência da população local do campo. Em contrapartida, é ao mesmo tempo a alternativa de quem muitas vezes não vive a escassez financeira, mas vive a ausência de um espaço de terapia, necessário ao corpo e à mente, frente à vivência de uma rotina exaustiva na vida cidadina.

Tratando da multifuncionalidade com utilização de cenários naturais tem-se, segundo Soares *et al.* (2008, s/p) os Centros de Equoterapia, Terapia de Energização e Comunidades Terapêuticas. São experiências que se referem às alternativas oriundas de demandas de pessoas que possuem poder aquisitivo considerável e que podem custear seus anseios, traçando essa conexão direta com a natureza. São espaços organizados bastante estruturados, capazes de oferecer o conforto da vida cidadina dentro do rural. Este é o aspecto peculiar desses locais.

Não obstante, é importante ressaltar que não se trata de espaços filantrópicos e, sim, de serviços que cobram altos valores para sua manutenção dentro dos padrões dos segmentos que usufruem dos serviços citados, onde o *marketing* comercial coloca natureza e rural como algo necessário dentro daquilo que pode se chamar de busca de sentidos positivos, convergindo, assim, com anseios das camadas sociais urbanas, como classe média e classe média alta.

Tem-se, ainda, o âmbito da multifuncionalidade atrelada à sustentabilidade da agricultura camponesa nos cerrados piauienses, onde, segundo Moraes e Vilela (2003), a mudança de *status* de famílias agricultoras de segmento marginal, tido como avesso à modernização e ao desenvolvimento, para participante de um processo de desenvolvimento territorial é um desafio, haja vista que essas populações têm visão positiva do seu modo de vida e da sua função social, baseada na visão de suas precárias condições de vida, não havendo por parte dessas, a

percepção e compreensão sobre os reais papéis e potenciais dessa agricultura camponesa, os quais apontam para sustentabilidade socioeconômica e ambiental, manutenção do capital social rural e possibilidade de diversificação das atividades (MORAES e VILELA, 2003, p. 120).

Outra experiência é a comercialização de produtos de origem rural, como massas, biscoitos, doces, frutas, compotas, dentre outros. Existem ainda aqueles locais onde a produção artesanal de itens com caráter colonial e/ou artesanal é realizada de maneira a demonstrar produção como um processo que compõe o cenário turístico, acessível aos segmentos que buscam esse tipo de entretenimento. Ao final do processo há, ainda, a comercialização dos produtos oriundos da produção artesanal. A toda essa modalidade se dá o nome de “agrocomércio”.

Assim, ao longo do item que finda, vê-se que o exame sobre rural nas ciências sociais não é tarefa fácil, tendo em vista a complexidade de dinâmicas e mitos como o da sociologia rural que reduziram até meados da década de 1980 as análises sobre rural como oposição inferiorizada ao urbano. Já na década de 1990 começa a se desenhar outras concepções de rural, incluindo natureza, meio ambiente, paisagem como consumo, produção orgânica, superação da dicotomia rural, urbano, idílio rural, multifuncionalidade e pluriatividade rural, dentre outros temas que passaram a compor a abordagem sobre a chamada nova ruralidade.

Todavia, faz-se necessário após essa abordagem sobre rural analisar o aspecto da dicotomia rural/urbano para verificação se esta foi superada ou não. É o que será feito no item que se segue.

2.2 RURAL E URBANO: superação de uma dicotomia(?) a partir de novas configurações de rural

Abordar, mesmo que conceitualmente, a ruralidade, requer, antes, uma breve discussão de alguns aspectos sobre a relação rural/urbano, incluindo configurações de rural incorporadas na contemporaneidade. Assim, é cabível tratar, em primeiro momento, a terra, a qual aparece nas relações históricas de poder, sobretudo, quando se trata do Brasil, e no jogo de interesses que se perpetuou ao longo do tempo, como assevera Martins (1981).

O que houve, segundo o autor supramencionado foi a chamada naturalização da exploração da terra. Assim, à medida que o sistema capitalista se estabelece as relações sociais e espaços também se modificam. Fica claro que o regente das relações é o referido modo de

produção capitalista, o qual determina padrões sociais, econômicos e até comportamentais, reproduzindo relações desiguais, muitas vezes imperceptíveis, do ponto de vista prático, mas detectadas a partir da análise das significações (re)produzidas.

Neste contexto, cabe alocar a discussão de campo/cidade, com a dicotomia estabelecida entre ambos. Segundo Martins (1981), trata-se de uma concepção distorcida de que campo é o atraso e cidade é o progresso. No entanto, é sabido que o mundo não é estático e que as relações, pela própria lógica do capitalismo, vão-se moldando e redefinindo dentro das perspectivas de classes. Todavia, os interesses que foram solidificando-se e consolidando-se, sobretudo, foram os das camadas sociais mais elevadas socioeconomicamente, portanto, as detentoras de poder econômico e de consumo. Através destas, foram se criando as condições necessárias para que essa ideia de hierarquização entre campo e cidade fosse reproduzida. Como consequência, houve, por exemplo, a imposição ao agricultor de uma nova realidade no campo, onde esse último personagem seria apenas um ser secundário, na lógica de interesses do capital internacional.

Não obstante, paralelo a tal processo, do ponto de vista do trabalho, as cidades se tornaram complexas, e o campo se precarizou, por diversos fatores, dentre eles, a mecanização da agricultura, na qual nem sempre a mão de obra local é empregada ou valorizada do ponto de vista da remuneração.

Desta forma, é possível afirmar que rural e urbano são, na verdade, complementares, embora dentro de uma relação hierarquizada. Contudo, mesmo que com a delimitação espacial apresentada por Blume (2004) sobre onde seria rural e onde seria urbano, há que se dizer que os aspectos culturais, sociais, o sentimento de pertença, dentre outros elementos, não deixam de existir por ocasião de demarcações legais, que visam estabelecer limites territoriais.

Logo, definir as relações apenas por fronteiras territoriais físicas é um equívoco, já que a própria lógica de territorialidade que se tem hoje remete a uma relação de poder não só de fronteira, mas, sim, uma relação pautada no poder econômico, com suporte de entes políticos, por exemplo.

Fazendo cotejo entre rural brasileiro e norte-americano, para fins de comparação sobre a concepção de rural e suas consequências sociopolíticas vê-se que esses se diferem, e muito, conforme a análise de Blume (2004, p. 61) ao citar Abramovay:

Conforme Abramovay (2003), a diferenciação para definição do espaço rural nos Estados Unidos trouxe dados surpreendentes a respeito deste espaço. No rural

norte-americano, têm-se destacado novas dinâmicas em relação à criação de empregos, educação e as inter-relações das cidades e áreas rurais, sendo que, pelo uso deste recorte normativo diferenciado, pode-se analisar que mesmo nos Estados Unidos, contrariando as notícias vinculadas, o rural não é reduto exclusivo das práticas agrícolas. Assim, na opinião do autor, esta classificação é um exemplo, [...] “de como o meio rural pode ser concebido, ao mesmo tempo, em sua especificidade e em sua relação com as cidades”.

Observa-se que nos Estados Unidos rural é visto como lugar de múltiplas possibilidades, propício à geração de empregos, por exemplo, e que dialoga com as cidades, não se restringindo unicamente às práticas agrícolas. Já no Brasil, estar sediado no rural é, para muitos, é sinônimo de atraso. Ideologia fortemente criticada por Blume (2004), assentada nas análises anteriormente feitas por Martins (1981). Todavia, há que se destacar o caráter da mudança na concepção do rural brasileiro. Isto porque esse começara a ser ressignificado, como um lugar bom, de múltiplas possibilidades de vivência, de descanso, tranquilidade, em detrimento de uma espécie de frustração quanto às expectativas prometidas pelo mundo citadino, embora o fator que leva a considerar o campo como atraso não tenha desaparecido.

É importante abordar então a ocorrência de uma redefinição de concepção sobre campo e cidade, ocasionada, por exemplo, pelo elemento modernização, conforme assevera Wanderley (1997, s/p):

[...] as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais - a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura - não se traduziram por nenhuma "uniformização" da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc.

Observa-se que a modernização não anula/finda pautas importantes da relação campo/cidade, não esgotando a relevância do agricultor na sociedade. Na verdade hoje, o que vem ocorrendo são incorporações de novos atributos/funções de rural subsidiando urbano, a serviço, por exemplo, daqueles que residem nos espaços citadinos, considerados identitariamente como neorrurais, os quais voltam/vão ao campo em busca de novas possibilidades de atrações, serviços e significações que rural oferece, re/configurando-o.

Para tanto, tem-se a pluriatividade entendida como sendo “a agricultura em conjunção com outras atividades externas às propriedades que geram ocupação da mão de obra e novas fontes de rendimento” (MATTEI, 2008, p. 43).

Carneiro (1998, p.70) caracteriza a categoria pluriativos como:

[...] ambígua e heterogênea em sua origem e conformação. Aqui ela inclui aqueles que, por ausência de meios ou de vontade, não adotaram o modelo de agricultura modernizada, optando por manter uma agricultura articulada a outras atividades que lhes possibilitam uma renda superior à renda agrícola. O que distingue essa categoria dos agricultores tradicionais é muito mais uma visão empreendedora voltada para explorações dos recursos e das novas oportunidades locais cuja renda pode ou não reverter para um investimento futuro na agricultura.

Trata-se de um processo de mudanças na dinâmica familiar produtiva como estratégia de adaptação às situações socioeconômicas contemporâneas. Desta feita, tal processo poderá ser influenciado pela lógica da produção familiar, mas, também, pelo ambiente externo a essa família. Em outras palavras, para Mattei (2008), a pluriatividade sofreu forte influência do mercado produtor agressivo que se configurou no meio rural, alterou rotinas, comportamentos bem como os mecanismos de sobrevivência e resistência neste meio. Todavia, o autor diz que este novo cenário permitiu, ao mesmo tempo, uma flexibilização no trabalho rural, pois, muitas vezes, trabalhadores (as) estão ocupados em atividades que já não são mais direcionadas especificamente à produção agrícola. Caso, por exemplo, de caseiros e domésticas em residências secundárias dos neorrurais. E é aí que está alocada a ideia de “pluri”, pelo fato de o indivíduo realizar outras atividades no rural, que visam renda para fins de sobrevivência, frente à ruralidade contemporânea.

Ainda no contexto de ruralidades se enquadram as amenidades rurais, conceituadas por Azevedo (2010, p. 1) como:

O espaço rural mantém relevância como expressão de diversidade e como espaço de residência, de vida das populações, de representações de interesses, de identidade e de uma larga gama de características das áreas rurais, naturais ou produzidas pelo Homem, incluindo terrenos incultos e cultivados, monumentos históricos e mesmo tradições culturais, que a OCDE (1999) designa de amenidades. [...] Segundo Paula Ruivo (2008, p. 4) “as amenidades rurais envolvem aspectos diversos, de natureza social, cultural e econômica, para além das expectativas da sociedade e da forma como as mesmas evoluem” [...].

Embora existam diferentes abordagens sobre amenidades, as mesmas convergem, quando se trata de atividades que contribuem para uma utilização mais adequada dos recursos naturais, culturais e sociais genuínos do campo, a partir de elementos como saber local tradicional.

Favareto (2006) analisa que nova ruralidade não é um processo homogêneo, pois se refere à integração de mercados dinâmicos, novas práticas sociais e, sobretudo, novas formas de uso dos

espaços rurais, nos quais a ruralidade se apresenta composta de identidades diversas, cujo sentido dependerá das heranças sociais, culturais e políticas. Logo, amenidades remetem a uma ressignificação complexa do rural, a partir do *continuum* entre rural e urbano. Neste contexto, cabe afirmar que o desenvolvimento rural comporta outros aspectos que englobam uma racionalização da vida rural, como assevera Favareto (2006, p. 27):

Este novo conteúdo da racionalização da vida rural no mundo contemporâneo tem suas bases, no plano material, na ascendência de interesses compatíveis com ações de conservação ambiental, seja pelas perdas geradas com o desgaste de recursos naturais que afetam tantas empresas, países e regiões, seja pela introdução de especialidades econômicas e intelectuais relativas a tais esforços ou ao aproveitamento destas amenidades naturais como negócio ou como conforto material.

Vale considerar que trazendo para a perspectiva da neorruralidade, a natureza encontrada no rural, somada às belezas paisagísticas, aos animais, plantas, além da busca por algo que remeta a uma tranquilidade interior, levam os espaços construídos no rural a serem locais de lucratividade, conforme destaca Silva (2009, p. 38):

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a valorização e preservação das amenidades rurais vêm sendo cada vez mais identificadas como fonte de tração de parte da população urbana, entre eles aposentados e grupos de classe média (detentora de renda e tempo livre), para o campo e pode da mesma forma ser encarado como um caminho, dentre as várias possibilidades, de permanência da população rural ao campo, tendo em vista o leque de possibilidades e alternativas de trabalho que se abrem, principalmente no setor de serviços, com a chegada dos chamados *neorurais* (população urbana e profissionais que optam por viver no campo em busca de alternativas para a conturbada vida urbana) [...].

Com base na citação acima, é possível afirmar que os espaços e serviços que vêm sendo ofertados no rural, principalmente aos neorurais, visam proporcionar satisfação às pessoas que lá frequentam, na medida em que apresentam pseudossoluções às suas angústias, muitas vezes geradas pela rotina citadina. Neste entendimento, cabe abordar o rural contemporâneo multifacetado e adaptado, com implementação de diversificados empreendimentos, visando ao atendimento de uma parcela da população que muitas vezes não é aquela genuína do rural. A exemplo, tem-se, segundo Froehlich *et al.* (2008, p.169):

O segmento de Lazer e Turismo Rural compreende as atividades de pesque-pague, balneários, cascatas e grutas, trilhas ecológicas, turismo ecológico, turismo esportivo, áreas de preservação ambiental, domicílios e propriedades rurais, hotéis-fazenda, pousadas, entre outros.

O Turismo Rural (TR) é caracterizado por Tulik (2003, p. 43) como:

[...] estreitamente ligado à natureza, e não diretamente ao modo de vida rural. O mesmo acontece com serviços e alojamentos sem ligação com o rural, como, por exemplo, residências secundárias, hotéis, parques temáticos e tantos outros que independem do fato de estarem, ou não, no espaço rural, ou seja, do estilo e do conteúdo rural. Afinal, o que é Turismo Rural? No sentido amplo, percebe-se que TR consiste no conjunto de atividades desenvolvidas no espaço rural.

Logo, com base na citação, é possível afirmar que o Turismo Rural abarca as atividades que podem ser realizadas no campo, porém, com elementos como infraestrutura e serviços oriundos das cidades, capazes de atender públicos como os neorrurais, pois são eles que possuem, efetivamente, poder financeiro para impulsionar as funções que o rural vem assumindo, por meio das amenidades rurais.

É notória a diversificação de ambientes que surgiram no rural. A mata, o rio, as grutas, os grandes penhascos, as trilhas, utilizados muitas vezes para fins de subsistência dos nativos, se transformaram em um rentável espaço de lazer para uma parcela da população que vive o estressante cotidiano da cidade, com seu ritmo frenético, nervoso, quase que incapaz de lhe oferecer sossego, segurança e diversão.

Entretanto, falar em mudança na ideia da relação entre campo e cidade, rural e urbano, não significa menosprezar problemas que os envolvem, mas, sim, admitir dois espaços, principalmente campo, como possíveis de experiências positivas, frente às promessas de felicidade e realização não cumpridas no estágio considerado modernidade. Desta forma, discutir urbano e rural contemporâneo é perceber, por exemplo, o agricultor na modernização da agricultura e na urbanização, o que não significa afirmar rural ou urbano como independentes, e muito menos com as mesmas condições de existência.

Há um diálogo entre os dois espaços, o que não se configura em uma relação harmoniosa e, sim, de dependência, como já foi visto com Wanderley (1997), nesta produção. Trata-se, pois, de uma relação verticalizada, onde a ideia de evolução das pessoas repousa no imaginário de que sair do meio rural é a única alternativa de sobrevivência. É importante destacar que o ato de ir buscar na cidade aquilo que é considerado a perspectiva de progresso, já promove um diálogo entre campo e cidade. Assim, falar em fronteiras físicas territoriais determinadas é um equívoco, já que rural e urbano dialogam entre si, muito embora ainda existam aqueles que acreditam

plenamente em dois espaços distintos.

Assim, frente ao que fora apresentado, observa-se que rural vem tendo funções/utilidades antes não/pouco praticadas. O lugar, as pessoas, seus modos de vida foram sendo canalizados para o aproveitamento em outras atividades atrativas, em detrimento daqueles que também necessitam de tal espaço como escape. São pessoas que detêm poder econômico e que vêm no rural a possibilidade real de descanso, sossego e, por que não dizer, fuga da rotina citadina, por meio de uma segunda residência, como será visto no próximo item.

2.3 NEORRURALIDADE EXPRESSÃO IDENTITÁRIA: um estudo a partir das narrativas de proprietários de residências secundárias

Neorruralidade, como já referendado, é uma expressão identitária presente no contexto contemporâneo, formatada a partir do estágio da Modernidade, onde as identidades são consideradas plurais e cambiantes. Segundo Giuliani (1990), tal expressão identitária surgiu da comparação entre cidade e campo, especialmente, pela sociologia rural, que buscava apresentar peculiaridades de cada um dos espaços, com ênfase no campo.

Mas, é a partir dos anos 1950, com a modernização da agricultura, que houve a imposição total dos modelos urbanos e industriais sobre o campo. Isto porque a controversa ideia de que o campo deve servir à cidade, começa a ganhar força. Giuliani (1990) destaca que essa realidade continuou até a década de 1960. No entanto, nos anos 1970 foi percebido um movimento contrário, o qual os franceses passaram a chamar de “neorruralismo”.

Trata-se, pois, de um conceito genérico, dotado de uma simbologia que expressa a ideia de uma série de valores típicos do velho mundo rural, que pareciam estar condenados ao esquecimento e que agora ganham força novamente, além da intensa adesão das pessoas da cidade. Desta forma, Giuliani (1990, s/p) conceitua neorruralismo como:

A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da autodeterminação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo.

A citação faz referência ao movimento atual das pessoas, que é sua ida ou retorno para áreas rurais, seja em caráter temporário ou permanente, em busca de prazeres como ar puro,

tranquilidade, sensação de segurança, dentre outros aspectos, os quais já não lhes são viabilizados na rotina da cidade.

Para tanto, segundo Giuliani (1990), as análises sobre neorruralismo começam a ganhar força a partir do crescimento industrial intenso e da concentração urbana, nos anos de 1950 e 1960, vivenciados pela França, os quais levaram a um “projeto de descentralização” das grandes fábricas, até então instaladas predominantemente nos centros urbanos. A partir de tal contexto, começou então um deslocamento da população para o campo, como estratégia para “desinchar” a parte urbana das cidades industriais.

No Brasil, vale destacar que não houve essa necessidade de diminuir a população urbana, mas o país foi marcado por movimentos de retorno ao campo, em virtude, principalmente, de ciclos produtivos, segundo Giuliani (1990, s/p):

No Brasil, em vários períodos históricos, ocorreram processos importantes de deslocamento populacional para o campo. Essas "idas ao campo" estiveram, às vezes, ligadas aos ciclos econômicos de certos produtos de exportação, como a borracha, o algodão, o café, a soja. Outras vezes, foram fomentadas pelas políticas migratórias dos governos, como nos casos da importação de mão-de-obra da Europa destinada ao trabalho nas fazendas de café, ou também nos casos da ocupação das fronteiras do Oeste e da Amazônia. Outras, ainda, são simplesmente migrações de retorno, produzidas pela contração do mercado de trabalho urbano. Essas formas de ida ao campo nada têm a ver com o neorruralismo.

Observam-se inúmeras “idas ao campo” no Brasil impulsionadas por diversos momentos de picos produtivos, reafirmando a ideia de que rural subsidia urbano. Porém, há que se dizer que o motor desses processos sempre foi necessidade de sobrevivência, seja de pessoas do campo, seja da cidade, embora os ciclos produtivos tenham pautado inúmeras movimentações no interior do Brasil, assim como interesses de uma minoria dotada de poder econômico, incluindo aí fazendeiros e grandes produtores.

Assim, por meio dos estudos realizados na Europa, Giuliani (1990) apresenta algumas concepções de estudiosos que permitem compreender esse processo de neorruralismo. A primeira é de Berger e Rouzier (1997), para quem o campo francês, nos anos de 1970, deixou de ser um espaço exclusivo para produção industrial e passa a ser também espaço ideal para o agroturismo ou turismo rural. Em outras palavras, é o campo como lazer, provocando mudanças comportamentais não só nos moradores do próprio campo, como naqueles provenientes das

idades, os quais buscam tal ambiente pelos mais variados motivos, permanentemente ou em caráter temporário.

Já Eizner (1978), caracteriza neorruralismo como:

[...] uma forma de protesto, ainda que canalizado e recuperado. Um protesto contra o trabalho parcelado, o gigantismo urbano, a degradação das relações sociais, contra a feiúra e a uniformidade do ambiente físico das cidades. É contra tudo isso que se justifica a volta ao passado e à natureza e se manifesta a nostalgia de formas de viver perdidas, nostalgia esta que é, ao mesmo tempo, condenação da forma de vida "dominada".

Tem-se uma crítica forte ao urbano, frente à realidade estressante, capaz de tornar o cotidiano racionalizado, fundamentado numa lógica de vida “robótica”, onde não há um fomento à relação entre pessoas. A nostalgia abordada na citação pode ser relacionada à tentativa dos entrevistados posicionados como neorrurais em darem significação àquela vida citadina, onde o foco muitas vezes é o acúmulo material. Logo, a cidade até promove bem-estar material, o conforto propriamente dito, mas não dá conta de atribuir significações outras, muitas vezes de cunho bucólico, vivenciadas a partir de elementos como meio ambiente e natureza, à vida destas pessoas na cidade. Numa perspectiva mais racional, Giuliani (1990, s/p) caracteriza neorruralismo como uma forma de:

[...] valorizar o espaço cotidiano; tornando-o suportável, desejável, consumível. De fato, essa é a primeira justificativa oferecida pelos "novos-rurais", tanto franceses como brasileiros, à sua decisão de mudar para o campo. Todos eles, ao tecer elogios incondicionais às qualidades da vida agreste, definem como degradadas e degradantes as condições de vida nas cidades.

Ainda sobre neorruralismo, Giuliani (1990, s/p) se refere como um:

[...] fenômeno capaz de expressar dimensões críticas, ou de ruptura, com relação aos valores predominantes na mentalidade "moderno-desenvolvimentista" imposta pelos modelos industriais-urbanos e, ao mesmo tempo, capaz de propor uma visão do campo como espaço que deve ser reconsiderado e reavaliado mais além da já desgastada oposição "tradicional/moderno".

Cabe, então, realçar que neorruralismo, muito mais que uma nova/outra visão de rural, revela-se como movimento de contracultura, onde a “nostalgia pelo rústico” (GIULIANI, 1990, s/p) analisada inicialmente em países da Europa como a França, é resultado de um processo de

profundas transformações no campo, podendo ser considerada como possível superação dos “estereótipos ligados aos produtores rurais”⁴, seu modo de vida e seus métodos produtivos.

Percebe-se, com base nas duas últimas citações, que independente de ser Brasil ou França, a perspectiva da neorruralidade se constitui a mesma: a busca por uma vivência no campo, seja ela temporária ou permanente, com vistas ao distanciamento momentâneo da rotina da cidade, a qual oferece condições de acúmulo material, mas não atende a outras necessidades de significações das pessoas, traduzidas como sossego, ar puro, meio ambiente, situações, hoje tidas como promovidas muito mais pelo rural do que pela cidade.

Todavia, o empírico trabalhado foi o discurso de sujeitos neorrurais, com base na segunda residência, localizada em municípios próximos ou circunvizinhos à Teresina, para finalidade de repouso, porém, com conforto assemelhado ao da sua residência principal, a partir do seu poder econômico. Trata-se de um processo no qual as pessoas utilizam sua segunda moradia, localizada no rural, geralmente para descanso do cotidiano citadino. Refere-se, portanto, a fuga da exaustiva rotina vivenciada.

Partindo do termo residências secundárias, para situar as moradias temporárias, e que no empírico se identificou no rural, cabe destacar que o emprego da expressão, segundo Assis (2003), só emergiu a partir do Censo Demográfico de 1970, quando o IBGE incluiu as residências secundárias entre os domicílios fechados, sendo considerados aqueles domicílios que serviam de moradia em caráter temporário, como casa de praia, sítio, chácara, utilizados principalmente aos finais de semana e/ou feriados, não havendo uma permanência prolongada de mais do que um ano, por exemplo, ininterrupto, nesses locais, justamente porque ela não é a principal, como assevera Tulik (2001, p. 9), ao caracterizar residência secundária:

⁴ “H. Nallet e C. Servolin (1983) apontam com clareza como tais estereótipos estão presos entre os termos dicotômicos "tradicional-atrasado" e "industrial-moderno". De um lado, a imagem estereotipada do camponês com suas características tradicionais e contraditórias; em certos aspectos, seria um ser grosseiro, avarento, fechado em sua propriedade e cujo voto os candidatos eleitorais acabam tendo que comprar; em outros, seria o pai fundador da nação, o depositário da virtude e da raça, aquele que vive em harmonia com a natureza. Seria também o último homem livre, aquele que possui o saber autêntico, o único que ainda não pôde ser capturado pelas instituições da cidade e da sociedade de consumo. De outro, a imagem estereotipada que apresenta a produção agrícola como estando em constante degradação: aves químicas, carnes a base de hormônios, maçãs industriais que parecem feitas em linha de montagem” (GIULIANI, 1990, s/p).

[...] o ocupante da residência secundária, deve obrigatoriamente, habitar outro domicílio, considerado principal. [...] Ninguém reside, permanentemente, em residência secundária, mas ocupa esse espaço por períodos mais ou menos prolongados em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância do domicílio principal. [...] Residência secundária, portanto, opõe-se à residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não. Alguns autores observam que o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano [...].

A citação confirma que a residência secundária oportuniza descanso e lazer, na medida em que nela se reside temporária e esporadicamente, de acordo com o tempo livre de seus proprietários, além de exigir uma intervenção financeira permanente para sua manutenção, a qual inclui o pagamento do morador, que geralmente é o único que possui vínculo empregatício formal e que carrega a responsabilidade integral de manutenção da segunda residência, porém, sem autonomia de decisão em procedimentos na referida habitação.

Tal relação confirma o aspecto hierárquico da relação entre estas pessoas e seus empregadores, aspecto diversas vezes reiterado pelos sujeitos entrevistados, quando do exercício de sua autoridade no interior de sua propriedade, reafirmando o entendimento de Silva (2009), que considera o custo social da residência secundária alto, se comparado à residência principal, por justamente não ser utilizada sempre e/ou permanentemente. Logo, a residência secundária é de possibilidade de aquisição daquela parcela da população com padrão de consumo elevado.

Considerando, então, os sujeitos entrevistados, a partir de suas narrativas, percebe-se que eles enquadram-se na visão de Silva (2009), haja vista que residir em umas das áreas mais valorizadas da capital piauiense e, ao mesmo tempo, mantendo sua residência secundária em locais próximos de Teresina, com uma estrutura narrada como igual ou assemelhada à existente na residência que considera como principal, aponta para um rendimento financeiro considerável, não se distanciando, portanto, da caracterização desenvolvida abaixo sobre a neorruralidade brasileira.

No Brasil, a primeira característica dos neorrurais, segundo Fialho (2005), é sua proveniência. Trata-se de pessoas que por motivos diversos resolveram sair da rotina estressante das grandes metrópoles e trocar o que o autor chama de “mundo artificial (cidade) pelo natural (campo)”, com propósito de recuperar hábitos antigos que o mundo urbano desprezou, e até mesmo sucumbiu, para então se aproximar da natureza.

Outra característica é a origem social dos neorrurais. A maioria é da classe média ou classe média alta e, às vezes, provenientes de famílias tradicionais. Possuem formação

educacional elevada, predominando o ensino superior, com utilização de livros e revistas importadas, para aprofundamento de seu conhecimento. São pessoas conectadas com pautas atuais, como pesquisas e estudos científicos, nas quais não buscam um modo de produção acabado e, sim, permanente atualização na maneira de produzir.

São pessoas, segundo Fialho (2005), que na maioria das vezes não vão se aventurar no meio rural. Tudo é muito planejado e estruturado, para que não haja contratempos nesta transição, e muito menos dissabores com a “nova vida”. A ruptura definitiva com o estilo de vida anterior só acontece quando há convicção de que a família está preparada para mudança, incluindo, aí, segurança financeira, que são as condições para desenvolver atividades que possam mantê-los no campo de forma estabilizada, com o padrão financeiro e material acumulado até aquele momento.

Carneiro (1998) traz a caracterização do público da neorruralidade brasileira a partir da concepção de Giuliani (1990), a saber:

À diferença dos europeus, que vão ao campo reproduzindo o modelo de produção familiar, nossos "novos-rurais" vão ao campo reproduzindo o modelo de produção capitalista. [...] Os mais vultosos investimentos vão, em geral, para a infra-estrutura (casa, galpões ou armazéns, estábulos, máquinas agrícolas, maquinaria para tratamento do produto, veículos leves ou pesados) e para os salários. [...] Por isso, nossos "novos-rurais" pertencem, em geral, a famílias de posse que os ajudam no novo empreendimento. Por serem de famílias ricas, eles têm um nível de instrução alto e várias experiências de viagens ao exterior. Esses dois elementos se revelam fundamentais para suas atividades. Através das viagens ao exterior conhecem produtos novos, apreciam seu consumo e avaliam a possibilidade de sua difusão no Brasil. O alto grau de instrução os coloca em condições de se prepararem tecnicamente para uma atividade nunca exercida antes. Correr livrarias e bibliotecas, fazer cursos ou conversar com técnicos especialistas, manter correspondência com outros produtores nacionais ou estrangeiros, são caminhos que todos eles trilharam no processo de se tornarem os produtores especializados que atualmente são.

Percebe-se que a caracterização feita por Fialho (2005) se assemelha à ilustrada por Carneiro (1998), no tocante à posição identitária de neorrural, que evidencia seu poder econômico na estrutura material e condição financeira, elementos que o situam no mundo do trabalho e nas relações de produção, deixando evidente o estilo de vida deste segmento que se aproxima muito mais dos padrões urbanos, instalado em outro cenário que é o meio rural. Entretanto, é de suma importância destacar que existem neorrurais que não se enquadram exatamente na categorização apresentada na citação, constituindo-se tipos de neorrurais, identificados por Marlon Sastoque, a partir de seu estudo intitulado “Una tipología de los nuevos

habitantes del campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia”.

A pesquisa de Marlon Sastoque (2013) acerca da tipologia dos novos habitantes do campo, realizada na Colômbia, precisamente em Manizales, identificou e classificou as sociedades rurais como múltiplas e heterogêneas, culminando numa diversidade tipológica de neorrurais. Foram identificados 04 (quatro) tipos de neorrurais, nos quais todos estão qualificados em dois outros tipos.

Os neorrurais por atração comparativa são aqueles em que habitar o campo representa uma saída do ritmo de vida estressante citadino. Para Sastoque (2013, p.6), a saída para o campo representa reconstruir parte do que foi perdido na vivência da cidade. Este tipo busca um maior contato com a natureza atrelada à simplicidade, ambiente saudável e agradável. Neste contexto, segundo o autor supracitado, o campo se configura como espaço propício a experiências positivas de modos de vida familiar e individual.

Identificando os neorrurais por atração comparativa, esses são, segundo Sastoque (2013, p. 6).

En términos generales, se trata de profesionales liberales (arquitectos, médicos, sociólogos, agrónomos, biólogos, tanto activos como jubilados, para el caso de estudio), quienes, junto con sus hijos, diariamente se desplazan de los sitios rurales de residencia a sus lugares de trabajo y estudio en la ciudad. Para ellos, la dificultad que supone vivir en lugares alejados es compensada por el disfrute de un ambiente que les proporciona mayor calidad de vida, de acuerdo con su concepción particular de ésta. En relación con su situación económica, se trata de familias de clase media-alta que tienen resuelta, con alto grado de solvencia, su reproducción socioeconómica.

Contudo, os neorrurais por atração comparativa ainda podem se subdividir em neorrurais integracionistas que são aqueles que se integram ativamente nas dinâmicas sociocomunitárias próprias da sociedade rural com busca à assimilação da cultura rural. Trata-se de uma imersão ao novo ambiente, segundo Sastoque (2013), contrastando com comportamentos dos habitantes citadinos como individualistas em diversos atos.

Outra subdivisão dos neorrurais por atração comparativa são os neorrurais escapistas. Trata-se de pessoas que buscam se isolar de sua rotina diária pelo menos uma parte do dia, com o intuito de descanso e revitalização física e psíquica, o que para ser alcançado segundo Sastoque (2013, p.7) supõe uma série de comodidades que viabilizam sua estadia nas casas de campo. Em outras palavras, estar no campo significa usufruir destes, sem renunciar às dinâmicas citadinas de

vida como conforto, habitações de estrutura moderna, as quais podem ser construídas, inclusive com propósito de isolamento da vizinhança circundante.

O rural se torna, portanto, um espaço de compensação a partir do “consumo”. Logo, a relação comunitária ganha outra valoração para estas pessoas, que pouco participam, segundo Sastoque (2013), da vida sociocomunitária local. Trata-se de um neorrural mais individual, restrito ao âmbito familiar.

Tem-se, ainda, como tipologia de neorrurais, aqueles por atração ético-política, caracterizados pela concepção de que morar no campo representa atuar ativamente e de forma solidária nas causas políticas daqueles atores rurais historicamente marginalizados pela sociedade em geral. Caracterizam-se por viverem em condições socioeconômicas vulnerabilizadas. Trata-se de pessoas com uma neutralidade ativista que vislumbram um campo de intensa mercantilização. São produtores ecológicos, extensionistas, profissionais em ciências agropecuárias e outras disciplinas, com rendimentos de classe média profissional.

Os neorrurais por atração ético-política podem ainda se subdividir em neorrurais agroecologistas, que são aqueles que contribuem para restaurar valores contrários aos da lógica do mercado (como competitividade, lucro, individualismo) para fomentar o resgate de valores como fraternidade, comunitarismo e solidariedade dentro de uma perspectiva de relação indivíduo/ natureza e sociedade. Propõem, portanto, agricultura ecológica como caminho para “renaturalização” (SASTOQUE, 2013, p. 8).

Os neorrurais altruístas são outra subdivisão dos neorrurais por atração ético-política, os quais se propõem a ajudar a defender a causa dos vulnerabilizados das comunidades rurais, colocando à disposição seu conhecimento e experiência com foco no bem-estar social da população local desvalorizada/desconsiderada.

Na tipologia, há também os neorrurais por atração econômico-produtiva, caracterizados por sua saída da cidade e instalação no campo, com vistas em oportunidade econômica. Trata-se de um grupo ou pessoas que veem o rural como espaço produtivo e criativo, adequado para uma microempresa, por exemplo. Podem se subdividir em neorrurais agroexpertos, os quais constituem um grupo ou pessoas que veem o rural como um espaço propício para projetos agrícolas e pecuários. Seus sítios são escolhidos pelas características climáticas e outras vantagens afins, que viabilizem, por exemplo, projetos produtivos aliado à possibilidade de

utilização destas propriedades para moradia permanente, inclusive coma família, além de empregar mão de obra local (SASTOQUE, 2013, p. 10).

Na mesma tipologia dos neorrurais por atração econômico-produtiva, têm-se os neorrurais inovadores, caracterizados por viabilizarem nos espaços rurais propostas inovadoras de negócio, distintas das tradicionalmente agrícolas. São indivíduos que atuam na execução de projetos viáveis, econômica e financeiramente, implementados segundo a lucratividade e demandas de mercado. Em outras palavras, o rural representa um lugar sustentável, inclusive para produção de bens simbólicos que alimentam a indústria cultural.

Os neorrurais por expulsão se referem àqueles onde a decisão de se instalar no campo em caráter permanente representa uma estratégia para evitar situações perigosas, intoleráveis, experimentadas em contexto urbano. O campo, neste caso, seria um lugar de refúgio para evitar situações indesejáveis que geram pobreza, violência, vulnerabilidade, dentre outras mazelas sociais.

Os neorrurais por expulsão se subdividem em neorrurais deslocados que são diferenciados pela decisão de morar no campo em comunidades afastadas de situações de conflito. Trata-se de uma migração mais radical, já que estas pessoas vêm de um contexto de violência em seus bairros/comunidades que habitavam antes. Contudo, de acordo com Sastoque (2013, p.12), a adaptação deste neorrural à sua nova vida é um processo gradual, que demanda tempo.

Ainda sobre os neorrurais por expulsão, tem-se os neorrurais requalificados, que são aqueles de origem citadina, que por motivos econômicos principalmente, escolhem o campo para procurarem novas oportunidades. Neste caso, o desemprego é o fator impulsionador dessa migração, o qual exige uma mudança drástica de perfil profissional, redirecionando-o à nova realidade de sobrevivência.

Logo, abordar a tipologia dos neorrurais é considerar as novas ruralidades com seu caráter imprevisível e mutável, subsidiado por múltiplas práticas construtoras de sentido. Desta feita, cabe identificar, nesta dissertação, a partir do estudo de caso, que se trata de neorrurais por atração comparativa, precisamente neorrurais escapistas, que utilizam o campo como fuga, em caráter temporário, mas que não renunciam à comodidade da residência citadina e ao mesmo tempo usufrui do campo como espaço de consumo. Em outras palavras, sossego, tranquilidade, o pomar, o ar puro é a compensação frente ao desgaste vivido por ocasião de uma jornada de trabalho intensa, sobretudo, durante a semana.

A tipologia apresentada como identificação dos neorrurais posiciona os sujeitos no campo, porém, com algumas condições que permitem uma adaptação a este espaço antes não usufruído, como explana Fialho (2005, p. 116):

As instalações não são nada parecidas com as moradias tradicionais do meio rural. As residências dos “novos rurais” são muito mais confortáveis que o padrão médio das construções da população rural. Eles procuram trazer para o campo todo o conforto que tinham disponível quando moravam nas cidades, começando pelas dimensões das casas, mobílias, eletrodomésticos de última geração, entre outros. Não abrem mão do padrão de vida que desfrutavam quando viviam nas cidades.

A citação refere o processo de desterritorialização na neorruralidade, já que a ida temporária ou permanente de entes ao rural interfere na vida de moradores(as)do campo, alterando dinâmicas de territorialidade e de sociabilidade que antes se tinha, levando a uma adaptação da população local para atender a interesses e exigências de novos padrões da neorruralidade, havendo, portanto, uma reterritorialização, fundamentada no poder financeiro desta categoria que resolveu reterritorializar o rural.

Assim, neorrurais, pelo alto poder aquisitivo, extremamente seletivo e exigente, acabam por influenciar o processo produtivo, também, o qual passa a ser direcionado a esse segmento, como destacam Fialho (2005, p. 115) e Giuliani (1990, s/p), respectivamente:

No que dizem respeito às atividades produtivas, os “novos rurais” procuram na maioria das vezes atividades de nicho, como criação de animais exóticos (escargots, rãs, trutas, etc), cultivo de plantas especiais (ervas finas, cogumelos, nozes, etc), produção de alimentos típicos (queijos, aguardente, doces, etc) e atividades relacionadas com o turismo no meio rural (hotéis, pousadas). Basta-lhes pensar em pessoas como eles próprios, em seus familiares e amigos, nos amigos dos amigos, no mundo que eles bem conhecem porque sempre o freqüentaram. Afinal, quem tem bom gosto pode apreciar coisas diferentes e quem tem dinheiro se dispõe a gastá-lo para satisfazer seu bom gosto. Somente se trata de saber motivar, convencer os potenciais consumidores de que comprar tais produtos é desejável, não somente em nome das boas lembranças de viagens passadas, mas de um estilo de consumo não massificado e não industrializado que os dotaria de uma identidade estamental moderna.

Vê-se uma especificação dentro dessa categoria. São grupos de pessoas que se conhecem e interagem entre si, num cenário que para eles é novo/diferente. As relações são teoricamente estabelecidas a partir de uma aproximação com pessoas de padrão de vida assemelhado, incluindo os vínculos relacionais antecedentes à compra da propriedade. Não há uma “abertura”

para aqueles que já viviam no campo se aproximarem e se relacionarem horizontalmente, do ponto de vista social, com esse novo/outro público.

Os sujeitos pesquisados, embora não se conheçam, demonstram interagir com pessoas do mesmo convívio social em suas vivências, embora tenham apresentado em suas falas o interesse em fomentar uma convivência com a população local do campo, norteadas, porém, pelo contexto de hierarquia que lhe posiciona como sujeito de autoridade.

Trata-se, pois, de uma relação hierarquizada, haja vista que o detentor das condições para ter e manter a segunda residência é o segmento com notório poder financeiro. Logo, a relação com a população local narrada pelos entrevistados é empregatícia, informal ou formalmente alimentada pela ideia de companheirismo, amizade e/ou solidariedade.

Desta feita, conceitualmente falando, a neorruralidade refere um processo identitário onde as posições dos sujeitos encontram-se cambiantes, restringindo interações e sociabilidades entre os agentes, por meio de elementos como transposição de padrão socioeconômico e territorialidade de poder. Neste contexto, a população local se configura como um elemento que compõe o cenário ideal para ruralidade contemporânea, sendo aproveitada numa relação servil.

Trazendo a análise para examinar neorruralidade no Piauí e tomando como base Nascimento (2014) ao referendar Sérgio Vilela – ex-superintendente municipal de desenvolvimento rural de Teresina no ano de 2011, na gestão do prefeito municipal Elmano Ferrer, cabe destacar aspectos de rural piauiense, especialmente Teresina, com vistas a qualificar os neorrurais estudados. Assim, é oportuno realçar, segundo Nascimento (2014) que zona rural da capital Teresina é extensa, correspondendo a 85% do território municipal. Destaca-se, a partir da entrevista realizada pela referida autora, que se trata de um rural bastante influenciado pelas atividades urbanas de Teresina, com escassa presença de atividades agrícolas e pecuárias, com o agravante de que:

Mesmo com grande extensão, as áreas rurais existentes estão, em sua maioria, privatizadas em nome de pessoas físicas ou jurídicas. A realização de projetos produtivos no rural teresinense depende, assim, de concessão, de documentos de autorização, o que dificulta a realização de projetos e intervenções de políticas públicas. NASCIMENTO (2014, p.117)

Segundo a autora referida na citação, a realidade supracitada da zona rural da capital piauiense tem impacto direto na vida das pessoas moradores(as) rurais, haja vista que essas não têm as condições de produzir. Assim, embora Teresina seja a capital de maior zona rural do país,

constata-se ausência de atividades/projetos voltados para a produção de alimentos, o que é refletido diretamente nas atividades não agrícolas, sobretudo as laborais (especialmente urbanas) dos moradores(as) rurais. Para tanto, a autora aborda o Programa de Hortas Comunitárias urbanas, iniciado na segunda metade dos anos de 1980, como estratégia de melhoria dos modos de vida das famílias de baixa renda “constituídas a partir do êxodo das populações rurais para a cidade” (NASCIMENTO, 2014, p. 119).

Estudando sentidos de lugar na relação rural-urbano, precisamente o caso da comunidade Lagoa da Mata, zona rural de Teresina, Nascimento (2014) destaca a relação mútua entre rural e urbano, com utilização de recursos simbólicos e materiais, tidos como tipicamente urbanos no rural. Visualizou, também, neorrurais identificados por elementos como sítios bem estruturados que fazem da referida comunidade um local para fazer turismo, lazer, descanso e até negócios, nos dizeres da autora. Não obstante, trata do aspecto lazer, especialmente em sítios e clube nos finais de semana, identificando ruralidade e lazer nas propriedades já referidas (sítios e clube), atendendo a requisitos da classificação do “turismo fixo, representado pelas camadas de pessoas que possuem propriedade em localidades rurais [...] e o turismo de fluxo [...] que assinala visitas em finais de semanas, feriados, realização de torneios esportivos no clube” (NASCIMENTO, 2014, p. 169-170).

Logo, embora a autora tenha apresentado o caso de Lagoa da Mata, o recorte situa aspectos de neorruralidade em áreas rurais de Teresina, o qual se estende a chácaras, sítios, floriculturas, sítios alugáveis para festas, pesque-pague, trilhas ecológicas, dentre outros, ilustrados nesta dissertação a partir de endereços eletrônicos que exemplificam empreendimentos supracitados, demonstrando situações de neorruralidade em Teresina e municípios circunvizinhos⁵.

⁵Recorri ao significado de **circunvizinho** no Dicionário Online de português, localizado em www.dicio.com.br/circunvizinho, para conceituar, no texto, municípios que se encontram localizados nos arredores de outro município. Significa estar em volta de um determinado lugar; adjacente. Nesse caso, nos arredores de Teresina.

Quadro 2 - Endereços eletrônicos de serviços, espaços e atividades que compõem situações de neorruralidade em Teresina e adjacências

| Ramo Comercial de Referência | Endereço Eletrônico | Dados Adicionais⁶ |
|-------------------------------------|--|---|
| Venda de sítios e chácaras | <ul style="list-style-type: none"> • http://www.imoveisnopiaui.com/teresina/sitio-na-zona-rural/ • http://www.mauormelo.com.br/imoveis/496671/sitio-chacara-venda-teresina-pi-santa-luz • imoveis.mitula.com.br/imoveis/sitios-teresina-piaui | Sites com venda de imóveis na zona rural de Teresina |
| Floricultura | <ul style="list-style-type: none"> • http://www.isabelaflores.com/floricultura-teresina/ • http://www.floriculturali.com.br/ • http://uniflores.com.br/Teresina-PI • www.nativapaisagismo.net/ | Trabalham com paisagismo ⁷ também. |
| Sítios alugáveis para festas | <ul style="list-style-type: none"> • www.aluga.com.br/aluguel/festas-e-eventos/.../joselia-carvalho-paisagismo • http://casasitio.com.br/pi/teresina/sitio/sitio-rolemburg/ • https://www.casamentos.com.br | Referem-se a endereços de sítios exclusivos para eventos. |
| Balneário | <ul style="list-style-type: none"> • https://pt-br.facebook.com/BalnearioChapadinhaSul/ • https://www.facebook.com/balnearioparaisoaltos/ | Os endereços contemplam zona rural de Teresina e Altos, um município localizado a 42 km de Teresina. |
| Pesque-pague | <ul style="list-style-type: none"> • https://www.instagram.com/titarapesquepague/ | Localizado em Teresina no bairro Árvore Verde. |
| Hotel-fazenda | <ul style="list-style-type: none"> • http://www.portaldaamazoniacolubecom/ | Localizado no município de Caxias-MA. Situa-se a cerca de 29 km de Teresina. |
| Trilha ecológica | <ul style="list-style-type: none"> • pt.wikiloc.com/trilhas/outdoor/brazil/piaui/teresina • www.zmp3.xyz/lyrics/trilha-altos-pi.html • www.overmundo.com.br/overblog/piaui-trilhas-ecoturismo-visita-a-cidade-de-uniao | Atividade direta de contato com a natureza. Os endereços contemplam os municípios de Teresina, Altos (42 km de Teresina) e União (65 km de Teresina). |

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

⁶ Informações extras para situar o(a) leitor(a) sobre endereços eletrônicos informados.

⁷Projetos design em espaços naturais e urbanos, visando à harmonia entre o meio ambiente e espaço das cidades.

Fonte: http://www.paisagismobrasil.com.br/index.php?system=news&news_id=1122&action=read. Acesso em: 10 jun. 2016.

As informações trazidas no quadro referem exemplos de situações de neorruralidade em Teresina e municípios adjacentes. O quadro ilustra oferta de serviços, espaços e atividades que ressignificam, na atualidade, o rural, de Teresina e municípios circunvizinhos, para além de atividades de cunho agrícola e/ou pecuária, onde natureza, campo, meio ambiente, chácaras, sítios, dentre outros cenários, utilizam rural como consumo, compondo situações de neorruralidade em Teresina. Desta feita, convém analisar identitariamente os sujeitos entrevistados e identificados como neorrurais, o que será realizado no próximo capítulo.

3 NEORRURALIDADE COMO PROCESSO GERADOR DE FLUXOS IDENTITÁRIOS

Este capítulo trata da discussão da neorruralidade como processo gerador de posições identitárias. Para isso, trabalhou-se com a perspectiva de identidade no contexto da globalização. O foco da discussão é identidade cultural, com seus fluxos e hibridismos, para abordar a situação empírica aqui considerada como neorrural. Assim, o capítulo ficou estruturado em três seções, para viabilizar a compreensão do exame. Na primeira é discutido o tema da globalização como desdobramento da modernidade, segundo Giddens (1991; 2007); Hall (2014); Little (2002) e Andrade (2004). A segunda trata da questão dos processos identitários identificados a partir de aspectos que evidenciam a pluri-identidade enquanto processo contínuo, com suporte teórico em Hannerz (1997); Hall (2014); Silva (2000); Bourdieu (1996); Wanderley (2007) e Sousa (2008). Por fim, a terceira seção discutiu neorruralidades enquanto processo identitário contemporâneo, com base em Hannerz (1997); Fialho (2005) e Soares *et al.* (2008).

3.1 PROLEGÔMENOS: globalização, modernidade e identidade

A discussão de modernidade trazida aqui é a do final do século XX, considerada uma modernidade tardia, segundo Hall (2014), incluindo seus desdobramentos, à qual, em alguns momentos, chamarei de “modernidade contemporânea”. Assim, será enfocada a globalização e alterações na dinâmica das relações sociais, à luz de Giddens (1991; 2007).

Vale ressaltar que a história humana não segue uma linha reta e homogênea de desenvolvimento, e que a noção de modernidade nos afasta dos tipos tradicionais de ordem social, estabelecendo uma ligação entre as relações sociais globais, além de conseguir alterar certas características pessoais e subjetivas de nossa existência. Aqui, cabe destacar elementos como o ritmo e o escopo da mudança, aspectos importantes da modernidade contemporânea, sobretudo, quando se trata da tecnologia, como assevera Giddens (1991, p. 15):

Como deveríamos identificar as discontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais? Diversas características estão envolvidas. Uma é o *ritmo da mudança*, nítido que a era da modernidade põe em movimento. As civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema. Se isto é talvez mais óbvio no que toca à tecnologia, permeia também todas as outras esferas. Uma segunda

descontinuidade é o *escopo da mudança*. Conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda a superfície da Terra [...].

Nota-se, mediante a citação, que a movimentação das nações e suas sociedades usufruem da tecnologia, não entrando em pauta, nesta análise, o impacto provocado pelas consequências tecnológicas. Outro elemento observado é a interconexão entre diferentes áreas do globo, nas quais as próprias tecnologias geram significativas alterações sociais, frente à velocidade de apresentação de tais transformações.

Em outras palavras, uma mudança social em uma das partes do globo adentra outra parte em pequeno espaço de tempo. Neste cenário de modernidade contemporânea, o tempo e o espaço sofrem transformações, sobretudo, quando esses dois elementos são comparados à modernidade anterior ao final do século XX, na qual para Giddens (1991, p. 26), tempo estava conectado a espaço, esse, no sentido de lugar. No entanto, na modernidade contemporânea, a relação face a face fica prejudicada, entrando em cena uma relação virtual, ou um tipo de relação chamada de “ausentes”. Trata-se de uma dinâmica onde a proximidade entre as pessoas é estabelecida por equipamentos que podem, inclusive, mascarar sentimentos, sendo ao mesmo tempo rápida.

Vale considerar que, na modernidade contemporânea, o lugar retorna ao que Giddens (1991, p. 27) chama de “fantasmagórico”, isto é, os locais são algo penetrado, moldado e influenciado por outros bem distantes deles. Assim, a fronteira física ou território não é mais referência fixa de uma sociedade ou grupo social. Passa a ser algo móvel, que orienta e se orienta por processos identitários. O que se tem agora é um frenético e dinâmico movimento das influências em diferentes locais da Terra, por outros igualmente (ou não) diferentes lugares.

Cabe, então, na discussão do tema identidade, destaque para a territorialidade e as consequências do contexto supracitado. Isto porque a concepção de territorialidade na contemporaneidade refere uma força de um dado grupo social, dando lugar à noção de domínio, onde os territórios se movem pela dinâmica política, definindo e redefinindo identidades (LITTLE, 2002).

Esta dinâmica da modernidade contemporânea evidencia um de seus fenômenos mais básicos, que é o processo globalizador, conceituado por Giddens (1991, p. 69) como sendo:

[...] processo de alongamento na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através das superfícies da terra como um todo. A globalização pode ser assim, diferenciada como a

intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira e acontecimentos locais, são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice e versa.

Assim, observa-se, diante da citação supra, como as relações sociais são intensificadas, a partir do processo de interação global, o qual influencia, inclusive, acontecimentos em localidades distantes, que poderão (ou podem) alterar a realidade e o futuro de um povo, como no caso das guerras, e das crises financeiras em países tidos como ricos. Logo, a transformação local terá relação com processos nem sempre locais, mas que acontecem no globo, e vice-versa.

Entretanto, segundo Woodward (2000), há que se ressaltar que a globalização produz resultados diferenciados, em termos de identidade. A suposta homogeneidade cultural promovida por mercados mundiais pode levar, dentre outras consequências, a uma afirmação de algumas identidades, bem como impulsionar o surgimento de novas posições de identidade.

Mas, em que condições o processo globalizador pode ser examinado mais especificamente? Primeiramente, cabe destacar que tal processo ultrapassa a fronteira conceitual, por trazer no seu cerne uma abordagem bem mais ampla do que aquilo que entendemos rotineiramente, o que pode ser constatado com Giddens (2007), quando discorre sobre elementos que juntos caminham para o que se pode ser (ou não) a ideia mais completa de globalização. Vejamos alguns deles.

Para Anthony Giddens globalização é política, tecnológica e cultural, além de econômica, influenciada fortemente pelo desenvolvimento dos sistemas de comunicação, merecendo imperioso destaque a comunicação eletrônica instantânea, que além de permitir acessar rapidamente o mundo, notícias e informações, ressignifica a própria estrutura de nossas vidas, independentemente da condição econômica, territorial ou social. Assim, Giddens (2007, p. 22) afirma que:

É errado pensar que a globalização afeta unicamente os grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. A globalização não diz respeito apenas ao que está lá fora, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá aqui dentro, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas. O debate sobre valores familiares que está se desenvolvendo em vários países, por exemplo, poderia parecer muito distanciado das influências globalizantes. Mas não é.

Percebe-se que o processo de interação e/ou integração de diferentes partes do planeta, embora remeta a uma ideia de amplitude, de união do todo, traz também influências em aspectos

subjetivos do indivíduo. Influências essas, muitas vezes não perceptíveis, mas, que vão interagindo com a subjetividade, podendo levar a uma ressignificação de características que identificam e categorizam um dado grupo social.

Cabe afirmar, que não se trata, portanto, de um processo singular, mas de um conjunto complexo de processos que fomentam, inclusive, o ressurgimento de identidades culturais locais em várias partes do mundo. Além disso, “cria novas ondas econômicas e culturais, dentro e através das nações” (GIDDENS, 2007, p. 23).

Todavia, o autor supracitado faz uma ressalva de suma importância para compreensão mais universal da globalização. É o fato dessa não se desenvolver equitativamente, isto é, não chegar a todas as partes do mundo na mesma intensidade. Não obstante, é importante destacar, também, que não existem de modo fixo consequências positivas e nem negativas, quando se trata de tal processo, o que pode ser constatado pelo alarmante estágio de desigualdade, além de problemas ambientais e ecológicos que vêm ganhando amplitude. Contudo, cabe realçar, no que toca a questões ambientais, que problemas como poluição e excesso de lixo, predominam na cidade, e que as pessoas estão voltando ao campo, na busca pela natureza, que já não é tão vista na vida citadina.

Desta feita, no contexto globalizador, campo ganha outra significação, onde o imaginário da relação do rural com a natureza traz, na verdade, a função identitária oriunda de uma nova concepção de segmentos populacionais que buscam campo como representação de saúde, liberdade, bem-estar e tranquilidade, conforme assevera Soares *et al.* (2008), significações consideradas escassas no urbano

Pelo exposto, é possível afirmar que a globalização é a modernidade contemporânea, constituindo-se de consequências positivas e negativas também. Há ainda, o caráter complexo de compreensão de tal processo, já que esse influencia não só a vida econômica, mas a vida política, social e cultural de um povo, permitindo uma discussão sobre identidades, em tal cenário globalizado, conforme será visto a seguir.

3.2 FLUXOS DE SIGNIFICAÇÃO: identidades como pluralidade

A concepção teórica de identidade trabalhada neste item se refere à adotada em Hall (2014), Silva (2000) e Woodward (2000), enquanto processo que comporta mudança constante e

rápida, onde o indivíduo assume múltiplas identidades, de acordo com o contexto em que está inserido. Logo, a expressão cabível para ser utilizada será “processos identitários”, atrelada à ideia de posições-de-sujeito ou posições de identidade (WOODWARD, 2000), o que remete à dinamicidade e à pluralidade das identidades assumidas ou não pelo indivíduo, na modernidade contemporânea.

Nesta perspectiva, cabe destacar que a identidade é uma relação social sujeita a relações de poder, ou seja, onde existe identidade e diferença está presente o poder, segundo Silva (2000). Assim, afirmar uma identidade significa demarcar fronteiras “nós e eles” na perspectiva social, em posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder. Trata-se, portanto, de uma classificação, considerada pelo referido autor como o ato de ordenar e dividir o mundo social em grupos, o qual é feito a partir do ponto de vista da identidade. Assim, fixar uma determinada identidade como norma é uma forma privilegiada de hierarquização das identidades e das diferenças, haja vista que “a normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (SILVA, 2000, p. 83).

Desta feita, normalizar significa eleger uma identidade específica como parâmetro para avaliação e hierarquização de outras identidades. Em outras palavras, significa atribuir a essas identidades características positivas possíveis, de forma que as demais possam ser avaliadas de forma negativa. Neste contexto, a teoria cultural contemporânea tem destacado alguns desses movimentos, com aporte em metáforas que remetem à própria ideia de movimento, de deslocamento, para referendar a identidade móvel, ou melhor, híbrida, como demonstra a perspectiva aqui abordada. Em outras palavras, a identidade híbrida não é mais integralmente nenhuma das identidades anteriores originais, embora apresente traços dela.

Neste sentido, o processo analítico do material de campo da presente dissertação foi orientado pela concepção de Hall (2014) e Silva (2000), os quais destacam que a identidade está relacionada diretamente ao caráter de mudança vivenciada neste estágio da modernidade, em especial, ao processo de globalização e sua influência sobre a identidade cultural.

Para Hall (2014), o processo identitário não é algo estático e, sim, formado da interação entre o “eu” e os vários “eus” do indivíduo, composto de identidades, o que não pode ser considerado crise identitária. Identidades são ressignificadas, não implicando em perda de identidade, conforme fala dos sujeitos pesquisados, quando arguido sobre as significações sobre campo e cidade:

Não me identifico com nada não (Risos). Até porque, toda a estrutura que eu tenho lá, eu tenho na minha casa aqui⁸ [...] (ENTREVISTADO A).

[...] na minha opinião, os dois [campo e cidade] são bons. Um complementa o outro. Porque eu acho assim, que se hoje em dia a gente vendesse a chácara, a gente se sentiria assim muito triste, porque um local complementa o outro. Quando a gente está estressado aqui, vamos ver lá como é que estão as plantas, como é que estão as coisas que a gente planta e que a gente cria, lá. Aquilo, ali, já tanto faz parte da vida da gente que a gente sentiria muito se deixasse de fazer parte, se desvinculasse da vida da gente (ENTREVISTADO B).

[...] tenho uma identidade muito forte com o mato, com o campo. Foi onde eu nasci. [...] Porque minha vida é no campo. Eu não digo de trabalhar no campo. Se eu disser que vou viver do campo, isso é mentira. Não iria. Que eu iria plantar uma roça, não! Não iria! Mas eu iria viver olhando meus bodes, minhas ovelhas, meu pomar... [...]. É assim, o sítio é ao mesmo tempo meu lazer e tudo, mas eu vivo daqui. Porque logo eu trabalho muito. Dez. Doze horas por dia. Mas assim, meu sonho é montar minha equipe aqui, que é uma equipe que possa responder por mim, para que eu tenha tempo e me dedique mais lá. Mas não no sentido de produzir, lá, não. No sentido de eu morar. [...] De eu ter um espaço para que eu possa criar mais animais. Para que eu possa andar mais a cavalo. Para que eu possa tomar mais banho de rio [...] (ENTREVISTADO C).

As narrativas demonstram as respectivas significações dadas a rural e a urbano. Observa-se que o Entrevistado A posiciona-se discursivamente a partir da estrutura material que possui. O Entrevistado B fala do seu apego às plantas e aos animais, uma característica presente na identidade de neorrural: a preocupação com o meio ambiente rural, remetendo ao significado que o campo assume, enquanto lugar ideal para se usufruir das significações abordadas, como sossego, tranquilidade, paz, dentre outras.

O Entrevistado C tem uma visão idílica de rural, embora demonstre considerar na possibilidade de estar mais no campo, destaca o desinteresse por práticas da agricultura. Aborda a criação de animais e possíveis plantios domésticos provavelmente feitos pelo caseiro (no caso o pomar), tomando a paisagem como consumo. Trata-se de um escapismo que podemos chamar prolongado e/ou definitivo, pois, o sujeito demonstra interesse em montar equipe de trabalho na cidade para se dedicar mais ao rural.

As falas referem momentos de vivência no campo, esporádicas, com caráter terapêutico. E aí me remeto às amenidades do rural, que são as significações atribuídas ao rural, através das

⁸ O “aqui” refere cidade. Trata-se de uma referência dada à cidade ao longo das entrevistas. Assim como o “lá” que é uma alusão à residência secundária, localizada no campo. Vale lembrar, que as três entrevistas foram realizadas na cidade.

atividades que nutrem as realizações atitudinais dos novos rurais que consideram rural como consumo.

O fato é que as narrativas demonstram que os entrevistados buscam declaradamente no rural o sossego. O campo, para os entrevistados, não é o lugar do nada, do vazio. É o lugar de múltiplas possibilidades relevantes, embora não ofereça materialmente o que a cidade dispõe. O rural tem o verde, as plantas, a natureza, atenuando a vida frenética das cidades, mas são elas consideradas pelos três entrevistados como aquele local verdadeiramente possível de se acumular bem material. Daí todas as falas trazerem a moradia da cidade como residência principal, talvez pelas condições materiais oferecidas.

As falas anteriores demonstram não haver uma identidade fixa e nem permanente. A mesma vai se formatando a partir do contexto em que o indivíduo está alocado, sendo determinada a identidade, por situações no âmbito social, político, econômico e cultural, promovidas por relações entre rural/urbano, a partir do contexto vivenciado.

Trata-se de uma relação hierarquizada, na qual a ideia de evolução está na saída das pessoas do campo para cidade, deixando para trás muitas vivências e saberes na vida no campo, como ocorreu com os três entrevistados que vieram para cidade estudar e aqui se estabeleceram, posicionando os sujeitos pesquisados quanto às ruralidades pelo movimento de retorno ao campo, como ressignificação deste espaço, como um lugar bom, onde elementos como tranquilidade, calma, contato com a natureza, podem ser desfrutados.

Vale ressaltar, que esse caminho de ir buscar na cidade aquilo que no senso comum é o “evoluído”, já ocasiona um diálogo entre campo e cidade, com vistas à oportunidade de ganhos econômicos e materiais, principalmente. Refere-se, portanto, de mudanças, típicas das sociedades modernas que são, por definição, segundo Hall (2014) sociedades de mudança permanente. Enfim, as sociedades da modernidade tardia são “caracterizadas pela diferença; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições-de-sujeito”, isto é, identidades – para os indivíduos” (HALL, 2014, p. 14). Neste contexto, foram utilizados para analisar as entrevistas os aspectos idade, gênero, origem (proveniência), significação e localização das moradias, para discutir a pluralidade de identidades que o indivíduo pode assumir, incluindo nessas, a neorruralidade. Desta feita, para falar em identidades, parto da compreensão de que se trata de um processo contínuo e complexo, que

extrapola fronteiras, encontra limites, no sentido da descontinuidade, além de produzir indivíduos híbridos, isto é, com múltiplas identidades.

Para tanto, focalizando o empírico, cabe destacar inicialmente, o aspecto de gênero. Todos os entrevistados são do sexo masculino, havendo uma externalização de comando do homem no âmbito das decisões intrafamiliares. Todavia, é importante destacar que um dos entrevistados, no caso o B, diz possuir um poder dividido com a esposa, externalizado a partir de relatos informais sobre sua relação conjugal e percepções registradas no processo da entrevista, distanciando-se do conceito de dominação masculina de Bourdieu (1996, p. 168) caracterizada como:

Os atos simbólicos sempre supõem atos de conhecimento e de reconhecimento, atos cognitivos por parte daqueles que são seus destinatários. Para que uma troca simbólica funcione, é preciso que ambas as partes tenham categorias de percepção e avaliação idênticas. Isso vale também para os atos de dominação simbólica que, como vemos claramente no caso da dominação masculina, são exercidos com a cumplicidade objetiva dos dominados, na medida em que, para que tal forma de dominação se instaure, é preciso que o dominado aplique aos atos do dominante (e a todo seu ser) estruturas de percepção que sejam as mesmas que as que o dominante utiliza para produzir tais atos. A dominação simbólica (é um modo de defini-la) apóia-se no desconhecimento, portanto, no reconhecimento, dos princípios em nome dos quais ela se exerce. Isso vale para a dominação masculina e para as relações de trabalho [...].

Devido à existência de uma cumplicidade objetiva por parte dos dominados, observa-se, frente à citação, que as relações de gênero aparentam ser uma relação negociada, acordada. No entanto, ao analisarmos tais relações para além das configurações externalizadas, veremos que se trata de uma dominação velada, baseada no poderio simbólico da dominação masculina. A título de demonstração, tem-se a fala do Entrevistado C:

[...] Eu digo para a minha família que aqui eu não dou nenhuma sugestão. Tudo é com eles, minha esposa e meus filhos. E lá também ninguém dá. Tudo é muito bem dividido. A reforma que eu fiz lá eu fiz em dois meses. Ninguém viu e ninguém opinou. Então a gente tem esse acordo. Aqui no apartamento eu costumo dizer que eu só quero que me deem um local para dormir [...] (ENTREVISTADO C).

A fala acima realça o poder dividido com o entrevistado evidenciando sua autoridade no campo, na medida em que não adentra questões na sua residência da cidade. O destaque é que embora a fala passe uma ideia de demarcação de domínio de exercício da autoridade, o homem está com seu poder em evidência, determinando, inclusive, onde ele manda e onde a mulher pode mandar, não significando uma autonomia dessa.

No tocante à idade, relacionada ao padrão financeiro, cabe destacar que os três entrevistados são adultos, com estabilidade econômica e material, observadas a partir da estrutura das empresas dos entrevistados, padrão das residências principais e automóveis particulares (quantidade e modelos), vistos nos encontros já relatados com os sujeitos da pesquisa. Logo, os três entrevistados podem ser considerados o chamado “adulto padrão”, termo designado ao adulto que atingiu uma maturidade e realização definitiva, isto é, estabilidade profissional, financeira e familiar, conforme caracteriza Sousa (2008, p. 7):

A denominação atribuída aos grupos das representações de adultez tem por base uma parte da investigação teórica que sustenta a presente pesquisa. O conceito normativo e tradicional do “adulto padrão” assenta na ideia de que é possível atingir uma maturidade e realização definitiva, é um conceito que remete para a origem latina da palavra adulto - *adultus* que define aquele “que terminou de crescer”. Um conceito produto de um quadro tradicional de exigências imposto e não questionado desde os meados do século XIX até ao final da Segunda Grande Guerra (BOUTINET, 2000; SILVA, 2003). [...] A denominação “adulto padrão” remete para a sociedade de produção, o adulto da estabilidade profissional, financeira e familiar; o adulto instalado; que tem um percurso mais ou menos predefinido e linear; que projecta a longo prazo; um adulto “sério” e “formal” que pode ser ainda remetido para a ideia de “rotina”.

Levando em consideração a estrutura mantida pelos sujeitos, como por exemplo, duas residências, constata-se que tal caracterização enquadra-se nos padrões sociomateriais adquiridos pelos entrevistados, que trazem em seus discursos relatos dentro da perspectiva de adulto bem-sucedido, que conquistou a estabilidade material e familiar, com projetos de vida bem definidos, remetendo ao ápice de uma maturidade dentro da conceituação do autor acima citado. Neste sentido, cabe destacar que os três entrevistados trouxeram um discurso onde o acumular recursos materiais e financeiros se apresenta como aquilo que é considerado o ápice da evolução, do progresso.

A família da minha mãe é de Barras, interior do Piauí, e também quando eu vinha para Teresina, quando eu cresci, casei e minha mulher, o pai dela tinha fazendas em José de Freitas. Inclusive ainda hoje tem fazendas em José de Freitas. Mas daí eu convivi sempre com finais de semana, usando o diletantismo, o passatempo de final de semana no campo. Sempre gostei de fazer isso. Até que terminei comprando uma propriedade pra mim. Porque essa área lá dos terrenos dela é de herança comum aos irmãos, certo? E aí sempre tinha alguma coisa para dividir. Então, eu preferi, então, depois, comprar uma área pra mim um pouco mais perto de Teresina. [...] Sou de Barras. Eu tinha passado as férias em Barras, na casa dos meus avós. E também lá era uma maneira da gente se soltar. Saía de manhã pra pegar passarinho, jogar peteca, coisa que em Teresina já não tinha. Eu fui criado ali na Praça do Liceu. Quer dizer, já era bem habitada ali aquela

região. Não era uma região de bairro. Era bem no centro. E Barras não, eu podia sair de manhã, tomar banho no rio, pegar passarinho. Aquelas coisas que menino do campo faz. Eu não tinha preocupação de nada. Os pais da gente não se preocupavam com nada. Qualquer calçada era motivo para gente sentar e se reunir, dar boas risadas, comer uma manga de vez com sal, que eu gosto e eu ainda hoje mantenho o costume (Risos). Ainda hoje eu como. Ainda hoje eu gosto. Faço isso sempre (ENTREVISTADO A).

[...] eu sou urbano, mas eu gosto muito do rural. Assim, nesse aspecto de criar algum animal, de plantar. [...] Mas eu sou urbano! Eu sou muito urbano mesmo. Eu gosto de conviver mesmo no meio urbano. [...] Minha origem é interiorana, basicamente. Embora eu não seja bem do mato, daquelas cidades, daqueles povoados, mas, por exemplo, eu nasci em Campo Maior, me criei em Campo Maior e depois eu vim para cidade para estudar e trabalhar. [...] Ah! Eu vim já rapaz. Eu vim para fazer o segundo grau e fazer universidade também aqui. Já vim pra cá com os meus dezoito, dezenove anos. [...] Era, porque meus pais moravam em Campo Maior. Posteriormente é que meus pais vieram morar aqui em Teresina, mas minha origem é no interior (ENTREVISTADO B).

[...] eu digo sempre que eu nasci no mato, no mato me criei e do mato eu nunca saí. É assim, eu nasci na zona rural, morei até os catorze anos na zona rural. Depois fui para a cidade, mas não perdi o vínculo porque parte de meus irmãos continuaram a morar na zona rural, e aí eu sempre tive o contato. Isso depois eu me formei, me casei, e aí tive que me adaptar à vida totalmente urbana a partir de vinte e cinco anos. Eu tenho hoje cinquenta e um. Dez anos depois, aos trinta anos, na zona rural onde a gente nasceu e se criou, onde meu pai era lavrador, ele não era o dono da terra, era roceiro mesmo, às vezes pagava até a renda ele com os meus irmãos. [...] Então, fizemos uma espécie de um condomínio rural. Nós somos nessa região lá sete irmãos onde nós moramos. Destes sete irmãos nós temos cinco que vivem exclusivamente da terra e temos dois, uma que é empresária no interior de José de Freitas e eu que sou contador (ENTREVISTADO C).

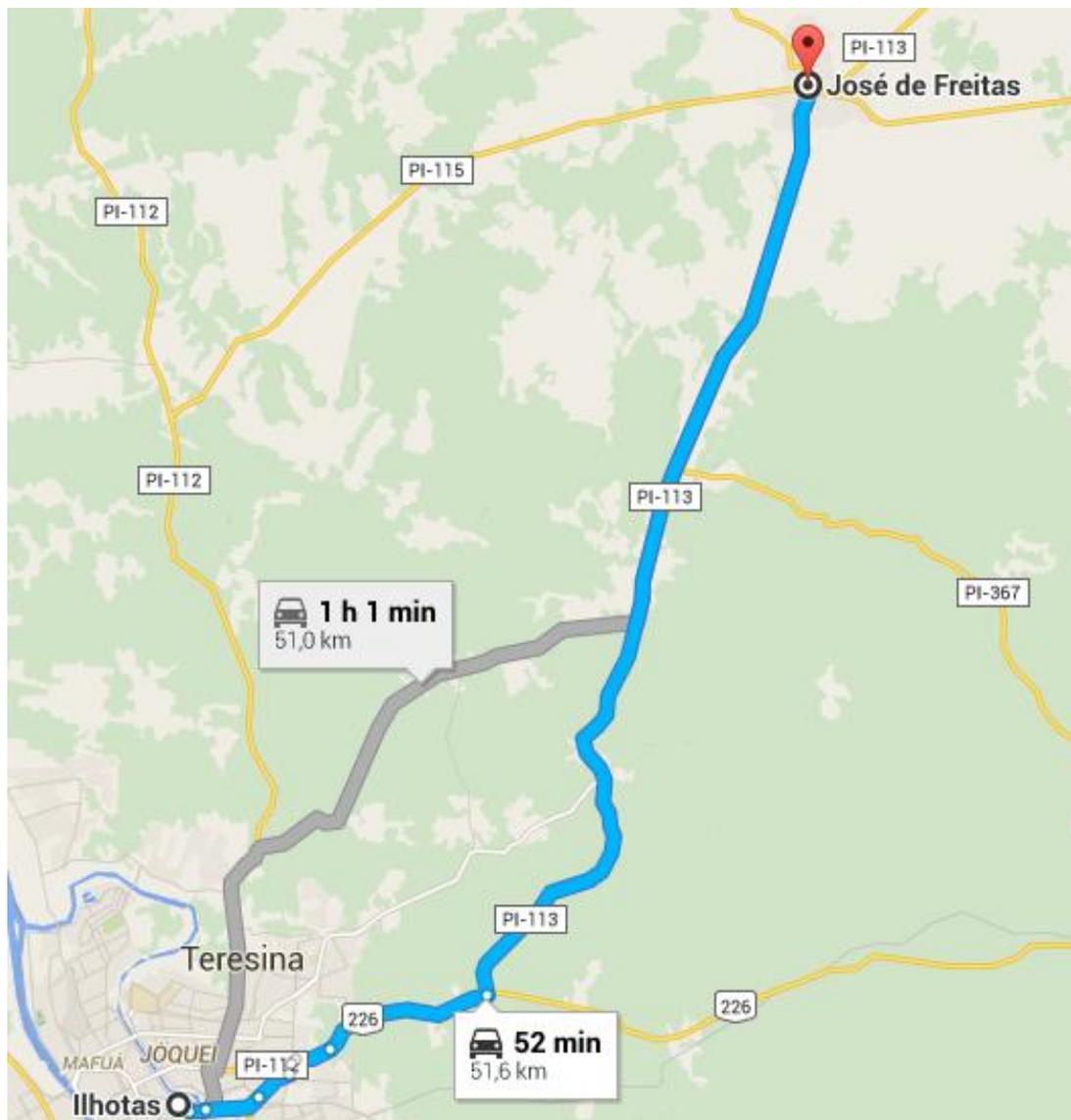
Analisando a origem dos entrevistados, observa-se, a partir da proveniência dos mesmos, o aspecto de modificação de padrão de vida, desmontando qualquer ideia de imobilidade dos sujeitos entrevistados. Observa-se, ainda, um discurso de transição de um contexto para outro nas falas apresentadas dos três sujeitos. Trata-se da “história de vida”, a qual conduz à construção da noção de trajetória, conceituada como “[...] série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1998, p. 189).

Não obstante, há também uma ideia bucólica da vivência em sua cidade de origem, narrada pelos dois primeiros entrevistados. Todavia, embora haja a percepção desse sentimento, os sujeitos foram enfáticos em destacar que o retorno ao rural dá-se por meio da utilização da

residência secundária, a qual se caracteriza exatamente por sua valorização e utilização em finais de semana e/ou feriados (SILVA, 2009; 2013).

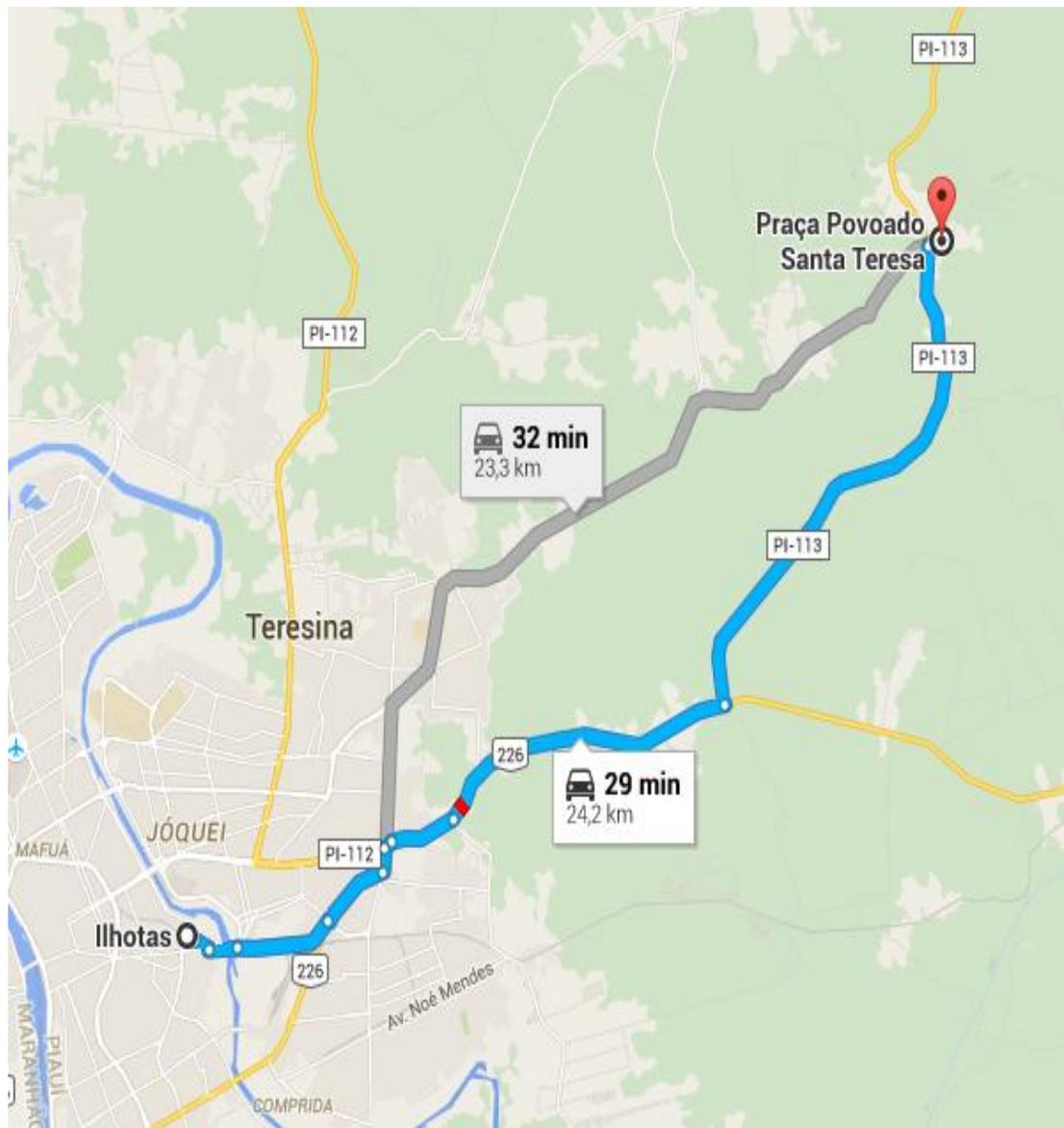
Tal residência fica geralmente em municípios onde rural e urbano são de fácil acesso, viabilizando a locomoção e usufruto das vantagens dos dois cenários (SILVA, 2009). Para tanto, seguem as representações gráficas das localizações das residências urbanas e rurais identificadas na pesquisa.

Mapa 1 - Percurso Ilhotas (Teresina) a José de Freitas



Fonte: Google Maps (2016).

Mapa 2 - Percurso Ilhotas (Teresina) a Povoado Santa Teresa (Teresina)



Fonte: Google Maps (2016).

A partir dos mapas de localização das residências dos entrevistados, observa-se uma proximidade entre elas. Trata-se da segunda residência situada próxima de Teresina (local da residência principal), ficando os sujeitos perto da sua residência primária, isto é, onde produz e acumula seus bens materiais, o que foi verificado nas narrativas dos três entrevistados.

A residência secundária do Entrevistado C se localiza no Povoado Santa Teresa, localizado a aproximadamente 24 km de Teresina. As residências secundárias de A e B se situam

no município de José de Freitas, distante de Teresina 51 km. Tal município possui população de 37.095 habitantes em uma área territorial de 1.538.176 km². Sua densidade demográfica é de 24,11 hab/km². Limita-se com Altos, Lagoa Alegre e Teresina. O Povoado Santa Teresa se situa na PI-113 e faz parte do território de Teresina. Importante destacar que as referências em quilômetros entre residência principal e secundária foi referida a partir do bairro Ilhotas, onde está situada a residência primária dos três sujeitos entrevistados.

Contudo, ainda no contexto de mudança, há que se destacar um aspecto peculiar que se apresenta na fala do Entrevistado C, que é o orgulho de expor seu atual padrão econômico de vida, não só na cidade, onde ele é mais um, isto é, o igual em relação aos seus pares do seu ciclo de relação na cidade, mas, principalmente, no campo, onde há um realce da sua atual situação socioeconômica, capacidade produtiva familiar, estrutura material, externalizados por meio da compra da terra.

Parte dessa terra foi perdendo valor e a gente (eu e meus irmãos) teve a oportunidade de comprar parte dessa terra. Então hoje, lá a gente diz que é um pouco diferente, nós voltamos para onde a gente foi criado, a gente voltou. Vamos dizer assim, depois de vinte anos voltamos. [...] E aí, depois que eu tive minha profissão foi que a gente voltou na condição agora de dono da terra. Titular e tudo. [...] Um dos meus irmãos era vaqueiro, trabalhava para os outros, exatamente nessa terra que hoje é nossa. Nossa história é em José de Freitas. Hoje eles têm uma pequena fábrica de cajuína, comercializam e tudo. Se garantem! E lá a gente ainda tem itens para se divertir. Tem a piscina, tem o campo. Tem o fogo para fazer a festa. Temos a parte religiosa. Hoje nós temos uma capela dentro da nossa comunidade. Temos o nosso festejo. Até novena tem! (ENTREVISTADO C).

O ato de expor sua atual condição socioeconômica remete ao discurso de transição já abordado. Em outras palavras, a mudança de vaqueiro da terra para proprietário da mesma reflete a exaltação de conquista, isto é, uma vitória. Em outras palavras, é o indivíduo autodenominando-se vencedor, capaz e, acima de tudo, evoluído, no que tange ao acúmulo de riqueza. Trata-se, pois, de um retorno ao campo em uma nova condição: a de propriedade, de empoderamento, uma espécie de acerto de contas com um passado marcado pela falta de estrutura mínima de sobrevivência, como condição de moradia digna.

Logo, a terra adquirida, algo que não fora conseguido pelos pais e, sim, pelos filhos, aparece carregada de significação e de sentidos, ao que foi vivido e sonhado em etapas anteriores da vida interiorana. Aqui, o bucólico, isto é, os costumes tradicionais do campo são adaptados ao

mundo contemporâneo na evidenciação de acúmulo material e poder socioeconômico, sendo incorporando a esse contexto de aquisição e realização, práticas típicas da ruralidade.

Os elementos abordados anteriormente podem ser considerados como partes constituintes dos processos identitários abordados por autores como Hannerz (1997). Neste sentido, a base do conceito utilizado será da cultura de fluxo, remetendo à ideia de Alfred Kroeber, o qual trata do “interfluxo de material cultural das civilizações” (KROEBER, 1952, p.154), além do caráter temporal. É uma ideia mais próxima da noção de fluxo, na qual me situo e que subsidiou a discussão sobre hibridismo, um dos conceitos cruciais do próximo item, analisado a partir dos processos identitários verificados na situação empírica.

3.3 HIBRIDISMO E NEORRURALIDADE NO PROCESSO IDENTITÁRIO

Para abordar a ideia adotada sobre hibridismo neste item, é relevante fazer o breve exame sobre fluxos, numa perspectiva trabalhada em Hannerz (1997). Isto porque a noção de fluxo abordada pelo autor aponta para uma dinâmica de entidades sociais e territoriais, fomentada pelo deslocamento de entes no espaço, tempo, contexto e/ou lugar, podendo gerar (re)distribuição territorial.

Logo, a ideia de movimentação com padrões cambiantes ganha força nesta concepção. Em contraposição, falar em limite cultural significa dizer que “o fluxo cultural estacionou de algum modo em algum lugar, onde existe uma descontinuidade na distribuição de significados e/ou formas significativas entre indivíduos e relações sociais” (HANNERZ, 1997, p. 17), divergindo, portanto, do pensamento de Hall (2014), que credibiliza a existência de pluri-identidades e Woodward (2000), a pluralidade de posições identitárias.

Para tanto, as evidências empíricas deste trabalho apresenta a noção de movimento quando os entrevistados referem-se à localização de suas residências atreladas às suas respectivas significações. A localização compreende, além da identificação da residência principal e da secundária, a distância de suas propriedades rurais de suas residências principais, evidenciando movimentação física do sujeito bem como as posições simbólicas que o mesmo ocupa em diferentes contextos.

Minha filha é arquiteta, aí eu fui e comecei a fazer do jeito que eu gosto. Eu sou muito comodista. Eu gosto do campo, mas gosto do campo com ar-condicionado, com antena parabólica, com os prazeres que minha condição

financeira me deu. Mas lá também não pega celular, para não tirar a minha tranquilidade. Eu poderia ter colocado uma antena, mas nunca me importei com isso. Primeiro porque vai tirar a minha tranquilidade e, segundo, a proximidade de Teresina: são da minha casa até lá dá trinta quilômetros. Então, alguma coisa de urgente dá tempo de ir lá me avisar, me chamar, alguma coisa assim. Então eu faço questão de manter sem telefone lá. [...] É, o campo eu gosto primeiro a tranquilidade e a privacidade. [...] Lá já melhorei tudo. Já cheguei na estrutura que quero. Lá tem seis suítes. Todas com ar-condicionado e ventilador de teto. Quando der problema no ar-condicionado você bota o ventilador de teto. Tem duas piscinas para criança e adulto, porque têm meus netos e filhos, e nós só andamos juntos. Se você chegar dia de sexta, sábado... nós estamos juntos. Sábado nós estamos juntos, jantando fora. É um negócio muito engraçado. Inclusive o pessoal fala que eu tenho dois filhos homens e as mulheres é que vieram para cá. Se bem que quando se casa um filho se perde o filho, que vai para outra família. No meu caso não, elas vieram para pertinho. Até viajar. Todo ano eu gosto de ir pra neve. Então a gente vai para Bariloche, pro Chile ou pra Ushuaia. Vai todo mundo (ENTREVISTADO A).

[...] os dois são bons. Lógico que tem gente que prefere morar no campo, mas eu particularmente prefiro morar na cidade. Eu sou muito urbano. Agora minha família, assim, minha esposa gosta de uma área de lazer mais pacata e a satisfação dela é ter uma área rural, justamente para descansar, para levar a família, para sair da rotina. E nós adquirimos uma chácara, que fica próximo daqui, só a trinta quilômetros do centro da cidade, e é bom porque dá pra ir lá rapidinho, um salto lá, um salto cá. [...]. Olhe, a gente busca no campo a tranquilidade, a paz. A gente busca um clima melhor, se abastece de tudo isso. Do que a natureza tem para oferecer pra gente. [...]. Já o apartamento aqui é tudo de bom. É um apartamento novo, recém-construído, bem estruturado, tem uma boa área de lazer (ENTREVISTADO B).

[...] deixa eu falar, eu acho que a única coisa que eu posso ainda sentir falta da cidade é o conforto. Dormida, quer dizer, se faltar energia à noite, eu me dou mal, por conta do ar- condicionado, tá entendendo? Talvez seja a questão. A única coisa que eu me distanciei, que eu incorporei da vida urbana é o meu conforto noturno, ou seja, eu tenho ar- condicionado lá no meu quarto. Fora isso não, eu tenho a minha alimentação muito simples. Eu gosto da alimentação do mato. Muito! Muito! Pela própria idade eu tenho cuidados com a alimentação e tudo. Segunda a sábado eu ainda me cuido! Lá eu não sei usar um adoçante, eu não sei usar conservante numa salada, tá entendendo? Aqui também tento. Mas lá eu me liberto. Não adianta, minha médica já reclama de fritura. Eu digo “doutora, até sábado meio dia eu consigo me controlar, mas depois!” [risos]. Aí a partir daí não abro mão do ovo caipira, da galinha caipira, do porquinho. De ver uma lua, uma lua clara, de ver o mato, de sentir o vento. [...] Mas a minha tendência é voltar para o interior definitivamente. Ou quando me aposentar ou quando eu formar uma equipe que possa tocar o dia a dia. Não tem coisa melhor no mundo do que você a noite sentir a brisa, ver o luar e o nevoeiro. Inclusive eu tenho uma divergência com relação a minha mulher, que ela adora praia, nasceu na praia, e eu não gosto de praia. Não gosto! [ênfase] Sou diferente. Eu prefiro mil vezes o campo, mil vezes o mato. [...] Não abro mão dos meus costumes, das minhas coisas. Para você ter uma ideia, você vê bem aqui, olha [mostra uma tela de uma caricatura dele em cima de um jumento que fica na sua sala]. Isso aqui

foi a minha lembrança de cinquenta anos, eu estou aí, o cara retratou a minha história. Era a escola onde eu estudei por quatro anos na zona rural e meu transporte era um jumentinho. Eu estou aí num jumentinho, né?! E agora mesmo eu estou refazendo meu escritório, vou fazer aqui e já recomendei, quero um lugar especial para esse quadro e a réplica de um jegue que vai ficar aqui nesse canto da sala. [...] Eu acho assim, o homem do campo, ele tem uma série de problemas, de escassez, de assistência em tudo. Mas o que ainda alimenta, o que ainda sustenta o homem do campo é a forma dele viver. É a sua simplicidade, é tomar um banho de rio de água corrente. Às vezes lá eu me dou mal na dormida. No primeiro momento eu gosto quando falta energia, né? Porque eu boto minha rede na varanda. É aquele escuro e aí fica só lua e as estrelas. Não tem preço aquilo! E na cidade, onde a gente vai ver e viver tudo isso, né? (ENTREVISTADO C).

Os três entrevistados consideram residência principal a localizada em Teresina e secundária a do rural, onde estes se deslocam em caráter temporário, mas não desconsideram sua perspectiva de conforto, significando rural como descanso e retorno revigorado à cidade. Não obstante, os três sujeitos possuem suas residências secundárias próximas de sua moradia principal que é o bairro Ilhotas, conforme demonstrado nos Mapas Ilhotas-José de Freitas, onde estão localizadas as segundas residências (chácaras) de dois entrevistados e Ilhotas-Povoado Santa Teresa, onde se situa a chácara do outro sujeito.

Tem-se, portanto, a reafirmação de uma identidade multifacetada, com modo de vida predominantemente urbano, com uma territorialização secundária do rural. Os entrevistados trouxeram em suas falas o relato de sua experiência com o campo, atrelada à utilidade desse espaço para estas pessoas. Todavia, é importante ressaltar que o espaço, embora secundário, é demarcado, com relações determinadas a partir das condições socioeconômicas realçadas na neorruralidade, que começam a enxergar no rural o imenso leque de amenidades disponíveis.

Segundo Fialho (2005), os neorrurais, por motivos diversos, resolveram sair da rotina citadina, aderindo à vida no campo, com o propósito de recuperar hábitos antigos que o mundo urbano desprezou e até mesmo sucumbiu. São pessoas, na maioria das vezes, com alto poder aquisitivo, provenientes de famílias tradicionais, com alto nível educacional formal. É um grupo que planeja seu retorno ao campo com todo acúmulo financeiro que a vida na cidade lhe proporcionou, transferindo, assim, seu padrão de vida material para sua nova moradia, seja ela principal ou não.

Contudo, é importante destacar, segundo Soares *et al.* (2008), que esse não é o único mecanismo de caracterização dos sujeitos da nova ruralidade, já que muitos retornam ao campo apenas para o lazer, ou para atender às suas necessidades pessoais internas. É o caso do

Entrevistado C, que adquiriu a terra a partir de várias significações e demonstra interesse em retornar ao rural mais prolongadamente, incrementando atributos de rural que lhe aproxime de momentos outrora já vividos naquele local, ressignificando identitariamente o rural.

Identifica-se na análise acima uma característica marcante da globalização: o antagonismo social produzindo diferentes identidades; algo intenso no cenário atual. Em outras palavras, o retorno ou ida ao campo reflete a pluralidade de posições identitárias como processo contínuo de construção. Tem-se, então, um processo identitário em formulação, na medida em que é possível afirmar, também, uma recombinação cultural, já que agora há a combinação de sistemas culturais aparentemente autônomos.

Com base no exame apresentado, quando tomamos como análise a globalização do final do século XX, percebemos que as pessoas já não são identificadas, segundo Hannerz (1997), como pertencentes a um lugar específico. Isto porque elas são influenciadas por diversificadas correntes culturais que as ressignificam em si próprias. Em outras palavras, é a cultura movendo-se, como assevera Hannerz (1997, p. 18):

À medida que a cultura se move por entre correntes mais específicas, como fluxo migratório, o fluxo de mercadorias e fluxo da mídia, ou combinações entre estes, introduz toda uma gama de modalidades perceptivas e comunicativas que provavelmente diferem muito na maneira de fixar seus próprios limites; ou seja, em suas distribuições descontínuas entre pessoas e pelas relações.

Nota-se que a cultura pode ser entendida como um processo constantemente em curso, influenciando relações, outras culturas, economia, política, experiências pessoais, dentre outros aspectos. Trata-se de um processo pluralista, o qual deve levar em conta variações na forma cultural em questão Hannerz(1997), confirmado pelas falas sobre identidades mencionadas.

Cabe destacar que me detive à noção de “limites” em Hannerz(1997), por pura escolha teórica, não adentrando o debate sobre fronteiras, o que não inviabiliza a abordagem sobre “híbridos”, no sentido de mistura, modificação, combinação, isto é, a celebração de uma duplicidade aparentemente irreversível, que se transformara em renovação cultural ou uma ressignificação cultural. E é nesse plano analítico que situei a discussão de hibridismo, no sentido de plural, ou seja, várias identidades em constante interação, comportando aí a posição identitária de neorrural, como uma destas identidades que podem ser referidas empiricamente ou acionadas pelo indivíduo. Em outras palavras, os três entrevistados, embora realizem o deslocamento

campo/cidade, e vice-versa, sempre evidenciam que sua residência principal é na cidade, assumindo-se identitariamente como urbano, em seus discursos.

Aqui mesmo é a principal. [...] Mas voltando à origem da pergunta, tem que ser sempre aqui minha residência principal mesmo. Teresina é fonte de arrecadação. Eu não vejo, principalmente na região onde tenho propriedade, compensa você fazer algum investimento como plantio pra ganhar dinheiro. Pra tirar sustento não. Você tem aquela primariedade mesmo de chegar lá e já ter o pimentão, alface. Esse negócio de hortinha. Algo que me diverte. É uma galinha caipira para pôr ovo pra você. Mas são coisas bem primárias. Que é só para consumo mesmo. Só para higienizar a mente. Mas acho que se a gente botar para investir, para tirar dinheiro, não compensa! (ENTREVISTADO A).

[...] aqui, no urbano a gente trabalha. Aqui a gente convive com as pessoas, com a Igreja, com os grupos da Igreja, as amizades, e aqui a família também que está bem próxima de nós. Então, a gente precisa do nosso trabalho e também as escolas dos nossos filhos é aqui, porque a gente precisa acompanhar a rotina dos nossos filhos também. Então, a gente não pode de forma nenhuma deixar a cidade e ir somente pro campo. [...] Então, a casa no campo é mais pros fins de semana. [...] A da zona rural é a secundária. Sem dúvida. É para descanso, nosso e de quem da família precisar. É para uma festinha em família e com os amigos também. Principalmente pra descanso (ENTREVISTADO B).

[...] já tenho um certo conforto. Eu tenho um freezer, eu tenho uma churrasqueira, eu tenho né, vamos dizer assim, o deck⁹. Mas, ainda conservo tudo do interior, a alimentação mais simples possível. É bem mais simples, mas não é igual a do roceiro lá. [...] Meu único conforto diferenciado é dormir. Do meu ar-condicionado não abro mão. Lógico, eu tenho o campo de futebol e iluminado, gramado, uma churrasqueira. Não tem nada, além disso. Eu nem sou fazendeiro e nem sou o cara que leva um arquiteto e nem sou o lavrador. Eu sou o cara que eu quero sossego, tá? E às vezes a gente já discutiu assim, olha José de Freitas é perto! [...] (ENTREVISTADO C).

Observa-se, nas falas apresentadas, que ambos os entrevistados gostam do campo e o assimilam como algo bom, mas em caráter temporário (um final de semana ou feriado, por exemplo), para estar entre amigos e família, o que não inclui morar. Associam a improvável ideia de morar no campo à possibilidade mais palpável de acúmulo de bens na cidade, onde estão seus empregos/empreendimentos. Em outras palavras, consideram campo como descanso, remetendo a um escape de suas vidas cotidianas consideradas exaustivas.

As falas de A e B permitem, ainda, retomar a ideia de amenidades, por meio da evidenciação da moradia da cidade como residência principal. Trata-se de um aspecto identitário

⁹ Refere-se à área externa de lazer das residências secundárias, onde ficam incrementos, como churrasqueira, mesas, cadeiras, freezers, redes e demais utensílios que fazem deste espaço uma área de lazer mais arrojada.

do ideário da neorruralidade com rural assumindo o papel purificador da mente exausta do cotidiano citadino que proporciona a realização material e profissional, mas não viabiliza as significações como tranquilidade, bem-estar, sossego, dentre outros aspectos que compõem identitariamente os sujeitos da neorruralidade, os quais se caracterizam, sobretudo, pelo retorno ou ida para o campo, dentro dos padrões conquistados na vivência da cidade. Vivência essa que agora não representa somente a significação de antes, como riqueza, acúmulo material, sucesso, e, sim, tensão, sobrecarga emocional, violência, intranquilidade, dentre outras características.

Na fala do Entrevistado C a ideia de conforto não é desagregada. Embora tenha tido um discurso fundamentado numa significação de simplicidade, o campo de futebol, a piscina, o *deck*, são externalizações da incrementação do rural. Além disso, o Entrevistado C demonstrou certo apego ao mundo rural, não permitindo a intervenção, nem mesmo da esposa, nas decisões da residência secundária, destacando na mesma fala que paralelamente não intervém nas deliberações da sua residência principal, que é na cidade. Trata-se, pois, de um destaque no relato do Entrevistado C, haja vista que os outros dois entrevistados não apresentaram um discurso assemelhado, no tocante ao anseio de retorno em caráter definitivo ao campo, o que foi evidenciado nos depoimentos sobre a residência principal e a residência secundária.

O fato é que quando o neorrural adentra o campo, seja temporariamente ou para fins de moradia, principalmente, ele altera uma estrutura aparentemente estabilizada na zona de conforto, impulsionando, mesmo que imperceptivelmente, na maioria das vezes, alterações no sistema cultural e, portanto, identitário da população residente no campo, mediante tal interação.

Assim, como consequência, há uma movimentação cultural e, por conseguinte, mas não automaticamente, uma modificação identitária. Por fim, conceituar quem são os sujeitos posicionados na neorruralidade é algo impreciso, pois esses não apresentam identidades fixas, mas em permanente formulação, muito embora haja algo que não se altera que são as estruturas de poder econômico, de gênero e geração, as quais não se encerram neste processo de pluri-identidades e, sim, permanecem como identidades que evidenciam e situam indivíduos no mundo do trabalho, por exemplo.

Para tanto, com base nesta compreensão, o próximo capítulo será utilizado para situar a neorruralidade enquanto demarcação de poder na perspectiva territorial.

4 ANÁLISE DA NEORRURALIDADE NA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Este capítulo versa sobre abordagem de território, do ponto de vista das Ciências Sociais, como espaço de poder, de múltiplos processos, como territorialidade, territorialização e desterritorialização. A partir daí, será discutida neorruralidade na perspectiva territorial. Para tanto, o capítulo possui (uma) seção que contempla conceitos como desterritorialização e territorialidade, com base em Andrade (2004); Haesbaert (2010) e Freitas *et al.* (2010). Outra temática contida no capítulo trata de rural com multiplicidade de sentidos, abordado com Abramovay (2000); Schneider (2004) e Verde (2004).

Abordando inicialmente a conceituação de território, essa tem se estendido a diferentes áreas, como as ciências humanas, extrapolando traços da dimensão política de espaço. Uma delas é adotada por Andrade (2004, p. 19-20), numa perspectiva da geografia.

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas, que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Com base na citação a expressão “território” pode remeter, em um primeiro pensamento, a lugar, a fronteira física demarcada, aproximando-se, na atualidade, de termos como espaço e região. No entanto, nesta seção a terminologia será empregada no sentido de territorialidade humana (LITTLE, 2002), assentada na ideia de poder, onde aspectos como poder econômico definirá e influenciará uma gama de processos, os quais serão analisados a partir das entrevistas realizadas.

Retomando globalização, cabe mencionar que tal processo, diminuiu a relevância dos espaços fronteiros, ficando estes à mercê do poder econômico, público e privado, os quais irão influenciar, inclusive, as decisões governamentais do Estado nacional no processo de formação do território, o que fora experimentado, no Brasil, desde o período colonial, tendo em vista seu imenso espaço físico, no qual o esforço de transformá-lo em território só vai se efetivar em meados do século XX, através do governo Vargas, segundo Andrade (2004), com vistas a expandir o domínio governamental, refletindo um problema, no tocante às relações existentes entre espaço geográfico, espaço administrativo e o espaço verdadeiramente ocupado.

A exemplo, cita-se o desrespeito às terras indígenas, ocorrendo um processo de penetração violenta, apoiado pelo Estado. Não obstante, a própria metodologia de ocupação, na atualidade, por grandes empresas multinacionais, tem uma postura duvidosa em seus atos exploratórios de grandes extensões de terras no Brasil, não considerando, por exemplo, as normas de preservação do meio ambiente, havendo o que se pode chamar de desterritorialização, na qual, para existir, sempre estará referida a uma problemática de território, como destaca Haesbaert (2010, p. 35):

[...] para uns, por exemplo, a desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades.

Observa-se a perspectiva simbólica da concepção de território, a qual viabiliza a discussão sobre territorialização, tendo em vista a mobilidade das fronteiras e o papel dos governos nesse processo, o qual tem desempenhado a função de institucionalizar práticas para viabilizar acordos que garantam a operacionalização de políticas governamentais voltadas muito mais para o âmbito local. Trata-se de uma territorialização, marcada pelo jogo de estratégias adotadas em favor da realização de projetos, segundo Freitas *et al.* (2010).

Para tanto, cabe abordar o conceito de territorialização, com Freitas *et al.* (2010, p. 31):

O conceito de territorialização remete à ideia de uma ação política (mas não necessariamente estatal) cuja intenção, manifesta ou não, é estabelecer certas normas ou institucionalidades compartilhadas por determinados grupos para orientar práticas sociais sobre um determinado espaço. As “práticas sociais” podem envolver desde ações coletivas pontuais ou específicas até a noção, mais abrangente, de “projetos políticos”. A noção de projeto é importante para entendermos os significados que são atribuídos às ações e suas interações decorrentes.

Já territorialidade é entendida por Freitas *et al.* (2010, p. 32) como:

[...] qualidade atribuída à diversidade de territorialização possíveis e as virtuais interações estabelecidas entre elas. Implica a existência de uma pluralidade de espaços de exercício de poder e também uma pluralidade de jurisdições, que podem ser parcialmente complementares ou se sobrepor conflituosamente.

Tais conceituações remetem às relações estabelecidas nos territórios, entre as diversas territorialidades, as quais passam a interagir impulsionadas por agentes, como a ação dos estados,

que buscam, por meio de políticas específicas e, muitas vezes, insuficientes e/ou inadequadas para a demanda, normatizar e executar ações de fomento ao desenvolvimento.

Assim, com base na análise em sentidos de territorialidade, a pesquisa buscou refletir sobre o referido fenômeno, incluindo dinâmicas, relações, impactos, dentre outros aspectos, merecendo análise primeira, a própria aquisição do imóvel, como forma de acesso ao processo de territorialização. Os três entrevistados adquiriram suas propriedades pela compra, uma forma jurídica e legal de acesso a terra.

Minha chácara fica praticamente em Teresina. Ela fica praticamente entre Teresina e José de Freitas. Poucos quilômetros depois do meio do caminho. Mas foi porque foi oferecimento. Estavam oferecendo à venda essa propriedade, e eu fui lá, gostei e comprei. Aí juntou com a localização... Mas não foi situação de herança, não. É o que eu te falei, a gente ia pra fazenda da família da mulher, mas aí, aquela história de herança, são cinco irmãos. Até terminar de desenrolar tudo. Nunca dava certo. Aí então, eu preferi comprar o meu terreno. O meu genro, que também tem terra (fazenda lá depois de José de Freitas), ele, conversando com o pessoal lá, soube que tinha essa fazenda para vender e me avisou. E nós fomos olhar. Aí eu comprei, porque o negócio foi interessante pra mim. Primeiro pela proximidade de Teresina, segundo pela geografia do terreno. Porque é uma serra (ENTREVISTADO A).

A fala do Entrevistado A que narra a aquisição de sua propriedade pela compra, evidencia uma demarcação legal de território, por meio do poder econômico. Os Entrevistados B e C também adquiriram suas chácaras pela compra. Porém, a territorialização não se limita às demarcações jurídicas da terra, porque o poder que o sujeito estudado exerce no campo, vai para além desta demarcação, tendo em vista que se trata do espaço onde ele exerce suas influências políticas e econômicas, interferindo/mudando, inclusive, padrões e dinâmicas vigentes naquele espaço.

Em outras palavras, os três entrevistados possuem um poder econômico demonstrado, na pesquisa, a partir de suas narrativas, o que possibilitou a aquisição de suas respectivas propriedades. Em outras palavras, os sujeitos apresentaram discurso semelhante, de que a compra da propriedade não foi algo planejado durante anos, com a finalidade de economizar recursos. Foi algo pensado e deliberado, reafirmando o poder econômico dos mesmos na dinâmica de territorialização.

Logo, um dos mecanismos de expressão do poder econômico dos neorrurais situa-se na dinâmica jurídica de territorialidade, pois são eles que adquiriram a terra pela compra, estabelecendo regras que irão pautar suas relações e o desenrolar desta territorialização. Em

outras palavras, os sujeitos das entrevistas se estabeleceram em locais onde a terra provavelmente estava com valor atrativo, garantindo, por exemplo, as condições para estruturação de sua segunda residência dentro dos padrões de conforto da residência principal, para atender às significações de sossego e tranquilidade por eles buscadas. Assim, com um ambiente tão favorável, os sujeitos passaram a acessar intervenções que reafirmam seu poder, como assevera Santos (1994, p. 17), quando trata do acontecer hierárquico:

[...] Quanto ao acontecer hierárquico, trata-se, ao contrário, de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e poder. [...] No caso do acontecer hierárquico, temos a primazia das normas, não mais com a relevância da técnica, mas da política.

Não obstante, certas carências identificadas no rural, como infraestrutura, favorecem iniciativas incrementadas por segmentos, como os neorrurais, que passam a realizar ações no campo, em razão do seu poder econômico, político e social, fomentando uma reterritorialização das populações rurais locais que muitas vezes carecem de serviços básicos.

No tocante à pesquisa, as narrativas dos entrevistados sobre suas ações no rural local, isto é, onde suas propriedades estão situadas, apresentam este aspecto do agir aonde a política pública não chegou ou não atendeu efetivamente.

[...] Mas o que eu fiz foi o quê? Foi fazer calçamento, fazer uma praça. Fazer um calçamento grande. Ah, melhorei também a estrada para chegar na casa. Sempre no inverno é uma bagunça, né? Aí eu peço ao prefeito pra mandar ajeitar, por causa do ônibus que vai levando os estudantes, até porque, lá é rota de um povoado onde tem escola comunitária. [...] E lá eles não tinham água nem luz. Eles mandavam pegar água num cacimbão que tinha longe, lá no outro lado do morro. A serra é pequena e a luz deles, eles não tinham. E aí eu mandei puxar luz do meu terreno e dei para eles. Eu tenho gerador também. E água do meu poço, que eu tenho poço muito grande lá, e profundo, que dá água vinte quatro horas por dia, mesmo no tempo do verão ele funciona direto. Aí, eu peguei uma caixa d'água e mandei fazer uma caixa d'água de brasilite pra eles. E mandei puxar água também [...] (ENTREVISTADO A).

A fala do Entrevistado A apresenta a dinâmica explanada no parágrafo anterior, onde territorialização realizada pelos sujeitos estudados, muitas vezes, faz o papel das políticas públicas, trazendo benefícios à comunidade. O entrevistado fala da energia elétrica, da água, e até da estrada que passa próximo a sua propriedade e que ele fez uma solicitação ao prefeito da cidade para que houvesse uma melhoria na mesma, o que gerou primeiro benefícios a ele, sujeito entrevistado, para depois beneficiar a população circunvizinha à sua chácara. População essa, que

utiliza da maneira que lhe é concebida e autorizada, os benefícios canalizados ao sujeito pesquisado. Tal situação promove inquietação no que tange pensar políticas públicas para o campo, já que se tem atores da neorruralidade desempenhando papel governamental, o que pode ocasionar uma limitação nas análises sobre as reais necessidades da população local, a qual muitas vezes, recebe apenas políticas limitadas e setoriais, que visam atenuar o quadro de pobreza rural.

Porém, é um esforço recorrente descortinar rural da perspectiva de vazio e atraso, trazendo-o para a possibilidade de desenvolvimento, indo contra, então, à suposição deste espaço como esvaziado social, cultural, demográfico e economicamente¹⁰. Para tanto, multifuncionalidade do rural, assim como amenidades, aparecem como uma das perspectivas positivas de desenvolvimento do meio em destaque, a saber, segundo Abramovay (2000, p. 6):

Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. [...] Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessária uma definição espacial. [...] A abordagem espacial e o pressuposto da multissetorialidade do meio rural permitem que não se suponha, mesmo nas nações mais desenvolvidas, que o campo tenha se “urbanizado” [...].

Diante da citação acima, há que se considerar que não é viável analisar rural como espaço de esvaziamento e, sim, lugar onde pode haver um povoamento menos denso que outras áreas do país. É necessário, portanto, entender o significado de ruralidade nas sociedades contemporâneas, que ultrapassa a ideia de relação com a natureza e se amplia para a relação entre seres humanos, promovendo uma socialização entre os mesmos e a possibilidade de se viver outras experiências, como a neorruralidade, o que foi verificado a partir do empírico aqui analisado.

A pesquisa possibilitou identificar um rural que não se dedica exclusivamente às atividades de agricultura e pecuária, tendo o referido espaço função de consumo, a paisagem como alento e sossego em contraposição à função produtiva que o ambiente da cidade representa para os entrevistados. Assim, rural para os sujeitos da pesquisa significa local ideal para sossego, mesmo que temporário, depois da rotina citadina, marcada por relações sociais específicas, práticas de trabalhos rotineiras e corriqueiras, que conotam um cotidiano de atividades repetidas

10 Ver Abramovay (2000, p. 4-5): “as insatisfatórias fronteiras entre o Rural e Urbano”, onde o autor refere três formas de delimitação do rural, bem como os três inconvenientes básicos com relação a esta forma de se definir o meio rural.

nos dias úteis. Para tanto, a fala dos entrevistados sobre suas rotinas retrata dinâmicas de vida urbana por eles vivenciada.

Só trabalho mesmo. Às vezes um barzinho com amigos. Aquela reunião se dá geralmente de seis horas até sete e trinta, mais ou menos. Que, via de regra, o costume nosso é tomar um banho e assistir Jornal em casa. Fico até sete e trinta, mais ou menos, lá. Então, isso é o divertimento que tem em Teresina hoje em dia. É você ir para o happy hour e ficar, porque não tem muita opção não para você fazer. Você vai pra onde? Pra um restaurante? Fica caro para você ir todo dia. Então, é melhor ficar trabalhando, ir uma vez ou outra para o seu happy hour e deixar para juntar a família no final de semana. [...] Só do trabalho pra casa e de casa pro trabalho. Só. E aí, às vezes, eu permito uma saída, mas lá, perdida. E só com a família. Sozinho não. Não tenho o hábito de sair só. Quando a gente não vai para o sítio, a gente sai tudo junto. Eu geralmente vou lá no Sapucaia, que é o bar que eu costumo beber. Mas é até sete e meia no máximo, oito horas eu já estou em casa [...] (ENTREVISTADO A).

[...] de segunda a sexta eu estou em Teresina. Na vida burocrática, corrida. É estressante pela própria profissão. Eu sou contador e vivo de prestar consultoria a empresas. É estressante de segunda a sábado até meio-dia. Até meio-dia eu ainda estou no meu escritório. Ainda estou por aqui. [...] Aqui em Teresina já tenho uma rotina. Acordo e venho para o escritório. À noite tenho o meu horário de academia, por questão de saúde. Já sei o programa que eu vou assistir. O dia certo do futebol. Enfim, tudo é programado. É uma coisa muito mecanizada [...] (ENTREVISTADO C).

[...] aqui eu trabalho. Eu já sou formado, eu tenho uma graduação em Direito, eu tenho uma especialização em Direito Público, sou funcionário público federal, trabalho no INSS e também atuo, como eu já falei, na Igreja, inclusive no final de semana, porque a gente faz parte da pastoral da Igreja. Ajudo na missa, canto no coral. Então, tem toda uma atividade assim. Ainda vou pra academia de segunda a sexta. Então, não falta coisa pra fazer. Na rotina, tem trabalho, academia, igreja. E ainda estudo inglês no Centro de Línguas que fica na Primavera, aqui pertinho também. Se sobrasse tempo eu ainda ia querer fazer aula de violão e de canto também [Risos]. Já aqui em casa, durante a semana eu lavo prato também, faço supermercado e o que for preciso. Só não faço comida, mas lavar prato; o lanche dos meninos. Eu sempre estou fazendo alguma coisa. Não temos empregada porque os meninos ajudam e minha esposa passa o dia inteiro no trabalho (ENTREVISTADO B).

Avaliando o aspecto das relações a partir da rotina, as respostas apresentadas remetem a uma vida regrada, especialmente dos Entrevistados A e C. As falas trazem a realidade típica de neorrural, o qual tem uma rotina engessada, isto é, costuma de segunda a sexta realizar as mesmas atividades econômicas e sociais, principalmente. Possuem grupos de amizades bem definidos e que os definem, inclusive dentro desse nicho, sem lhes retirar a caracterização do

igual, isto é, mais um ente dotado de um poder econômico capaz de lhe afirmar nas relações paritárias dentro da vida cidadina.

Entretanto, o Entrevistado B trouxe a explanação de uma rotina mais dinâmica, com relações expansivas. Nota-se que há um fazer intenso, o que pode apontar para a motivação da ida ao campo aos finais de semana, isto é, sair da rotina frenética e buscar o sossego, por meio de atividades que incluem o contato direto com a natureza. Esta significação se torna pessoal para cada indivíduo, já que o mesmo possui várias identidades, assumidas frente a cada contexto vivenciado.

Dando prosseguimento ao aspecto relacional narrado pelos entrevistados é possível afirmar que não há um interesse por parte dos indivíduos envolvidos em criar condições de convivência entre si, conforme ilustrado na fala que se segue:

[...] Nunca visitei ninguém no edifício. Nunca fui ao apartamento de ninguém. Uma vez recebi visita. Há muito já conheço alguém. Uma única pessoa, para ser mais preciso (ENTREVISTADO C).

O entrevistado C deixa evidente que não convive com pessoas que residem no seu edifício em Teresina. Parece que a proximidade estrutural, fruto dos apartamentos, é suprimida pela distância entre as pessoas, no que se refere às suas relações. Em outras palavras, nesse cotidiano citadino, não predomina, entre os indivíduos, o esforço do convívio, de relações sociocomunitárias, muito menos de compadrio e cooperação, elementos (os dois últimos) ainda presentes em espaços rurais.

Não há o esforço para promoção da integração entre as partes. O que há é uma dinâmica, se é que pode ser assim denominada, marcada pelo isolamento, onde a relação entre os indivíduos restringe-se ao cumprimento das normas, havendo, portanto, um limite para cada um dos entes, o qual consiste em um não importunar o outro.

Nesta perspectiva, o imaginário de progresso construído acabou por segregar pessoas, sobretudo na cidade, isolando ou aproximando-as, mediante interesses vigentes. Neste intento, cabe abordar Simmel (2006), quando discute os aspectos que compõem o processo de interação e sociabilidade, como socialização, desvencilhamento da realidade, convivência, ludicidade de socialização, interesse em estar associado, autorregulação, dinamicidade do ser humano, discrição, dentre outros, para demonstrar que o indivíduo se desloca em suas posições,

fundamentado em seus interesses objetivos, podendo haver, inclusive, a evidenciação de sua subjetividade.

Já o entrevistado B demonstra interesse em estar sempre fomentando um convívio sociocomunitário com seus vizinhos de prédio/condomínio, e explica as razões. Sua fala remete a uma relação harmônica, alimentada por redes sociais, inclusive.

Olha, aqui no prédio nós já criamos um grupo, porque a gente não tem que ficar isolado de jeito nenhum, e eu até louvo essa ideia, que partiu da minha esposa. Ela começou um grupo de mulheres, e as mulheres já trazem os homens também. Então, aqui a gente faz a festinha, nós já fizemos missa aqui, a festa de São João muito boa, já fizemos confraternizações do dia dos pais, das mães, e em dezembro agora, estamos pensando em fazer a festinha de Natal, além do Dia da Criança, que já tá tudo certo. Esse grupo é muito recente, mas já tem muitas iniciativas. [...] Inclusive uma das colegas da minha esposa, que aniversariou agora recente, que também faz parte do grupo, ela fez celebração de uma missa na Igreja Nossa Senhora de Fátima, que é aquela do Padre Toni, e ao invés de pedir presentes não, ela pediu cestas básicas, justamente para dar para uma comunidade ou alguma fundação. Não sei bem. Abrigo de um padre. E eles foram entregar. E nessa ação, ela pediu auxílio desse nosso grupo aqui do condomínio para realizar. É a questão da integração, que é muito importante. A integração das pessoas aqui, a amizade que a gente faz. Nós temos vários grupos do whatsapp. Então, teve gente que faltou sal na sua casa, aí mandou a mensagem “gente quem que me arranja sal?” Aí todo mundo se disponibilizou a ajudar. E isso é muito bom, porque quando nós chegamos aqui no condomínio, a gente viu que as pessoas ficavam muito fechadas assim no seu habitat, nas suas moradias [...] (ENTREVISTADO B).

O relato do Entrevistado B demonstra o esforço para manter solidariedade entre as pessoas, e que não seja mediada só pelo interesse e, sim, no esforço, que denota aspectos de consciência individual, mas coletiva também, no sentido retratado por Durkheim (2012, p. 78-79):

Com efeito, nessas condições, não só todos os membros do grupo são individualmente atraídos uns pelos outros, por se assemelharem, mas também são apegados ao que é a condição de existência desse tipo coletivo, isto é, a sociedade que formam por sua reunião. [...] Há em nós duas consciências: [...] A primeira representa apenas nossa personalidade individual e a constitui; a segunda representa o tipo coletivo e, por conseguinte, a sociedade sem a qual ele não existiria. Quando é um dos elementos desta última que determina nossa conduta, não agimos tendo em vista o nosso interesse pessoal, mas perseguimos finalidades coletivas.

Desta feita, é oportuno destacar que interagir com seus pares, como vizinhos, é uma prática específica do Entrevistado B, dentro de uma vivência coletiva, o que é tentado através de

ações grupais no âmbito caritativo e referenciado pelo entrevistado por meio da narrativa de atividades coletivas de cunho solidário, reuniões, grupos em aplicativo, doação de alimentos, celebração de datas comemorativas que acabam por configurar em estratégias de convívio social grupal.

Em contraposição, os mesmos sujeitos que trouxeram em suas falas uma demonstração de suas relações sociais na cidade, onde está localizada sua residência principal, são atores importantes na efetivação de estratégias de sobrevivência e permanência da pessoa no campo. Isto porque são os neorrurais, no caso desta pesquisa, os contratantes de mão de obra local para diversificadas atividades. É o que Schneider (2004) denomina de “estratégias de sobrevivência familiares e diversificação dos modos de vida rurais”, refletindo a possibilidade de iniciativas capazes de ressignificar rural como um lugar de reprodução socioeconômica e (sobre) vivência. Para tanto, as falas dos entrevistados apresentam um recorte destas estratégias, como atividade de diarista, churrasqueiro, caseiro e até mesmo companhia para o dono da propriedade, orientada pelas necessidades sociomateriais do campo, e identificadas a partir das narrativas dos neorrurais.

[...] Aí, essa família sempre conviveu muito comigo. Pra você ter uma ideia, quando eu chegava lá, o velhinho ia conversar comigo. Nós ficávamos brincando com ele lá. [...] Aí, dos filhos dele, um mora comigo lá. O resto eu empreguei por aqui em Teresina. A maioria na minha empresa. [...] Tá, na verdade, eles me têm como pai. Eles mesmos dizem. Eu chego e escolhambo. Chamo de corno. [...] E eles me consideram mesmo. Eu chego lá, aí ficam três, quatro comigo o dia todo, até de noite. Eles jantam lá em casa. Almoçam. “Traz a cerveja ali”, aí ele vai buscar lá em cima. Faz isso, faz aquilo. Aí ficam fazendo. [...] Todo tempo! E a molecagem! Meus filhos também gostam muito deles. Eles gostam dos meninos. Aí, a gente fica sempre brincando uns com os outros. Eles brincam com a gente também. Não tem besteira. O que é o caseiro trabalhava comigo aqui em Teresina e pediu para ficar lá. [...] Tem dia que eu durmo lá pelo alpendre mesmo, aí tem lá um ou dois na rede também deitado, tipo assim, tomando de conta de mim. E é homem e mulher reunido. Todo mundo (ENTREVISTADO A).

[...] A gente tem umas visitas numas casas de vez em quando, e além do mais, eu trabalho numa área educativa, e nessa área educativa eu já consegui levar alguns educadores pra atuar justamente naqueles dias de cidadania na comunidade, contribuindo com trabalhos de responsabilidade social, levando informações a respeito da previdência social, para tirar as dúvidas das pessoas sobre seus direitos e deveres com relação à previdência social. [...] Mas a gente tem todo cuidado, por exemplo, agora recentemente, a esposa dele teve neném, e a gente teve todo o cuidado de dar assistência. Da gente levar pra maternidade, da gente pegar e levar de volta para casa, porque ele não tinha como pagar táxi lá da Santa Teresa pra maternidade, e ainda voltar (ENTREVISTADO B).

[...] as não tendo folia, sendo só eu, eu como junto com eles lá. Quando vou só, ela não tem preocupação porque ela sabe que eu como a mesma coisa que eles. A gente tem um fogão lá separado. Mas dificilmente eu não como junto com eles (ENTREVISTADO C).

Observam-se, a partir das narrativas acima, as relações estabelecidas entre os entrevistados e aqueles de sua convivência no rural. Em um primeiro momento, é importante destacar a forma de se tratarem, isto é, verificar elementos como cordialidade, analisando em quais patamares são negociadas as relações sociais. As falas trazem essa ilustração, onde o neorrural se vê como uma pessoa que trouxe o tão falado progresso para a comunidade rural. É imperioso destacar ainda, que os depoentes trouxeram a ideia de amizade, isto é, de uma relação retilínea, horizontalizada com a população local.

Assim, a relação empregatícia vem para apontar elementos de subordinação e poder, identificados a partir das falas dos neorrurais quando tratam da formalização do vínculo empregatício de seus empregados da segunda residência. Formalização essa, que ocorre por carteira assinada ou por meio de remuneração diária pelo serviço prestado naquele momento/dia.

Tem duas. Sempre que a gente tá lá em casa elas ficam. Elas fazem tudo. Na verdade, elas não cozinham porque a Suzana não deixa. Ela quem gosta de cozinhar. É quem gosta de cozinhar é ela. Ela adora cozinhar. As outras vão para lavar louça, limpar casa. Essas coisas. Eles estão sempre lá quando a gente chega. Vão pra conversar. [...] Eu pago um salário mínimo pra eles. Pra o morador eu pago um salário mínimo pra ele. E a ela eu dou a gratificação de meio salário mínimo. [...] Ela chega lá a Suzana paga pra ela. Mas ele não, ele é organizado (ENTREVISTADO A).

[...] A gente tem uma relação empregatícia, porque essa a gente não pode abrir mão. Porque é muito importante, né? Ele tem carteira assinada, mas, além disso, a gente tem muito aquela relação afetiva com a família dele. Até porque ele mora bem próximo da nossa propriedade, mas não chega a ser no meu terreno não (ENTREVISTADO B).

[...] vínculo empregatício formal, com carteira assinada e pagamento de salário, com direito a férias e tudo. [...] Sim. Além do caseiro que mora lá, tem uma pessoa para quando eu preciso. [...] Agora, ele me dá toda assistência do mundo. [...] Caseiro doméstico. Se tiver atividade econômica, ele é um trabalhador rural com todos os direitos trabalhistas. Se bem que a doméstica adquiriu todos seus direitos trabalhistas, agora até FGTS. Então, hoje praticamente quase que não existe diferença de você classificar como trabalhador rural normal ou como caseiro doméstico. E os direitos estão praticamente iguais. Mas antes tinha! Eu conheço aos arredores, ajudei trabalhadores, e realmente até quando o juiz classificava em alguns casos como “doméstico” me revoltava. Que eu sabia que o cara tinha um rebanho. Tinha trezentas ovelhas, cem cabeças de gado. Não era para ele se divertir. E nem para consumir. Era para ganhar dinheiro. Eu nunca

vendi nada. Ao contrário! [...] Então, ele pode se enquadrar na legislação de doméstico. [...] Nenhum. Você só não poderia colocar essa categoria se ele criasse animais para vender, para produzir. Aí não seria mais doméstico, aí ele poderia ser trabalhador rural. Inclusive a roça que ele faz é praticamente toda dele. Não tem venda. Não se vende nada. Pelo contrário. [...] Sim. É da roça tradicional que a gente chama. A gente tem umas plantações e tudo que ele (o caseiro) produz ele pode usar, além do salário que eu pago para ele (ENTREVISTADO C).

As narrativas demonstram que embora esteja tratando-se de residências secundárias há a preocupação com o vínculo empregatício formal, especialmente do caseiro nas propriedades. Contudo, embora a identidade de empregador esteja em evidência, as relações de amizade e solidariedade são referendadas nas falas, mesmo com o vínculo empregatício formal.

Outro aspecto da formalização empregatícia é que quando a carteira de trabalho do homem/mulher do campo é assinada, ocorre, posteriormente, perda da qualidade de trabalhador rural, o que só é constatado em situações como requerimento de aposentadoria ou algum tipo de benefício, por exemplo, dentro desta categoria, trabalhador(a) rural, conforme Lei Federal 8213/1991.

Quanto às pessoas prestadoras de serviço, na neorruralidade essas são remuneradas diariamente pelo trabalho realizado naquele dia, ficando notória a precarização do trabalho ofertado, com baixa remuneração, além da afirmação da hierarquia, que tanto pauta as relações socioeconômicas. Entretanto, a respeito das políticas públicas e governamentais - que deveriam efetivamente atender a população rural - a pesquisa indica neorrurais no campo, fazendo o papel de articulador da gestão governamental local, visando ações que a política pública não fez como acesso a água, estrada, energia elétrica, com vistas à estruturação de conforto para sua residência secundária e conseqüentemente, o entorno desta.

Para tanto, cabe tratar diversificação nas funções de rural como alternativa frente a contextos contemporâneos de ruralidade, como refere Verde (2004, p. 3):

No que tange ao mundo rural, outros fatores vão se somar, contribuindo para que as pequenas localidades, identificadas com o mundo de vida rural, venham a ser valorizadas, como, por exemplo, artigo de consumo: a paisagem como alento. A variável ambiental ganha importância crescente. A busca de alternativas menos agressivas, em termos ambientais, de crescimento econômico e a construção do conceito de desenvolvimento sustentável acabaram por lançar um olhar para experiências que pudessem ser modelos alternativos de produção, consumo e qualidade de vida.

A autora destaca novos/outros elementos que irão agregar ao mundo rural a ideia de preservação do meio ambiente, com conotação de preocupação com o futuro. Em outras palavras, há demonstração, a partir da fala dos entrevistados, que o fato de zelar pelo meio ambiente, representa muito mais, um exercício de poder dentro da vendada força de trabalho.

Lá (no rural) ninguém corta nada. Nem corta nem pega passarinho. Nenhum nem mata nada. Tudo tem que ter minha autorização. Mas eu nunca autorizei ninguém [...] (ENTREVISTADO A).

[...] Na propriedade, não se pode fazer queimada, de forma nenhuma. Tudo que se faz lá é com meu aval, e eu não deixo cortar ou queimar nada. Se chegar lá pra plantar, tem que saber se pode dar certo ou não [...] (ENTREVISTADO B).

[...] Quando o caseiro quer tocar fogo em uma coisa, tem que pedir autorização. Não. Nós ainda temos assim, nós não temos a forma artesanal de fazer roça. Aquela queimada aqui naquele local (ENTREVISTADO C).

Nota-se a autoridade exercida pelos entrevistados, a partir das narrativas, haja vista, a relação empregatícia constante na manutenção da residência secundária. De acordo com as falas, atividades como queimadas e corte de árvore só podem ser realizadas pelo caseiro com o consentimento do proprietário da terra, que evidencia o exercício desta autoridade em seu discurso, como algo natural dentro da relação com o funcionário, em especial, o caseiro, que é a pessoa do rural, reafirmando a não horizontalidade nas relações. O zelo com o meio ambiente, isto é, com o que é nativo e está dentro da sua propriedade, perpassa pelo poder que o entrevistado tem e afirma, dentro do seu território, diferenciando-se da sua postura relacional na cidade.

Trata-se, pois, de um elemento que ocorre na dinâmica estudada. Processo onde o modo de vida rural, assim como a própria paisagem rural, são ressignificados, ganhando uma importância crescente. A noção de desenvolvimento rural adotada por Verde (2004) acabou alavancando experiências que se aproximam daquilo que as pessoas consideram qualidade de vida, e que o empírico indicou através das seguintes falas:

[...] Nós cuidamos e tudo. Todo final de semana é assim. Todo final de semana a gente traz a cestinha, né? A batata, a macaxeira, o milho, o couve, cheiro-verde, ovos. Direto! O investimento é pouco, e a gente consegue vê o resultado [...] (ENTREVISTADO C).

[...] a gente faz uma horta caseira também e essa horta abastece aqui e a minha família, além da família da minha esposa. A gente traz muitas aves pra cá. Galinha, capote e os ovos também. Quando a gente cria porco, a gente traz.

Agora no momento a gente não está criando porco porque suja muito. Eu prefiro a parte de aves, porque a gente que faz a limpeza direitinho e a gente traz pro consumo. Então, quase todo fim de semana a gente traz a feirinha e abastece aqui com nossas aves. As frutas também vêm, além da macaxeira que a gente planta também. Então assim, a gente planta, consome e ainda dá pros outros. Eu não vendo nada, nem lá, nem aqui. A gente dá para outras pessoas, família e tudo (ENTREVISTADO B).

Nota-se que o campo agora é ressignificado, através de atividades rurais detectadas e possíveis de serem vivenciadas e exportadas para residência da cidade, como significação de qualidade de vida. Trata-se do espaço rural e meio ambiente a serviço de uma pequena produção, a qual serve como alternativa de modo de vida saudável, vislumbrado no rural. Neste caso, a observância foi para o retorno da produção da residência secundária para residência principal.

A criação de animais, assim como a agricultura orgânica, também é contemplada nas narrativas. Segundo os entrevistados os animais são criados presos, conforme as falas que se seguem.

[...] Lá é muito arborizado! Nós temos cento e cinquenta pés de caju. Temos oitenta ou noventa pés de manga. Aí tem ata, tem limão azedo. Tudo já existia, eu encontrei já com esse pomar pronto. Aí eu já plantei mais. [...] Não, eu tenho um galinheiro grande... Então eles são criados presos e depois de um certo tempo eu solto. Aí quando dá de noite, a gente bota milho na casa delas, aí corre tudinho, aí lá tem o lugar delas dormirem e elas preferem dormir lá porque é coberto [...] (ENTREVISTADO A).

[...] não, os animais são criados presos. Tem o espaço deles. Mas lá tudo é bem cuidado, tudo é muito limpo. Cada coisa no seu devido lugar. E além do mais, ainda tem uma horta. Lá a gente tem planta, a gente planta arroz, milho e feijão na época de chuva. Mas agora também, os espaços estão ficando pequenos, porque a gente associou outras plantações, no caso de frutas, como caju, manga, acerola, coco, açaí, algumas plantas exóticas, então tudo isso dá um trabalho. A gente também cria alguns animais, algumas galinhas, algumas aves, e aí a gente têm muito trabalho. No dia a dia tem muito trabalho pra fazer assim (ENTREVISTADO B).

[...] olha, o coco, a água de coco eles têm para consumir, para vender, para dar, para emprestar. [...] Aí os animais são criados presos. Os que têm atualmente porque quase não tem bicho. Para você ter uma ideia, eu estava criando ovelhas lá e tudo, mas o próprio espaço era pequeno. Problema mesmo de saúde dos animais. Resolvi então que hoje é basicamente o que a gente vai ficar criando são galinhas, pelo menos por enquanto. [...] Tenho para o consumo: galinha, bodezinho, carneiro (ENTREVISTADO C).

As narrativas evidenciam a prática do plantio e da criação de animais na dinâmica estudada, sob a responsabilidade do caseiro, que desempenha uma gama de funções dentro da sua

atribuição maior (que é de caseiro). Nem todos os entrevistados possuem animais para consumo, especificamente. No entanto, há que se observar que os sujeitos também apresentam uma variedade e quantidade de animais, além das espécies plantadas, que é pouco provável que reste disponibilidade de tempo para que o caseiro cuide do seu próprio roçado e de suas criações.

Tal caracterização se configura em um dos definidores do território que abarca a neorruralidade, conforme vem sendo abordado na pesquisa realizada, ou seja, trata-se do modo de vida deste segmento se evidenciando no rural por meio de uma territorialização. Como exemplo de tal significação, destaca-se as festas típicas do mundo rural e realizadas pelos neorrurais com suas (re)significações. O Entrevistado C detalha essa dinâmica, a partir das comemorações por ele narradas.

Temos a parte religiosa. Hoje nós temos uma capela dentro da nossa comunidade. Temos o nosso festejo. Até novena tem! [...] Aí estimamos que passaram por lá umas 750 pessoas durante o festejo. [...] Leilão só um dia, é no último dia. Esse ano não teve, mas só esse ano. E tem outra coisa, todos os dias durante as nove noites tem lanche para todo mundo, gratuitamente, tudo. No último dia, tem celebrações todo dia e termina com a missa. Todo dia tem a celebração, novena, depois o lanche e o bate papo. A parte social, né? A confraternização é no último dia e é totalmente gratuita. No último dia chega a ter trezentas pessoas. Tem lanche para trezentas pessoas, e de graça! Tem celebração e quem faz somos nós mesmos e chamamos a comunidade também para colaborar na celebração. Tenho uma irmã que era daqui, uma grande líder religiosa. Então, ela com as pessoas da região fazem isso. E a nossa santa padroeira é Santa Paulina. Lá tem uma igreja, uma capelinha. Aí, quando tem festejo a gente convida todo mundo. Nós temos uma convivência muito forte com todas as comunidades. [...] Mas todo mundo fica à vontade. Até porque, a gente é muito organizado. Pra você ter uma ideia, nós fizemos festa junina com o João Cláudio esse ano. E o pessoal diz que ele é muito chato, mas quando ele chegou lá, ele ficou maravilhado. “Não, eu pensei que era uma coisa simples, comunidade e tal”, quer dizer, ele não imaginava que lá era tudo daquela forma. Aí vendemos mesas pra mil pessoas. Só família e amigos, setenta por cento família, trinta por cento amigos. E tivemos muito problema, muita queixa do pessoal. Foi muita gente, muita queixa, muita queixa. Porque não chamou e não tinha mais espaço. [...] E quem trabalha é a população de lá. É uma forma de prestigiar o povo de lá (ENTREVISTADO C).

A narrativa das festividades remete a uma segregação na relação mantida pelos entrevistados com habitantes da cidade e com moradores próximos de sua residência secundária, isto é, a novena, os festejos são direcionados, segundo as narrativas, à população do território rural. Destaque para fala do Entrevistado C, quando trata da alimentação servida. Para ele, é uma celebração, uma confraternização. Todavia, o entrevistado, no mesmo discurso, aborda a festa

destinada à população de seu ciclo relacional de sua residência principal, no caso a festa junina. Fala em venda de mesas para amigos e parentes, não ficando claro se inclui população local. Outro indício é o uso da expressão “foi muita gente”, e como a entrevista foi concedida na cidade da sua residência principal acredita-se que o público contemplado com a festividade em destaque tenha sido os do ciclo das relações cidadinas. Já homem/mulher do campo irá compor o grupo de prestadores de serviço naquele contexto de festividade para indivíduos de poder econômico assemelhados ao do neorrural pesquisado.

Desta feita, embora os desdobramentos territoriais apresentados tragam uma realidade não tão aprazível sobre rural, é possível afirmar que este não findou e, sim, ganhou outras funções, conforme vem sendo destacado nesta seção, com ascensão da ideia de local considerado por Verde (2004, p. 5) como:

[...] um recorte especial de média e pequena dimensão – que apresenta um padrão de desenvolvimento coloca-se em evidência. Não se deve esquecer que o local ganha destaque no contexto de ineficácia das políticas macroeconômicas e de desregulamentação em que certos espaços, dentro dos países, tiveram uma inserção e um crescimento distintos de outros.

Nesta perspectiva de múltiplas funções entra neorruralidade, como prática contemporânea, em que pessoas da cidade vão para o rural, seja para fixar moradia, seja em caráter temporário, na busca por experiências que consideram como novas frente ao que têm experimentado na vida cidadina. Assim, quando há esta interação, supõe-se rural para além do agrário, com esforço de superação da dicotomia onde cidade é oposto a campo, e vice-versa. Há, então, o que Verde (2004, p. 9) chama de “reintegração do campo e da cidade”, ao citar Siqueira; Osório (2001), sendo considerado, nos dizeres da autora um *continuum*, cabendo ressaltar que ainda hoje existem espaços rurais não industrializados ou parcialmente modernizados, de pouco contato com áreas urbanas.

Desta feita, pelo exposto, cabe reiterar que territorialização na neorruralidade vai além do território juridicamente determinado, pois eles exercem seu poder nas mais diversas dinâmicas, reafirmando a qualidade de empregador, por meio de vínculo empregatício, além da afirmação de vínculos de amizade e solidariedade, subsidiando as condições para que os sujeitos possam usufruir daquilo que o poder econômico lhes empoderou, sobretudo, no campo, onde estão localizadas suas residências secundárias. Logo, é possível reafirmar que territorializações rural e urbana se complementam. Um é “aqui” e o outro é “lá”.

É, pois, um posicionamento que os teóricos da neorruralidade como Sastoque (2013) e Giuliani (1990) consideram como típico desse segmento que se identifica com cidade para produção material e que demonstra interesse em transplantar esse acúmulo ao campo, para suas propriedades, com finalidade de escapar, mesmo que momentaneamente do cotidiano citadino exaustivo, que não oferece sossego, calma, ar puro, dentre outros sentidos.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação procurei analisar fluxos de sentidos de identidades narrativas de moradores do bairro Ilhotas proprietários de segunda residência na região circunvizinha a Teresina.

Fazendo uma reflexão do empírico deste trabalho, pude analisar alguns aspectos observados ao longo da pesquisa, tais como as posições de sujeito, processo identitário, territorialidade, neorruralidade e os processos que desencadeiam, respectivamente.

Para tanto, o empírico trabalhado foi o discurso de sujeitos neorrurais, com base na segunda residência, localizada em municípios próximos ou circunvizinhos à Teresina para finalidade de descanso, porém, com o conforto assemelhado ao da sua residência principal, subsidiado por seu poder econômico. Trata-se de um processo no qual as pessoas utilizam a moradia rural geralmente para repouso e/ou lazer.

O trabalho foi desenvolvido na perspectiva de que em tempos de modernidade tardia as identidades se apresentam como plurais e cambiantes. Logo, a partir das posições identitárias dos sujeitos pesquisados, observei identidades híbridas – sem que houvesse, necessariamente, perda de identidade –, oriundas de outras identidades, e com traços dessas, inclusive, mas que não é originalmente a mesma.

Também é possível afirmar a reconfiguração de identidade, com base na concepção estabelecida anteriormente, o que não implica em negação do passado, por exemplo. Isto porque as identidades são marcadas pela diferença, onde uma se evidencia a partir do distanciamento em relação à outra identidade, redefinindo novas/outras posições de sujeito.

Para tanto, as entrevistas apontaram que no caso analisado, neorruralidade se enquadra na descrição supra. Caracterizados pelo seu poder econômico, os sujeitos da pesquisa, denominados neorrurais, foram dois empresários e um funcionário público que consideram residência principal a da cidade, por sua condição sociomaterial ter sido adquirida em sua trajetória cidadina.

A partir das dinâmicas detectadas e analisadas no empírico, com base no problema de pesquisa, é possível afirmar que neorruralidade, no contexto de Modernidade contemporânea, é um processo identitário no qual se tem uma posição de sujeito produzida, realçada dentro de um determinado contexto, o que não sucumbe outra posição identitária preponderante, mas que em

certos momentos, essas identidades se mesclam (interagem), sem anulação precoce de uma delas, orientando, assim, os fluxos identitários vivenciados pelos sujeitos pesquisados.

Além disso, a partir do caso estudado, o território e suas dinâmicas se evidenciaram como espaço efetivo da relação de poder tão reafirmada no processo de neorruralidade. Efetivo porque a relação empregatícia, a posse e titularidade da propriedade, dentre outros aspectos, que compõem esse território demarcado, dialogam com o imaginário de parceria e amizade narrado pelos entrevistados.

O empírico é multifuncional, porque há produção típica da agricultura familiar, informada pelos sujeitos, que é mantida pelos caseiros dos entrevistados e usufruída, segundo eles, por ambos, aliado a preocupação ambiental no rural. A pesquisa evidenciou que embora a relação seja predominantemente hierárquica, ela viabiliza, segundo as falas, a sobrevivência das populações locais, por meio de estratégias como vínculo empregatício.

A partir do empírico, identifiquei também elementos de amenidade, devido ao fato de os entrevistados afirmarem suas propriedades como lugar de tranquilidade, saúde, contato com natureza, sossego e uma pseudossimplicidade dotada de significações, que já não são experimentadas no urbano, agregando ao rural uma legitimidade identitária promovida pela valorização das identidades locais, ressignificadas. Refere-se, portanto, a novas formas de uso dos espaços rurais, por meio das múltiplas possibilidades do rural detectadas na pesquisa, como turismo rural de segunda residência, e que de certa maneira estimulam o *continuum* rural/urbano.

Conclusivamente, o achado da pesquisa se encontra na identificação do tipo de neorrural no qual se enquadram os entrevistados. Trata-se de neorrurais do tipo escapistas, os quais utilizam o rural como escape temporário da vida cotidiana citadina, por meio do turismo rural de segunda residência, isto é, moradia utilizada em feriados, finais de semana e/ou feriados, para finalidade de descanso e até lazer, na qual exige investimento financeiro para manutenção que inclui entre outras despesas, pagamento da figura do caseiro.

Por fim, cabe realçar, diante desta produção, o anseio de que o presente trabalho seja subsídio para pesquisas e projetos afins e, sobretudo, embasamento para um futuro doutoramento, almejado por esta pesquisadora, com enfoque na população local que vivencia os processos de subalternização com os sujeitos aqui tratados como neorrurais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo** (primeiro relatório de pesquisa). IPEA. São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Projeto BRA/97/013 – Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social), 44 p.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006, p. 637-651. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 13-28.
- ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais nem perspectiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2. abr./jun. 2014. pp. 385-402.
- ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, Ano VII, n. 11,12 e 13, 2003.
- AZEVEDO, N. O aproveitamento das amenidades rurais na valorização do território. O caso de Trás-os-Montes e Alto Duro. **XII Colóquio Ibérico de Geografia**, Porto (Portugal), 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70 Ltda, 2009.
- BATTISTI, C. A. O método de análise cartesiano e o seu fundamento. **Revista Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 571-96, 2010.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesse no conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BEAUD, S; WEBER, F. **Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- BERGER, A.; ROUZIER, J. **Ville et Campagne: La fin d'un dualisme**. Paris: Econômica, 1977.
- BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 2004. 179f. Dissertação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: 2004. p. 53-87.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da Pesquisa em Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 183-191.

_____. A economia dos bens simbólicos. In. **Razões práticas**. São Paulo: Papurus, 1996. p. 157-198.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, **Resolução nº466** /12 versão 2014. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf. Acesso em: 11 out. 2015.

_____, LEI FEDERAL Nº 8213/1991.

BÚRIGO, F. L.; SILVA, J. C. da. A metodologia e epistemologia na sociologia de Durkheim e de Max Weber. **Em tese- Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 1, n. 1 (1), ago./dez. 2003, p.128-148.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Revista Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 out./dez. 15(4): 679-84.

CARNEIRO, M. J. “Rural “como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas-SP, v. 2, n. 1, março de 2008, pp. 9-38.

_____.Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, out. 1998. p. 53-75. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>> Acesso em: 25ago.2014.

DESCARTES, R. **O discurso do método**. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&M Clássicos, 2001.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cad. Pesqui.** [online]. 2002, n.115, p. 139-154. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>. Acesso em: 06 jan. 2015.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____.**Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DUTRA, E. A narrativa com uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, 2002, p. 371-378. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a18v07n2.pdf>. Acesso: 05 jun. 2016.

EIZNER, Nicole. "Le Retro: un Certain Goût de Lenteor", **Revue Autrement**, n.14, Stock, 1978.

FAVARETO, A. A racionalização da vida rural. **Estud.soc.agric.**, v. 14, n. 1. Rio de Janeiro, 2006.

FETZ, M.; DEFFACCI, F. A.; NASCIMENTO, L. C. A prática sociológica como modo de vida: história e biografia no trabalho intelectual. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 18, 2009, p. 119-143.

FIALHO, M. A. V. Agricultura familiar, produção orgânica e “novos rurais”: um estudo de caso no sul do Brasil. In. MOREIRA, Roberto José. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: D&A Editor, 2005. p. 109-126.

FONSECA, M. A. P. da.; LIMA, R. M. M. de. Globalização, turismo e lazer na Região Metropolitana de Natal. **Revista Turismo Visão e Ação** - Eletrônica, v. XIV, n. 3, 2012.

FRANCO, M. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Editora Liber Livro, 2005.

FREITAS, A. F. de; DIAS, M. M.. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: a indução de territorialidade à ação pública. In. **Rev. Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Vol. III, n. 6, jul./dez. 2010. p. 27-58. Disponível em: <<http://revistappp.uemg.br/ppdf/artigo1ppp6.pdf>>. Acesso em: 20fev.2015.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; CAVALHEIRO, L. A multifuncionalidade do espaço rural na região central do Rio Grande do Sul - Dados gerais. **Revista Bras. Agrociência**, Pelotas, v.14, n.3-4, p.167-181, jul./set. 2008. p. 167-181. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/faem/agrociencia/v14n3/artigo19.htm>>. Acesso em: 11 fev.2015.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89.

GIDDENS, A. Globalização e Risco. In. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 17-45.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: um novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.14, 1990.

GOOGLE MAPS. **Mapas de localização**. Disponível Em: www.google.com.br/maps/dir/Ilhotas,+Teresina++PI/Jose+de+Freitas. Acesso em: 13 jun. 2016.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

HABERMAS, J. Modernidade versus Pós-Modernidade. **Arte em Revista**, n.7, ago. 1983. São Paulo, ed. CEAC. p. 86-91.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multilateralidade. 5. ed. Revista. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Cap. 1, 2, 5, 8.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HANNERZ, U. **Fluxos, fronteiras, híbridos**: palavras-chave da Antropologia Transnacional. MANA, 1997.

IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 19 jan. 2015.

KROEBER, A. L. **The nature of culture**. Chicago: University of Chicago Press. 1952.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma Antropologia da territorialidade. Série Antropologia, 322. Brasília: UNB, 2002. 32 p. Disponível em: <http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

MARTINS, J. de S. As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. In. MARTINS, José de Sousa. **Introdução Crítica à Sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 11-37.

MATTEI, L. Pluriatividade no contexto da ruralidade contemporânea: evolução histórica dos debates sobre o tema. In. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 3, Fortaleza: jul./set. 2008. p. 411-22. (Documentos Técnico-Científicos). Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1093. Acesso em: 17out.2014.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevistas não-diretivas em sociologia. In: Michel Thiollent (org). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987, pp. 192-211.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 19. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo, 1996, 269 p.

MORAES, M. D. C.; VILELA, S. L. Trilha de um debate contemporâneo:ruralidades, campesinato, novo nominalismo.In: **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 1,art. 4, p. 59-85, jan./mar. 2013.

_____. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para sustentabilidade. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (org.). **Para além da produção**: Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, pp. 102-122.

MUYLAERT, C. J.; SARUBBI, V. JR.; GALLO,P. R.; NETO, M. L. R.; REIS, A. O. A.. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. Esc. Enferm. USP**,

2014. p.193-199. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf. Acesso em: 05 jun. 2016.

NASCIMENTO, L. P. O. S. “**Aqui já é quase cidade**”: sentidos de lugar na relação rural-urbano – o caso de Lagoa da Mata, Teresina-PI. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. UFPI: Teresina, 2014.

OLIVEIRA, R. de C. M. de. **(Entre) linhas de uma pesquisa**: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, 2014.

RYE, J. F. Rural youth's images of the rural. **Journal of Rural Studies**, v.22, n.4, p.409-421, 2006.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton *et al.* (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-28.

SASTOQUE, M. J. M. Una tipología de los nuevos habitantes del campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia. **Revista Economía e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, supl. 1, 2013.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In. **Sociologia s**, n. 11. Porto Alegre, jan./jun. 2004. Dossiê Sociedade e Território. Disponível em: http://www.scielo.br/.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100006. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, 253p.

SEMPPLAN. Disponível em http://semplan.teresina.pi.gov.br:85/semplan/arquivos/the_bairros PDF. Acesso em: 11 abr. 2015.

SILVA, K. de O. A territorialização da residência secundária no litoral de Nísia Floresta (Rio Grande do Norte, Brasil). **Revista Turismo & Sociedade**, v.6, n.1, 2013. 21 p.

_____. Condomínios fechados, residências secundárias e o uso do espaço público pelo capital imobiliário. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**. v.IV, n. 1, 2009. 15 p.

_____.T. A. A. da. Da percepção de risco a luta pela preservação de uma amenidade rural: a questão ambiental e qualidade de vida no campo. **Revista Ambientale**, v. 1, n. 1. 2009.

_____.T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMMEL, G. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal. In: _____. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O. Conceito de rural. In: GIARRACA, N. (Comp.). **Una nueva ruralidad in America Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p. 67-79.

SOARES, N. B.; GEDIEL, A. L. B.; FROEHLICH, J. M. Múltiplas funções do rural: cenários naturais e atividades agropecuárias como terapias. In. **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural - SOBER**.2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/500.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SOUSA, F. S. O que é “ser adulto”? As práticas e representações sociais – A Sociologia do Adulto. **VI Congresso Português de Sociologia**. Série 395. Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2008.

SPINK, M.J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, 72p.

_____; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J (org). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano** (org). São Paulo: Cortez Editora, 2000, pp. 93-122.

TULIK, O. **Turismo Rural**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca,2001. 113 p.

VERDE, V. V. **Território, ruralidade e desenvolvimento**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, set. 2014.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 15, out./2000, p. 87-145.

_____.O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In. **ANPOCS**.1997. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5213&Itemid=360>. Acesso em: 09 dez. 2014.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da Sociologia Compreensiva. v.1. Brasília: UNB, 2012.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org);STUART HALL, Kathryn Woodward. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman-Artmed, 2005.